



RESOLUÇÃO Nº 15/12-COUN

O **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, consubstanciado na Lei nº 10.861 de 14/04/04, no parecer nº 11/12 exarado pela Conselheira Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin no processo nº 023607/2012-31 e por maioria de votos (33 x 01),

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 – PDI, da Universidade Federal do Paraná, conforme o anexo desta Resolução.

Sala de Sessões, em 28 de junho de 2012.

Zaki Akel Sobrinho
Presidente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 15/12-COUN

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Paraná

2012-2016

O PDI compõe-se de duas partes:

- um **DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL**, referência modelo MEC, Dec. 5.773. Sintetiza os textos propositivos oriundos da junção *Documentos-base* + *Sessões Presenciais* (12 Sessões entre 30/09/2010 e 13/06/2011), com 16 Módulos de debates, + *Seminário de Avaliação* (03/05/2011);
- e um **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** para o quinquênio. Dispõe as 27 diretrizes e 105 metas construídas a partir do Diagnóstico e dos encaminhamentos do *Seminário de Avaliação*.

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	2
DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	
1. Perfil institucional	3
2. Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição	4
3. Projeto Pedagógico Institucional e implementação da Instituição e organização acadêmica	10
4. Corpos Docente e Técnico-Administrativo	22
5. Corpo Discente	26
6. Organização Administrativa	30
7. Autoavaliação institucional	31
8. Infraestrutura física	32
9. Bibliotecas	34
10. Acessibilidade	37
11. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira	38
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	40
ANEXOS: Referências legais e procedimentos de elaboração deste PDI. Sobre a concepção do Planejamento Estratégico, Planejamento Estratégico do Hospital de Clínicas	53

APRESENTAÇÃO

Aos 100 anos a Comunidade planeja o futuro da sua Universidade

Na UFPR centenária estamos construindo coletivamente políticas públicas para atender os interesses e necessidades da sociedade paranaense. Com o lema a **Comunidade planeja a sua Universidade** o fórum para a elaboração do PDI 2012-2016 representa a possibilidade de momentos de participação ativa nos muitos e profícuos debates, do repensar do ensino e aprendizagem, de buscas e descobertas, de trocas sistemáticas de experiências.

A prática acadêmica que desenvolvemos e com a qual estamos comprometidos busca a democratização do acesso à **Educação Superior como direito humano e bem público e social** e está pautada por programas e atividades estratégicas que valorizam os aspectos humanísticos e apontam para a formação integral.

Em todas as épocas e lugares, os homens definiram regras, valores e normas para conviverem. Numa Universidade plural, como a UFPR, é preciso administrar as diferenças no convívio social para que se torne possível viver em harmonia, resgatando o prazer e a alegria da construção coletiva de uma prática acadêmica em nível de excelência.

Nossa equipe de gestão concretiza o centenário de nossa universidade tendo presente que é no embate das ideias e na convivência com os outros que cada grupo social aprende, sobretudo, o sentido das coisas e do mundo.... pois *é no viver cotidiano que aprendemos, desde muito pequenos, a ler nos gestos, nas palavras e nas ações o que as pessoas nos dizem e o que dizemos aos outros.*

E é na condição de protagonistas na construção da Universidade ancorada no presente, mas com o olhar no futuro das próximas gerações de paranaenses que destacamos como desafios da comunidade universitária para as próximas décadas:

1. a construção de conhecimentos e competências ampliando as já construídas ao longo da vida por todos os atores da vida acadêmica;
2. uma sólida formação que prepare cada um para realizar as escolhas que a vida apresenta, focando o ensino nas diversas dimensões da formação humana;
3. uma concepção de educação que valorize tanto as dúvidas como as respostas promovendo o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo;
4. o entendimento de que o conhecimento humano é instrumento de comunicação e de intervenção no mundo;
5. a expansão do acesso com garantia de qualidade acadêmica;
6. a internacionalização dos conhecimentos;
7. a elevação da qualidade com avaliação;
8. a flexibilização dos modelos de formação;
9. a implantação do governo eletrônico;
10. a sustentabilidade econômica, social e ambiental como valor orientador da ação acadêmica e administrativa;
11. o diálogo com os demais segmentos da Sociedade e seus saberes;
12. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

São estes desafios que têm direcionado os nossos esforços no sentido de revisão das propostas de formação acadêmica buscando aproximar a universidade da comunidade que a instituiu e a mantém.

Estamos ampliando os espaços, construindo novos prédios, salas, laboratórios, realizando estudos, desenvolvendo projetos estratégicos de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mas acima de tudo estamos mantendo mobilizados alunos, professores, administradores e servidores técnico-administrativos em torno de um projeto pedagógico institucional comprometido com a excelência acadêmica e a inclusão social.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Missão

Contribuir com o desenvolvimento sustentável, priorizando a formação continuada do profissional cidadão e produzindo, socializando e apropriando o conhecimento de forma articulada com os demais segmentos da Sociedade, sendo referência no Brasil.

1.2. Valores

- Comprometimento com a construção do saber e a formação de profissionais competentes e compromissados socialmente.
- Promoção de ambiente pluralista, no qual o debate público e respeitoso seja instrumento de convivência democrática.
- Valorização dos Conselhos Superiores na construção de Políticas Universitárias.
- Valorização da multiculturalidade como respeito à Sociedade brasileira e solidariedade internacional.
- Isonomia no tratamento a todas as Unidades.
- Construção de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade e comprometida com o desenvolvimento social e sustentável.
- Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Respeito à liberdade na construção e à autonomia na disseminação do conhecimento.
- Respeito a todas as instâncias da Sociedade organizada.
- Incentivo à participação democrática e representativa das Comunidades interna e externa nas Políticas e Decisões institucionais.

1.3. Diretrizes da Instituição

O pacto de futuro que a UFPR almeja fazer com os demais segmentos da Sociedade coloca em debate questões como:

- O modelo de estrutura organizacional;
- A formação acadêmica do futuro (novos modelos e tecnologias)
- O futuro da pós-graduação e da pesquisa;
- A comunicação com outros setores da sociedade;
- Inclusão e excelência acadêmica;
- Desenvolvimento sustentável;
- Inovação e visão de futuro
- Gestão eletrônica;
- Engajamento institucional de docentes, servidores e alunos;
- Reestruturação administrativa;
- Ampliação da liderança acadêmica nos cenários nacional e internacional.

O Plano Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para o Desenvolvimento Nacional (na sequência do período 2007-2010) constituiu-se em importante instrumento de orientação das ações para as instituições de C,T&I, delineando programas e direcionando o aporte de recursos necessários de forma sistêmica e estratégica. Este Plano tem sido produzido com qualidade de interação entre os atores do Sistema Nacional de C,T&I e auxilia as colocações do MCT na discussão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) junto à coordenação sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Representa um passo importante em direção à convergência das políticas industrial e tecnológica do País, em uma orquestração com as demais políticas setoriais estratégicas como a educação, saúde, agropecuária, energia e defesa. A forte articulação da política de C,T&I tem permitido o estabelecimento de metas compartilhadas entre o setor científico e tecnológico e o setor empresarial com três conjuntos integrados de componentes: os de uma sociedade cooperativa e com justiça social, os de uma sociedade do conhecimento e os de uma sociedade em harmonia com a natureza.

Trata-se do comprometimento institucional com a transformação da Educação Superior e da Educação Profissional, assegurando qualidade acadêmica e social, mediante (i) democratização do acesso e flexibilização dos modelos pedagógicos, (ii) qualidade e avaliação permanentes, e (iii) compromisso social e inovação. São diretrizes dessa Política:

- inovação e qualidade acadêmica;
- expansão de vagas e cursos;
- rotina de debates, pesquisas e orientações para a revisão dos processos de formação, a partir das Diretrizes Curriculares da Graduação e da Educação Profissional, com incentivo às políticas

afirmativas, à articulação da graduação com a pós-graduação e de ambas com a extensão, à articulação da avaliação da Educação Superior com a proposta de Reforma Universitária, e à utilização efetiva dos recursos das tecnologias da informação e comunicação- TICs e da educação a distância;

- autoconhecimento e avaliação institucional;
- compromisso social e público, justiça e equidade, entendimento intercultural, internacionalização, mobilidade;
- pesquisa e extensão articuladas com a dimensão curricular do ensino de graduação e pós-graduação;
- apoio aos estudantes de graduação e pós-graduação para participação em projetos de pesquisa e de extensão; socialização dos resultados obtidos, incluindo bolsas para as atividades formativas, de iniciação científica, inovação tecnológica, extensão, mobilidade acadêmica, sanduiche, estágios e participação em eventos acadêmicos, culturais e científicos;
- agendas de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável e que diminuam a distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- redes intra- e extra-UFPR de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação, integrando-as às atividades pedagógicas em todos os níveis;
- expansão, com qualidade, dos ensinos de graduação, educação profissional e pós-graduação;
- proteção da propriedade intelectual e incentivo à transferência de tecnologia para a Sociedade.

1.4. Áreas de atuação acadêmica

Ensinos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, incluindo as Modalidades Ensino Profissional e Tecnológico e Educação a Distância, soma-se à pós-graduação *lato sensu*, à Residência Médica e ao contínuo exercício da pesquisa e da extensão universitária, assim consolidando o compromisso institucional com a apropriação do conhecimento e a formação de profissionais competentes e integrados à Sociedade. As práticas acadêmicas são, portanto, muito diversificadas, contemplando a formação de recursos humanos em todas as Grandes Áreas do Conhecimento (*sensu* CNPq): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Vida, e Ciências Exatas e da Terra e Engenharias.

2. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A UFPR é uma universidade centenária, ideia lançada por Rocha Pombo em 1892 e concretizada pela ousadia de intelectuais paranaenses, entre eles Victor Ferreira do Amaral. Foi sob comando deste que, em 19 de dezembro de 1912, a UFPR foi criada, com aprovação dos Estatutos e eleição da primeira diretoria, apoiada pelo Governo do Estado do Paraná e pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Passou a instituição pública federal pela Lei Nº 1254, de 4 de dezembro de 1950, com sede e foro na capital.

A UFPR é patrimônio da Sociedade, existe para servi-la, para abrir perspectivas de desenvolvimento humano e para ajudar a construir uma Nação soberana, pujante e igualitária. Nesse século de existência expandiu seus campi ao interior do Estado, hoje em três municípios além de Curitiba; ampliou seu quadro discente a 30 mil alunos, 85% deles no nível graduação e os demais nos níveis Mestrado, Doutorado, Especialização e Residência Médica; alcançou em seu corpo de servidores o expressivo número de 6000 pessoas, aproximadamente um terço docentes; e consolidou tradição em Ações de Ensino de Graduação e Pós-Graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Cultura e de disponibilização de serviços à Comunidade, induindo transferência de tecnologias.

À parte assegurar o grau de excelência no exercício de suas atividades-fim, a Universidade Federal do Paraná dirige esforços hoje em prol de uma maior eficiência na gestão, conforme adiante este documento evocará, e para prosseguir sintonizado com as demandas crescentes que se apresentam no ensino a distância, no desenvolvimento de produtos e de ações inovadoras, na preocupação com a sustentabilidade ambiental, nas políticas de inclusão. Tratam-se de algumas das ações que a UFPR institucionalizou na última década, consoante a seu compromisso de permanentemente responder às exigências de seu tempo e da Sociedade, e que será consolidado no elenco de diretrizes e metas do presente PDI.

A Expansão da Educação Superior

A política de expansão da Educação Superior no Brasil tem sido objeto de estudo de muitos educadores. Publicações enfatizam que sua análise não pode deixar de considerar as metas traçadas no Plano Nacional de Educação – PNE que estabelecem os compromissos de matricular 30% da população da faixa etária apropriada, ou seja 18 a 24 anos, até 2011 e de ter 40% das matrículas em instituições de educação superior

públicas. A meta não pode ser atingida no período de vigência do PNE, não obstante a expansão da Educação Superior no País. O novo PNE mantém a previsão de atingimento das metas até o ano 2020.

Historicamente e em especial nas últimas quatro décadas, a Educação Superior no Brasil passou por duas fases de forte expansão. A primeira delas coincidiu exatamente com o período militar. De 1964 a 1980, o número de matrículas nesse nível de ensino aumentou quase dez vezes. Contraditoriamente, no período subsequente, de abertura política e redemocratização do país (1980-1995), o sistema apresentou um crescimento meramente vegetativo.

Em 1980, havia 882 instituições de Ensino Superior no país. Em 1995, apenas 12 instituições tinham se agregado ao sistema, contabilizando um modesto crescimento de 1.36% no período (MACEDO, 2005, p. 3).

A segunda fase de forte expansão se iniciou a partir de 1996. Em uma década (1996-2007), segundo dados do Censo da Educação Superior 2007, outras 1387 novas escolas de nível superior foram criadas. O aumento do número de instituições desencadeou uma elevação do número de matrículas, que chegaram a 4.880.381 alunos matriculados em 2007. Porém esse crescimento se deu majoritariamente na educação superior privada de tal sorte de desse total 25,4% das matrículas são em instituições públicas e 74,6% em instituições privadas. O ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com a criação dos Centros Universitários como uma nova forma de organização acadêmica, inaugurou uma nova fase da história da educação superior no Brasil. A partir desse ano, o sistema privado começou a se expandir numa velocidade inédita.

Tem-se hoje, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2007, um sistema em expansão com 89% das Instituições privadas e configuradas como de pequeno porte, sendo 8% de Universidades e 92% de outras organizações acadêmicas, o que define um sistema de Educação Superior diversificado, mas não universitário.

Apesar do setor público (rede municipal, estadual e federal) ter ampliado consideravelmente o número de matrículas a partir de 1996, a grande contribuição para a ampliação do sistema foi dada pela iniciativa privada. O esforço realizado pelas instituições federais para aumentar a oferta de vagas, a partir da segunda metade da década de 1990, ocorreu a despeito da falta de investimentos do Estado brasileiro na educação superior pública.

Com a proposta de fazer das metas do PNE uma realidade o Governo Federal realizou desde 2003 um importante movimento de recuperação do orçamento das universidades federais e em 2007 deu início a um vigoroso processo de expansão, com a implantação de novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território nacional, e a criação de novas universidades. Denominado de REUNI, reestruturação das Universidades o programa de expansão em vigência em termos orçamentários, considerando-se os recursos do Tesouro na dotação inicial de 2007, promoveu um aumento global de 31,5% em termos reais quando comparados à execução orçamentária de 2002. Nesse período, o investimento nas universidades aumentou 905%, o custeio teve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal. Por meio do REUNI o Ministério da Educação reafirma seu compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Com uma taxa de escolarização bruta de 21,6% da população na faixa etária de 18 a 24 anos e com uma taxa de escolarização líquida de 12,9% há muito ainda a ser feito para o alcance das metas do PNE, em especial no seu próximo período de vigência. Por isso, não obstante sua oportunidade e pertinência, a expansão do sistema público federal de educação superior deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais.

Este movimento visa consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico.

A Conferência Mundial de Educação Superior realizada em Paris no período 5 a 8 de julho de 2009 apontou como novo papel da Universidade na realidade atual o de estar comprometida com o desenvolvimento econômico, social e humano das sociedades.

‘Há muito a fazer e creio que a declaração final da CMES 2009 nos orienta a princípios e valores coerentes para enfrentar os desafios atuais, a partir da perspectiva de cooperação internacional solidária’ (CMES, CARVALHO, 2009)

A CMES 2009 enfatiza assim a necessidade de compartilhar os avanços, as experiências, programas e projetos reforçando a integração e promovendo a cooperação entre todos os países. Presente à reunião, o Ministro da Educação do Brasil reforçou que “temos que impedir o progresso da tendência à privatização do ensino superior, mas sem excluir alianças com o setor privado, que deve também ser objeto de rigorosa avaliação”.

Os representantes da América Latina e Caribe mantiveram-se unidos em defesa de princípios importantes para o futuro da educação superior no continente. Um desses princípios é o de considerar o ensino superior como um bem público e um direito humano fundamental.

No plano dos desafios para o Ensino Superior na América Latina face à crise econômica mundial, manifesta-se o receio de impactos consequentes da crise econômica mundial havida ao final da primeira década deste milênio. Exorta-se, então, que o orçamento da Educação siga regras invioláveis, como outros elementos que não correm o risco de corte orçamentário. Ademais, avança-se para um novo tipo de instituição de Ensino Superior, com dimensão empreendedora mas também de serviço público, com capacidade de desenvolvimento e inovação. É nesse sentido que ganha destaque a formação de professores e assistimos a um regresso da questão ao centro das preocupações educativas, pois são eles os maiores responsáveis pela transformação demandada pela Educação Superior. O educador português Antonio Nóvoa ao se manifestar sobre a formação de professores assegura que: “os professores reaparecem, neste início de século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das aprendizagens, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da diversidade e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias.” (NÓVOA, 2009)

Ensino Superior no Paraná – aspectos históricos

No Paraná, diferentemente do que acontecia nos centros maiores do país no início do Século XX, o contexto exigiu que a primeira instituição de Educação Superior não fosse uma faculdade isolada, mas uma universidade. Os fatos que levaram, em final do século XIX, um estado tão novo na Federação, que até há pouco tempo havia sido Comarca de São Paulo, a desenvolver e levar a termo a idéia da criação de uma universidade, são relatados principalmente por Wachowicz (1983), Westphalen (1987), Moreira (2002) e Faraco (2002), autores que fundamentam os dados históricos da fundação e instalação da Universidade do Paraná.

Os antecedentes remontam às históricas lutas pelas terras, que marcaram a ocupação do território paranaense. Uma das mais ferrenhas ocorreu por problemas fronteiriços com Santa Catarina, no início do século XX, sobre o território que ficou conhecido como *Contestado*. A situação foi agravada pela concessão de terras a estrangeiros construtores de ferrovias na região. Wachowicz defende a tese de que essa questão está, de alguma forma, articulada à ideia de criação da Universidade do Paraná.

Durante a questão do Contestado, um dos políticos que demonstrara maior sensibilidade pela causa paranaense havia sido Vitor Ferreira do Amaral, médico, representante da elite campeira. Sua atuação nesse processo o levou à conclusão de que faltava ao Paraná “massa crítica” para defender suas causas. Para comprovar essa hipótese, realizou pessoalmente, no início do século, um levantamento dos paranaenses formados, e constatou que havia nove médicos, quatro engenheiros e um número [não registrado] mais significativo de bacharéis em Direito.

A partir desses dados, esse político definiu que se impunha ao Paraná “a necessidade da criação do ensino superior”.

O estado contava com um fato antecedente nesse campo: a tentativa de Rocha Pombo, em 1891, de criar, sozinho, uma universidade. Para isso obteve autorização pela Lei nº 93 do Congresso Legislativo Estadual, em 1892. Porém tal iniciativa não passou do lançamento da pedra fundamental. (WESTPHALEN, 1987, p. 9). Esse projeto não foi além por pressão do movimento em favor do federalismo educacional. Assim, sem conseguir o apoio dos políticos locais e federais, o autor acabou desistindo da ideia.

É interessante ressaltar que, ao contrário da tendência nacional de criação de faculdades isoladas, no Paraná só foram criadas cinco escolas desse tipo, entre 1918 e 1942, portanto, após a Universidade, que data de 1912. Os historiadores expõem os fatos que levaram à criação da Instituição: a maioria da elite paranaense não constituía-se de famílias muito abastadas: “De cada 50 alunos que se habilitavam a ingressar num estabelecimento superior, apenas meia dúzia teria recursos para viver longe da família” (Wachowicz, 1983 – p. 33). Assim, “(...) criar um curso superior em Curitiba não satisfazia, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria a solução. Dentro de instituição de tal natureza, a mocidade poderia estudar *a matéria que lhe pareça de proveito e se preparar para as lutas da vida*”. (Ibid. p. 34, grifos do autor).

A idéia de Educação Superior foi a de garantir uma cultura geral, subsidiando a ação no mundo do trabalho. Haja vista que Vitor Ferreira do Amaral defendia a formação em cursos superiores como fundamento para o exercício de qualquer atividade profissional. Evidencia-se a ideia de se criar uma universidade para difundir conhecimento, se não para as “massas” em geral, pelo menos para uma classe média, que aqui preponderava. Seria uma universidade “que segundo jornal da época formaria ‘o homem que sabe, em oposição ao homem que finge saber’” (MOREIRA, 2002 p. 9).

Assim, o “modelo” de universidade pretendido ainda não incluía a pesquisa. Tratava-se de promover o ensino para paranaenses, mas com um conteúdo fundamentado mais em formação básica geral do que

especificamente profissionalizante. Talvez se possa inferir que o cunho moral, de formação do cidadão culto, aproxima de alguma forma essa instituição, em seus primeiros tempos, do modelo inglês.

Paralelamente ao grupo liderado por Vitor Ferreira do Amaral, havia surgido outro, que defendia, também, a criação da universidade paranaense. Esse tinha um de seus expoentes na pessoa do militar positivista Nilo Cairo. A união desses dois grupos possibilitou a criação da universidade cujo respaldo legal foi dado pela Lei Rivadávia Correia, de 1911, que desoficializou e liberou o ensino superior no país, possibilitando a abertura das universidades que Cunha chama de “passageiras” (1980, p. 202).

Nesse contexto foi fundada e instalada a Universidade. Os primeiros cursos ofertados foram: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia, e, em 1914, Medicina e Cirurgia. Vitor Ferreira do Amaral foi seu primeiro reitor, permanecendo no cargo, mesmo que simbolicamente, até 1948.

Os anos 50 e 60, por sua vez, foram marcados por expressiva expansão física, com destaque ao Complexo da Reitoria, Centro Politécnico e Hospital de Clínicas. A UFPR consolidava-se, então, como Universidade multicampi. Nos anos subsequentes incorporou o antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, hoje o Museu de Arqueologia e Etnologia, e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (1977); e inaugurou as sedes do Setor de Ciências Biológicas, no Centro Politécnico (1979) e do Centro de Biologia Marinha em Pontal do Sul (1981). Data de 1980 sua Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, a FUNPAR. Em 1993 a UFPR consolidou sua penetração no interior do Paraná mediante a criação do Campus Palotina e de centros de pesquisa agrícola e florestal em quatro municípios. Outras três expansões físicas muito significativas consistiram na inauguração da Escola Técnica, em 1994; do Campus Jardim Botânico, em 1997; e do Setor Litoral, já no novo Século.

Apesar do inegável crescimento em termos de quantidade e qualidade do sistema de Ensino Superior no Paraná, diversos fatores contribuíram para que, acompanhando a tendência nacional à expansão, esta acontecesse prioritariamente no setor privado. Durante muito tempo o Paraná foi um dos Estados menos privilegiados pelo Governo Federal em termos de instituições de ensino superior públicas. Com a criação das duas novas universidades federais – a UNILA e a Fronteira Sul – e a criação do IFPR, houve o aumento da presença federal no Estado. Em 2004 o Censo da Educação Superior contabilizava 158 Instituições, sendo 22 públicas (número constante desde 1999) e 136 instituições privadas. O Censo de 2007 apontava 183 Instituições sendo 22 públicas e 161 privadas, número esse aumentado em 2008, com a criação do IFPR, em 2009 com a criação da Fronteira Sul, e em 2010 com a UNILA.

Hoje a UFPR está presente em todas as regiões do Estado, por seus campi Centro, Agrárias, Centro Politécnico e Jardim Botânico (Curitiba), Palotina (Palotina), Litoral (Matinhos) e Pontal do Sul/Centro de Estudos do Mar (Pontal do Paraná), e campi avançados Fazendas Experimentais Canguiri (Quatro Barras), Rio Negro e São João do Triunfo (Rio Negro), Paranavaí (Paranavaí) e Bandeirantes (Bandeirantes). Essas 12 unidades, somadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia (Paranaguá) e ao antigo Prédio da Rede Ferroviária Federal, hoje em reforma, totalizaram em 2010 uma área de aproximadamente 106 mil m² em edificações prediais. Estão também associados à UFPR três Hospitais Universitários, todos em Curitiba: o Hospital de Clínicas, a Maternidade Victor Ferreira do Amaral e o Hospital do Trabalhador, numa área de 65.132m² em edificações. Esses hospitais associam a prestação de serviços à população, principalmente nos procedimentos de alta complexidade, à formação de Recursos Humanos em saúde, como requer a uma instituição universitária. Resultam, assim, nove milhões de metros quadrados de área total – incluindo a não-edificada – e uma Comunidade de 48 mil pessoas entre discentes e servidores.

O Hospital de Clínicas da UFPR

O Hospital de Clínicas é um órgão complementar da Universidade Federal do Paraná, inaugurado em 5 de agosto de 1961. Ocupa o terceiro lugar, na classificação e agrupamento dos Hospitais Universitários do MEC, segundo pontuação de perfil, porte, desempenho e integração ao Sistema Único de Saúde – SUS. É o Hospital de Ensino da UFPR de referência, com qualidade no ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas da saúde, inserido no SUS, com atendimento de referência nos níveis terciário e quaternário e, articulado com a rede pública de saúde no sistema referência e contra-referência nos níveis primário e secundário. Atende uma demanda de cerca de 2.800 alunos de graduação ao ano de diversos cursos da área da saúde: Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Odontologia, Terapia Ocupacional, Psicologia e Serviço Social. Atividades de ensino, extensão e pesquisa consolidam-se rotineiramente no HC-UFPR por meio de estágios supervisionados, atividades de extensão junto à comunidade assistida e pesquisa articulada com a assistência hospitalar. Neste sentido, além das atividades de Graduação, oferece vagas para 41 programas de Residência Médica em 31 especialidades e 40 vagas para Residência Multiprofissional na área da saúde em cinco programas envolvendo oito profissões. Abriga também programas de Mestrado e Doutorado. Realiza quase três milhões de procedimentos por ano entre atendimentos ambulatoriais, cirurgias, internações e exames. Todo o

atendimento é feito pelo SUS, sendo o maior prestador de serviços ao SUS no Paraná. São 545 leitos físicos em 49 unidades de internação, dos quais 400 estão ativos e contratados com o Sistema Único de Saúde.

A Educação Superior como direito humano na UFPR

A Educação Superior como direito humano e bem público e social deve ser considerada como parte de um processo de formação que tem início na educação infantil e que se prolonga até a pós-graduação, formando, além do profissional, o cidadão consciente.

A democratização do acesso a Educação Superior preconizada pelas Conferências Mundiais de Educação Superior, organizadas pela UNESCO tem se constituído em preocupação dos governos no continente latino-americano e caribenho. A Educação Superior na América Latina cuja taxa média de atendimento da população em idade própria é de cerca de 35% ainda carece de muitos investimentos para que realmente seja possível uma significativa expansão do atendimento na perspectiva de ter a educação superior como um direito humano, bem público e social.

Cenários e Perspectivas

No campo das políticas públicas

As diretrizes da política acadêmica em desenvolvimento nas universidades, em especial nas universidades públicas, requerem a aceitação tácita de que tanto na graduação, como na pós-graduação as tendências internacionais exercem influência significativa no fazer acadêmico.

O Século XXI acentuou enormemente a importância do contexto mundial, de tal sorte que hoje os estudiosos das questões acadêmicas destacam em seus estudos e investigações as consequências da “mundialização” sobre os processos de formação na educação superior, que não podem mais ser pensados nos limites das fronteiras nacionais.

O exemplo do movimento de revisão desencadeado na Europa a partir do Processo de Bolonha implantado em 1999 e que ao completar 10 anos apresenta reflexões importantes sobre os resultados possíveis na reconfiguração de sistemas de educação superior com exigências locais diferenciadas e do ENLACES como perspectiva de construção de um espaço comum latino-americano para responder as exigências de uma educação superior que congregue necessidades globais com os desafios cotidianos dos problemas locais, dá bem a dimensão da importância da internacionalização no papel a ser desempenhado pelas instituições de educação superior.

A verdade é que, não obstante a enorme gama de estudos e os espaços de reflexões nacionais e internacionais, a missão básica da Educação Superior permanece vinculada a quatro objetivos principais:

- 1- a produção de novos conhecimentos (função de pesquisa);
- 2- a formação de pessoal altamente qualificado (função de ensino);
- 3- a integração do ensino e da pesquisa com demandas sociais, buscando comprometimento da comunidade universitária, e estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico ao saber dos demais segmentos da sociedade (função da extensão).
- 4- a função ética, que inclui a cidadania e a crítica social.

Os debates que têm sido travados deixam claro que face ao avanço da ciência e da tecnologia os representantes dos países industrializados, de há muito conscientes de que o saber, o conhecimento e a informação tornaram-se os elementos motores da sociedade mundial, buscam todas as formas de defesa do acesso universal à Educação Superior.

Mas, não há que confundir informação com conhecimento. Informação é um conjunto de dados, com significado, a ser transformado em conhecimentos. O conhecimento pressupõe uma capacidade crítica de aprendizagem que permite a transformação do arquivo de informações em conhecimento útil e com capacidade de gerar a transformação.

Na área política, esta distinção é essencial para a tomada de decisões e, na área econômica, a distinção fundamental efetua-se entre quem concebe os produtos industriais e sua produção. A concepção é diretamente ligada à pesquisa e ao desenvolvimento baseado sobre a ciência e a codificação do saber teórico, enquanto que a produção o é muito menos. Quanto mais tecnologia agregada tem um produto, maior é o seu preço, mais empregos são gerados na sua fabricação. Por isto, os países ricos investem na pesquisa científica e tecnológica.

É evidente que para atingir um estado de maior desenvolvimento endógeno, auto-sustentável, humano ou apenas para ser independente, os países em desenvolvimento, em particular os da América Latina, necessitam de mais conhecimento, de mais tecnologia. O conhecimento é produzido basicamente nas

universidades e quem desenvolve tecnologias são os cidadãos formados nos estabelecimentos de ensino superior, os cientistas, os engenheiros, os pesquisadores, os cientistas sociais e os educadores.

Assim, a nova política de formação nas universidades, e em especial nas universidades públicas, que são as que têm um compromisso inarredável com o atendimento à maioria da população, não pode prescindir de dois elementos fundamentais: a qualidade e a pertinência.

Qualidade e pertinência são conceitos interligados e esta última deve medir-se pela adequação entre o que fazem os estabelecimentos de ensino superior e o que espera deles a sociedade.

Neste marco, a pertinência, a participação na busca de solução aos grandes problemas da sociedade (erradicação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da deterioração do meio ambiente e das enfermidades), a integração com o mundo do trabalho onde as necessidades das sociedades sejam consideradas prioritárias e a contribuição ao desenvolvimento do conjunto do sistema educacional são essenciais na ação dos estabelecimentos e dos sistemas de ensino superior.

O contexto atual da reforma universitária brasileira e os projetos de expansão e reestruturação em desenvolvimento refletem os compromissos de um governo empenhado no redirecionamento das políticas sociais associando-as aos objetivos do milênio e que tem nas suas instituições universitárias a base de sustentação para o cumprimento da mais fundamental missão da sociedade contemporânea, qual seja o combate as mais perversas doenças sociais do nosso tempo: a marginalização, a destruição do planeta e a exclusão social.

Nesse sentido, é fundamental que a universidade do futuro tenha como compromisso fazer com que a Educação Superior, tendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como seu princípio educativo, seja parte integrante e ativa do desenvolvimento cultural, sócio-econômico e ecologicamente sustentável das pessoas, das comunidades e das nações.

Uma Universidade deve participar de maneira decidida da melhoria qualitativa de todos os níveis do sistema educativo, principalmente no que tange à formação com atualização docente; à transformação dos alunos em agentes ativos de sua própria formação; à promoção da pesquisa sócio-educativa e a elaboração de políticas públicas no campo da Educação em geral, aí incluído o ensino fundamental e médio.

Com uma proposta marcadamente comprometida com a inclusão social, as políticas sociais do Governo Federal no campo da educação superior, buscam atender, entre outros, o princípio da Internacionalidade e interatividade segundo os quais as universidades e as instituições de educação superior deverão prosseguir colaboração permanente com outras similares nacionais e internacionais e institutos de pesquisa, no ensino, na pesquisa e extensão, em distintos projetos de interesse comum, conciliando o caráter universal da ciência e dos valores fundamentais da humanidade com as características e necessidades locais ou regionais.

No momento em que a Educação Superior sofre as influências do processo de globalização da economia e da conseqüente queda das fronteiras do conhecimento, mais e mais espaços se abrem para os intercâmbios de conhecimentos seja no nível do processo de formação no nível de graduação, seja no nível da pós-graduação.

O estreitamento das relações culturais intra e interpaíses têm se constituído em elemento favorecedor da mobilidade acadêmica e da qualidade do processo de formação.

No campo do planejamento e da avaliação

Na busca de novas alternativas teóricas e metodológicas para o planejamento participativo que têm norteado nossa prática acadêmica insistimos em disseminar em nossa Universidade, a clareza de que tomar o planejamento estratégico apenas na sua visão gerencial não nos levará à obtenção de resultados comprometidos com a mudança, a inovação e a excelência acadêmica. Todos os planos das diferentes áreas serão parecidos entre si, e estará descartada nossa perspectiva de originalidade e de inovação, ou seja. A criatividade do planejamento compartilhado.

Numa perspectiva de entendimento plural e de ampliação dos horizontes do planejamento universitário, não podemos nos satisfazer em identificar missões, objetivos, estratégias de ação, mas sim buscar o autoconhecimento, a associação entre planejamento e avaliação, a fixação de princípios e valores, o espírito participativo e democrático engajados na construção do novo projeto político-institucional para a UFPR.

Construir o futuro institucional deve ser resultado de uma prática de participação da comunidade na formulação do conjunto das diretrizes e programas que, respondendo aos interesses e necessidades da comunidade interna e externa, configure um movimento de ação e reflexão capaz de superar a visão tradicional de um planejamento que se traduz por um mero exercício de preencher formulários padronizados e de levar ao aprendizado de uma insípida sequência de passos, por meio dos quais um catecismo é recitado (Diagnóstico, 2003).

A melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de Educação Superior fazem parte da proposta de avaliação institucional colocada em prática segundo as orientações do SINAES (PORTARIA MEC Nº 2.051/04, art. 1º).

O SINAES leva-nos a conduzir estudos que viabilizem um novo olhar sobre a essência de uma proposta de fazer universitário como elemento de sustentação de uma política de qualidade e inclusão social formulando estratégias de ação, que garantam as universidades como espaços públicos de educação e (in) formação de cidadãos.

Com a CAPES na dimensão da pós-graduação foi iniciada a construção de um processo de avaliação há cerca de quarenta anos. Esse processo evolutivo tem qualidade e mérito assegurados por meio de uma sistemática balizada em um conjunto de princípios, critérios de avaliação, instrumentos de coleta de dados e um corpo de consultores pertencente à comunidade científica e por ela indicado. Todo o processo é de fato continuamente modificado e melhorado a partir de propostas e decisões da própria comunidade representada na CAPES.

Na pesquisa igual fenômeno ocorre, com o CNPq e outras agências de fomento como a FINEP, ligadas ao MCT, sempre avaliando a pesquisa em sua qualidade e mérito, a partir do crivo de pares da própria comunidade científica. Mais recentemente, o foco passam a ser as questões de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, lembrando a importância de levar para a sociedade os resultados da produção de conhecimento das universidades.

Uma Universidade com menos evasão e mais compromisso social por parte de alunos, professores e servidores se apresenta como exigência do tempo presente quer seja pelo impacto do conhecimento nos processos formativos, quer seja pela necessidade da universidade repartir com a população que a criou e mantém os resultados de suas pesquisas e toda produção do conhecimento que se dá nas salas de aulas e nos laboratórios, contribuindo assim na formação integral do estudante na resolução dos problemas locais, regionais e nacionais.

A Universidade que defendemos deve estar sintonizada com seu tempo histórico e responder a pelo menos três questões estratégicas, que norteiam os debates atuais: a questão da sustentabilidade, da comunicação institucional e da internacionalização e para tanto é preciso buscar seu novo papel na sociedade do conhecimento e planejá-la.

Segundo Simon Schwartzman, um estudioso da questão universitária, no mundo globalizado as universidades devem ter padrão internacional. Uma universidade de padrão internacional desenvolve, além da ciência e da tecnologia, formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no País e no Mundo. Mobilidades docente e discente, inseridas numa universidade de classe internacional, constituem maneira inteligente de se lidar com a globalização crescente do ensino superior.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Inserção Regional

A UFPR conduz suas ações de ensino, pesquisa e extensão compromissada com os anseios e as vocações da Comunidade paranaense. A ciência de ter sido no Estado do Paraná a pioneira dentre as Instituições de Ensino Superior e manter-se, ainda hoje, como a de maior porte dentre elas, manifesta-se também no processo de interiorização física. Assim, além da atuação acadêmica nos campi dos municípios de Curitiba (com quatro unidades), Palotina, Matinhos e Pontal do Paraná, e nos campi avançados dos municípios de Quatro Barras, Rio Negro, Paranavaí e Bandeirantes, a UFPR mantém unidades de saúde em Curitiba e Palotina, a sede do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, em Paranaguá, e polos presenciais de ensino a distância em 25 outros municípios. À parte a estrutura física própria ou conveniada, é permanente a atuação da Universidade em projetos de pesquisa ou extensão realizados de leste a oeste do Estado, do litoral ao extremo oeste, passando pelo Vale do Ribeira e outras importantes regiões para o desenvolvimento do Estado.

De fato, a Região Sul do país tem sólida tradição no Ensino Superior, e três das doze maiores Universidades Federais do país situam-se aqui: além da UFPR, as Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Igualmente no nível de Universidades Estaduais a Região é das mais renomadas, aqui se situando duas dentre as 10 maiores do Brasil: as Universidades Estaduais de Londrina e de Maringá.

Além de IES públicas, Rio Grande do Sul e Paraná apresentam universidades e centros universitários de natureza privada, muitos com grande envergadura, como as Pontifícias Universidades Católicas do Rio Grande do Sul e do Paraná, e as Universidades Luterana do Brasil e Positivo. As universidades do sul do país dispõem ainda de um privilégio em relação àquelas situadas mais ao norte do país: a proximidade geográfica de outros

países do Mercosul. Dessa forma, também IES do Paraguai, Uruguai e Argentina vêm em ritmo crescente firmando convênios com as universidades brasileiras, ação essa coordenada pela Associação das Universidades do Grupo Montevideo – AUGM, da qual a UFPR é signatária e membro ativo. A AUGM vem ampliando o número de universidades e países, a Bolívia integra-se ao grupo em 2011 perfazendo 27 universidades que atuam conjuntamente no ensino e pesquisa. As atividades conjuntas incluem mobilidade de estudantes, docentes-núcleos e comitês acadêmicos sobre temas estratégicos da região (Águas, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Energia, etc). Já existem, e deverão ser fortalecidas, parcerias com as universidades federais por meio da ANFIFES e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras.

De tal conjunto de Instituições, que, apenas computando-se as IES nominadas, congrega mais de 20 mil professores e 160 mil alunos, resulta um ambiente muito favorável para parcerias interinstitucionais. Estas já ocorrem com a UFPR, e no quinquênio deve-se buscar intensificação: estágios discentes em laboratórios de pesquisa, aproveitamento de créditos de disciplinas em G e PG, co-orientações de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, composição de equipes multi-institucionais em projetos de pesquisa e extensão, intercâmbios docente e discente, compartilhamento de equipamentos para pesquisa, interações e intercâmbios culturais, edições em parceria com Universidades do Sul do Brasil. No âmbito internacional projeta-se ainda a ampliação das relações da UFPR com Universidades Mexicanas, Norte-Americanas através do CONAHEC (Consórcio de Universidades Americanas), África e Oriente Médio.

Mas a atuação da UFPR tem-se pautado e continuará tendo por referência as demandas prioritárias do Estado. Se, por um lado, o cenário de crescimento é comum a estados do país, por outro as diferenças demográficas intraestaduais colocam a UFPR num papel-chave em relação a outras IES: dentre as 10 mesorregiões paranaenses, as duas em que a UFPR mantém seus campi acadêmicos – Metropolitana de Curitiba e Oeste – são justamente aquelas em que, segundo se projeta, entre 2008 e 2012 a variação na participação demográfica do Estado será positiva: 1,0 e 0,1%, respectivamente (2). Ou seja, essas duas mesorregiões passarão a concentrar maior população do que o faziam em 2008, relativamente às demais oito mesorregiões, aí incluídos os importantes polos demográficos e industriais Centro Oriental, Norte Central e Norte Pioneiro. Trata-se, então, de mudança expressiva em relação à inserção regional da UFPR de 1990, quando a mesorregião Metropolitana de Curitiba concentrava 27% da população do Estado; ou de uma década antes, apenas 22%. Em 2012 a mesorregião Metropolitana de Curitiba responderá, sozinha, por 34,7% da população do Estado, e para 2020 a projeção é ainda mais aguda: a região metropolitana de Curitiba, com 4,2 milhões de habitantes, concentrará 36,5% da população do Estado, contra 33,7% em 2008 (2). São expectativas que descortinam à UFPR, em seus campi de Curitiba, Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina, o desafio de adaptar-se às mudanças demográficas e responder com qualidade à crescente demanda que do Paraná sobre suas Universidades – demandas essas que não são apenas em formação de quadros, mas também de P&D em C,T&I e de outras formas de interação com outros setores da Sociedade. É nesse contexto de Instituição consolidada, engajada nos desafios advindos da dinâmica Sociedade em que se insere, e aberta ao desenvolvimento cooperativo pelo pujante universo acadêmico e econômico de que é parte, que a Universidade Federal do Paraná, uma universidade dos paranaenses, pauta seu dia-a-dia e planeja o próximo quinquênio.

Diretrizes Graduação

Desde o início de 2009 vivemos tempos de mudanças na UFPR. Estamos todos desafiados pelo novo papel da Educação Superior como fator estratégico para o desenvolvimento sustentável, para a promoção da inclusão social e solidária e para a promoção da igualdade de oportunidades. Uma igualdade de oportunidades centrada na qualidade. Mas, não na qualidade desprovida de significado social. A nossa luta pela qualidade está centrada na qualidade do diálogo. Um diálogo resultante da nossa capacidade de atuarmos como parceiros na formulação das políticas para o ensino de Graduação e Profissionalizante e na qualidade da interação com nosso público interno e externo, no tratamento de nossos assuntos acadêmicos; do processo de formação acadêmica e profissional, sustentado por projetos pedagógicos revisados e em consonância com os desafios postos pelas demandas da sociedade; das políticas de avaliação institucional do ensino, formuladas e discutidas com a comunidade interna e apresentadas de forma transparente para a comunidade externa; dos estudos e pesquisas sobre a evasão, sobre a ocupação das vagas remanescentes, sobre as quotas, sobre as propostas de inclusão social, com ênfase no atendimento aos portadores de necessidades especiais; das políticas de formação do professor tanto da educação básica, quanto do professor do ensino superior; das políticas de Educação a distância em interação efetiva com a Pós-graduação e a Extensão.

Nossa proposta de trabalho ajusta-se às determinações da Conferência Mundial de Educação Superior e tem como lema a **Educação Superior como direito humano e bem público e social** e como programas e atividades aqueles que são construtores dos aspectos humanísticos e que apontam para a formação integral e

de cidadania. Temos a convicção de que a formação integral e de cidadania para a maioria da população que demanda o ensino superior configuram a responsabilidade social da instituição universitária.

Para atender essa finalidade da instituição universitária pública as Coordenações que compõem a estrutura organizacional da PROGRAD trabalham de forma articulada e têm como compromisso o desenvolvimento de ações estratégicas que permitam a construção de uma proposta de excelência acadêmica com inclusão social na graduação e na educação profissional.

O desenvolvimento das atividades das coordenações e a consolidação do movimento interno de qualidade da Graduação e da educação profissional e tecnológica tem gerado estudos que se constituem em subsídios para a deliberação dos Conselhos Superiores da UFPR, em especial o CEPE por meio da produção de textos, a impressão e distribuição de cadernos temáticos, a elaboração de coletâneas, etc.

Subsídios para a formulação das Diretrizes pelos Conselhos Superiores

Sustentada por critérios abrangentes, respaldada por uma história de excelência acadêmica nos seus 100 anos de existência e comprometida com a garantia dessa excelência acadêmica associada à inclusão social, resultante da democratização do acesso à Educação Superior revelam-se como prioritárias para a UFPR dos próximos três decênios, conforme Pinto (1996):

- “- estabelecimento de um novo paradigma para as atividades de ensino aprendizagem, de forma indissociada da pesquisa e da extensão;
- a produção de uma nova lógica de organização curricular que expresse uma nova concepção de currículo enquanto conjunto das atividades nucleares indispensáveis ao processo de produção/transmissão/incorporação/disseminação do saber;
- a avaliação continua dos processos curriculares entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos fins da IES com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;
- a qualificação didático-pedagógica do docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas que levem em conta as especificidades dos diversos níveis de ensino e de sua clientela, dos diferentes cursos e turnos de funcionamento;
- o resgate da unidade dos cursos através do fortalecimento de suas instâncias coordenadoras e norteadoras, visando superar o tratamento fragmentado do conhecimento;
- a articulação com os demais níveis de ensino com vistas ao fortalecimento das relações entre as diferentes áreas do conhecimento, sobretudo daquelas voltadas à formação de professores para a educação básica;
- a integração com as forças sociais em todas as suas instâncias objetivando a inserção do aluno na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática;
- o aperfeiçoamento pedagógico do sistema de acesso e das condições de permanência do aluno na instituição, de modo a possibilitar a efetiva democratização do ensino.”

Os indicadores de desempenho dos Setores a partir dos dados de aprovação/reprovação nas disciplinas

A análise dos resultados do processo de formação nos diferentes cursos da Universidade é fundamental para a definição das atividades estratégicas da Pró-Reitoria de Graduação, responsável por oferecer subsídios consistentes para que os Conselhos Superiores, em especial o CEPE, possam deliberar pela colocação em prática de políticas comprometidas com a excelência acadêmica e com a inclusão social, como é demandado das IES, nos tempos atuais.

A avaliação dos cursos e o ENADE

A avaliação da Educação Superior proposta pelo SINAES guarda como marcas essenciais, dentre outras, as seguintes características: justiça, rigor, efetividade, integração, globalidade, participação, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade, credibilidade, legitimidade, institucionalidade, continuidade, respeito à identidade institucional, sistematização. Objetivo é promover ampla reestruturação acadêmica na Graduação visando a identificar e intervir nas causas que levam à dilatação do prazo de conclusão do curso, diminuindo assim os processos de jubramento e dilatação dos prazos máximos. Implantando, acompanhando e articulando a política de acompanhamento da vida acadêmica, o **SAT** – Sistema de Acompanhamento do Fluxo Acadêmico e Tutoria – vem possibilitando identificar os fatores institucionais e pessoais que obstaculizam o desenvolvimento eficaz do processo ensino-aprendizagem.

Propostas para as políticas de Ensino

Princípios e valores que devem nortear as práticas acadêmicas

Democracia; autonomia; pertinência; qualidade social; responsabilidade social.

Diretrizes Do Projeto De Desenvolvimento Acadêmico

Da concepção da proposta acadêmica

Os princípios que devem sustentar uma proposta de formação inovadora e sintonizada com as exigências do presente e do futuro

Os fundamentos conceituais da presente proposta estão balizados pelas necessidades de mudanças **do e no processo de formação de cidadãos e profissionais**, de tal sorte que se possa construir caminhos alternativos para a transformação da Educação Superior, tornando evidente o seu compromisso contemporâneo com um desenvolvimento social, ou seja, em prol de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmônica, mais democrática e menos excludente. Estabelecendo uma base comum de fundamentação, todos os Projetos Pedagógicos dos cursos terão um Núcleo de Reflexão e Desenvolvimento do Pensamento Crítico, sustentado pelos eixos Política da Humanidade e Sociedade da Informação e da Comunicação.

Os princípios, pois, que deverão **nortear o PDI da UFPR** são:

PRINCÍPIO FORMATIVO – o desenvolvimento do pensamento crítico como base de um novo espírito científico, fundado na complexidade, na hipertextualidade, na virtualidade e na auto-eco-organização. A adoção de tal princípio no processo de formação de cidadãos e profissionais implica a incorporação de uma **postura pedagógica** na qual:

- todos sabem, aprendem e ensinam;
- a aprendizagem se constrói em torno de situações-problema;
- os resultados obtidos em tal processo constituem produtos finais transferíveis;
- a produção científica se baseia na perspectiva da "ciência que se faz", estreitamente associada às demandas sociais emergentes.

PRINCÍPIO MEDIADOR – formandoprofissionais/cidadãos – do “saber-fazer” ao “saber-ser. O deslocamento do *saber-fazer* para o *saber-ser*, da *certeza* para a *incerteza*, implica em acatamento a rupturas na postura racionalista, por vezes reducionista. Tal deslocamento significa, efetivamente, considerar o agente social um ser complexo, dotado de um potencial imensurável que, em grande medida, continua ainda em potencial pois depende de novas possibilidades para se realizar, concretizar-se, materializar-se. O processo de formação que se constroi através de novas **práticas**, desenvolvidas pelas relações dinâmicas entre *campo* e *habitus*¹ oportunizam o aprofundamento do potencial de *hominidade* (SERRES, 1999) ou de *hominização* (LÉVY, 1998 e outros), propiciado pela mediação desencadeada pelas novas tecnologias - NTIC -, que é produzida pela própria humanidade. Em tempo movido pelo *caos*, uma *organização* que se deixa levar pelo acaso não sobrevive. Nesse cenário, *transformação* e *planejamento* são condições indissociáveis para se enfrentar, com maior grau de êxito, a quantidade de exigências e necessidades impostas a todos os campos sociais. Por isso, a construção de novas **práticas de formação na educação superior** depende de um planejamento e gestão voltados ao desenvolvimento de processos de formação de novas competências, fundamentadas essencialmente nas dimensões que constituem o *saber-ser*. E, deste modo então, ampliam-se as possibilidades de aprofundamento da *inteligência coletiva* - "a arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas..." (LÉVY, 1998, p.32).

É por isso que na elaboração de novos projetos pedagógicos a organização curricular deve articular os conteúdos de modo integrado sem deixar de lado as especificidades das áreas do conhecimento. A propósito

¹ Um **campo**, em termos analíticos, “pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre as posições”. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e pelas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, devido à sua situação atual ou potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital), onde a posse comanda o acesso aos interesses específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). In: BOURDIEU, P., p. 76 e 77 (1992). Os agentes sociais são dotados de um **habitus**, inscrito nos corpos pelas experiências passadas. Estes sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem operar os atos de conhecimento prático, fundados sobre a descoberta e o conhecimento dos estímulos condicionais e convencionais aos quais podem reagir, e engendrar, sem fins explícitos nem cálculo racional de meios, de estratégias adaptadas e renovadas continuamente, mas de acordo com as exigências estruturais das quais são o produto e que as definem. In BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions Seuil, 1997b, p. 166.

da não fragmentação do conhecimento, o Parecer 16/99 do CNE ressalta que *“conhecimentos interrelacionam-se, contrastam-se, complementam-se, ampliam-se, influem uns nos outros. Disciplinas são meros ‘recortes’ organizados de forma didática e que apresentam aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais”*.

PRINCÍPIO FOMENTADOR – a avaliação como construção da qualidade social. A formação do homem e do profissional que se almeja, na qual o saber-pensar e o saber-agir representam pontos-chave da identidade do profissional, contempla ainda uma terceira base fundamental – o saber-valorar – dimensão ética que permeia todo o processo formativo e o campo de atuação profissional. Para DIAS SOBRINHO (1996) a avaliação deve ter a qualidade como objetivo.

A qualidade é uma construção social e histórica, dinâmica e plural *“refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos”*. Neste sentido, contrapondo-se à idéia de uma avaliação meramente quantitativa, punitiva e estéril, a proposta que contemplamos em nossos Projetos Pedagógicos está calcada em processo avaliativo permanente, global, qualitativo, participativo, e, em decorrência de sua própria dinâmica, fértil. A esse propósito, e recorrendo ainda a RISTOFF (1996), *“a avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significados”*. Conferindo relevância valorativa à reflexão e à ação, a avaliação como princípio fomentador imprime a cada proposta de curso as seguintes características: prevalência do processo sobre o produto flexibilidade, legitimidade, inovação. Um processo de formação profissional permanentemente avaliado *“é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é um por em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa (DIAS SOBRINHO, 1996)”*.

Propostas Metodológicas Inovadoras

Núcleos e eixos temáticos

Respeitando as Diretrizes Curriculares aprovadas, a UFPR adotará como forma de reestruturação e de aperfeiçoamento de suas propostas de Cursos de Graduação o agrupamento do conhecimento em torno de **Núcleos, Eixos Articuladores e Unidades Temáticas**. Serão contemplados, assim, a construção do pensamento crítico, os aspectos conceituais e instrumentais dos processos de formação e os aspectos de integração teórico-práticos. Os Núcleos serão representados por momentos da formação e em processo cumulativo de formação das competências, com diferentes ênfases perpassarão todas as atividades do Curso. Cada rede de conhecimentos teórico-práticos constituirá uma unidade de ensino aprendizagem denominada **Unidade Temática**. Três são os Núcleos propostos:

NÚCLEO DE REFLEXÃO E DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO CONTEMPORÂNEO. Integrado pelos eixos: Política da Humanidade e Sociedade da Informação e da Comunicação, este núcleo será comum a todos os cursos e terá como objetivo a construção da identidade e da autonomia intelectual de cada aluno, como agente de transformação da sociedade e como participante ativo da construção de uma nova cultura, de paz e de cooperação solidária. Compreenderá as unidades temáticas:

Eixo Política da Humanidade

- Fundamentos filosóficos
- Fundamentos Sociológicos
- Antropologia Cultural
- Relações Humanas

Eixo Sociedade da Informação e da comunicação

- Lógica da Comunicação
- Metodologia do Trabalho Científico
- Direitos Humanos
- Empreendedorismo
- Sustentabilidade

NÚCLEO CONCEITUAL E INSTRUMENTAL. Este Núcleo, composto pelos eixos articuladores constantes de cada proposta de Diretrizes Curriculares, específicas para cada curso a ser desenvolvido pela instituição, visa ao processo de formação em sua essência – a construção e a apropriação do conhecimento pelo aluno, mediatizadas pela ação docente e pelas condições do ambiente educacional e seu entorno. Para tanto, partimos da compreensão:

- da formação, enquanto foco central para o qual devem convergir todas as atenções do processo educacional, resgatando-se o seu verdadeiro significado;

- do saber científico-profissional, entendido como seleção significativa de conteúdos essenciais referentes às várias áreas do conhecimento social e historicamente produzido, e que será trabalhado como elemento educativo, possibilitando a sua (re) construção, (re) elaboração e apropriação pelo aluno;
- do professor como mediador do processo de formação, capacitado para servir-se de métodos e técnicas adequados e fundamentados em sólidos conhecimentos teórico-metodológicos das diversas áreas do conhecimento.

NÚCLEO DE INTERAÇÃO TEORIA E PRÁTICA. Voltado à formação integral do profissional /cidadão na qual se aliam a teoria e a prática, este núcleo tem como fio condutor, perpassando os demais, o eixo Formação das Competências e Desenvolvimento das Habilidades, indispensáveis ao cidadão e profissional. Seu propósito é promover as condições necessárias para que o saber-fazer no mundo do trabalho fundamente-se na reflexão permanentemente na e sobre a ação laboral, permitindo deste modo a reelaboração da prática, a rediscussão teórica e a proposição de alternativas e tomada de decisões. Centrado na realidade concreta vivenciada pelo aluno em formação, este núcleo tem como pressuposto:

- a pesquisa, como viabilizadora da compreensão do real em sua relação com o referencial teórico disponibilizado;
- a auto-reflexão sobre a prática profissional, como forma construção de identidade profissional e da competência;
- a reflexão coletiva, enquanto metodologia de discussão, aprofundamento e proposição de alternativas.

Com o compromisso de balizar a sua proposta em três elementos norteadores das demandas dos tempos atuais, formação de competências, gestão permanente do conhecimento e criatividade e empreendedorismo, a UFPR orientará suas ações para a construção de um projeto acadêmico-institucional comprometido explicitamente com o desenvolvimento humano e social e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

As propostas propriamente ditas

1. Programa de reforço acadêmico, com os bolsistas, oferecendo aulas de conteúdo básico (matemática, física, química e biologia) e produção de texto. Estas aulas poderiam ser durante o contra turno ou no sábado, com calendário e matrículas pela PROGRAD..
2. Oferta dos cursos em um só turno (M ou T ou N), com ampliação do semestre letivo, para possibilitar aos alunos trabalhar.
3. Reformulação dos currículos visando a sua atualização e compatibilização com as demandas atuais da sociedade. A questão das horas de 60 minutos, as novas modalidades de atividades didáticas da Resolução 15/10-CEPE (aula-padrão, laboratório, campo, estágio e orientada).
4. Incentivo à capacitação docente.
5. Descentralização das atividades de controle acadêmico.
6. Comitês Setoriais de Ensino
7. Políticas Afirmativas e inclusão
8. Acompanhamento tutorial do fluxo acadêmico.
9. Democratização do acesso e flexibilização dos modelos de formação.
10. Elevação da Qualidade e Avaliação.
11. Compromisso Social e Inovação.

Diretrizes Pós-Graduação *lato sensu*

- Estimular a oferta de novos cursos *lato sensu*, atendendo a demandas sociais e de mercado
- Estimular a criação de novos cursos *lato sensu* através de convênio e Termos de Cooperação Nacionais e Internacionais
- Agilizar os processos de aberturas de turmas e de criação de novos cursos
- Informatizar todos os trâmites processuais para abertura e/ou criação de cursos
- Disponibilizar digitalmente todas as informações referentes ao *lato sensu*

Diretrizes Pós-Graduação *stricto sensu*

- Incentivar a criação de novos cursos de Mestrado em Doutorado nas áreas de excelência da UFPR, buscando o provimento de condições reais de funcionamento junto às direções de setor;
- Incremento nas bolsas em número e valor;
- Oferecer melhor infraestrutura às secretarias dos programas de pós-graduação;
- Estabelecer programas de apoio a internacionalização e a excelência;
- Estabelecer programa geral de apoio a melhoria dos programas de pós-graduação.

Políticas vigentes e diretrizes de Pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa na UFPR está intimamente ligado ao desempenho dos seus Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (PPGs). Em 2001, primeiro Edital FINEP/CT-INFRA, a UFPR contava com 36 PPGs reconhecidos pela CAPES, a maioria conceito 3 e nenhum conceito 6 ou 7. Considerada à época entre as 20 maiores IES públicas do país, havia clara necessidade de melhoria qualitativa e quantitativa da pós-graduação, que refletiria decisivamente sobre a pesquisa e formação de RH pela Instituição.

De 2002 a 2010 a Instituição criou 30 novos Programas de Pós-Graduação, totalizando, em 2010, 65 Cursos de Mestrado, três deles Profissionais, um rede, e 39 Cursos de Doutorado. Associado a isso, a UFPR tem fortalecido sua política de qualificação e capacitação de RH, buscando alcançar patamares de excelência. Tal política resultou em nítida evolução do perfil de qualificação docente. Em 2001 o número de doutores correspondia a 37,9% do quadro permanente, enquanto mestres, especialistas e graduados correspondiam, respectivamente, a 21,4%, 2,9% e 8,9%. Uma agressiva política de qualificação do corpo docente foi instituída com resultados positivos: em 2010 a UFPR já contava com 1.1521 doutores, 66,8% do corpo docente permanente. No mesmo período o número de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq evoluiu para 411, enquanto o de bolsistas de Produtividade Pq, aumentou de 144 para 271.

Em 2010 a UFPR ocupava o 11º lugar no *ranking* nacional de pesquisa entre as IES, dados do CNPq. Em 2009 foram titulados 881 M e 271 D, e o triênio trouxe aumento de 66,6% do número de publicações em periódicos indexados internacionalmente (ISI–Web of Science), alcançando 2.650 artigos. Neste período o número de citações dos trabalhos científicos publicados por pesquisadores da UFPR foi de 17.999 (ISI – *Web of Science*). Esse desempenho reflete, também, uma atuação institucional de estímulo à integração da graduação com a pós-graduação através de programas de bolsas de iniciação científica (PIBIC-CNPq 370 e UFPR-TN 240), apoio à iniciação tecnológica (PIBITI 55CNPq), Ações Afirmativas (25-CNPq e 60-FA, BOLSAS REUNI para pós graduação (358-D e 702-M), fato que possibilitou melhoria da relação pós-graduação e graduação com impacto significativo na diminuição da evasão escolar na graduação. Tem-se, então, que a Política de Pesquisa da UFPR é norteada pela indissociabilidade entre as atividades-fim próprias de uma Universidade, e progressivamente intensifica suas ações nesse sentido: em 2009 foi realizada a 1ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Outro indicador do aprimoramento técnico-científico da UFPR foi a consolidação e fortalecimento do sistema de inovação tecnológica, com a instituição da Agência de Inovação da UFPR em maio de 2008 por Resolução do Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD). A Agência tem entre seus objetivos valorizar a pesquisa aplicada, articular parcerias estratégicas entre a universidade e os setores produtivos e difundir a cultura de proteção da propriedade intelectual. Sua estrutura operacional conta com as Coordenações de Propriedade Intelectual, de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, e de Transferência de Tecnologias. A iniciativa busca estimular a cultura e o ensino do empreendedorismo dentro da UFPR, fomentar a criação e o desenvolvimento de produtos e implantação de empresas inovadoras de tecnologia. A Agência de Inovação visa tornar-se uma referência no Estado do Paraná para captação, suporte e desenvolvimento de novos empreendimentos multidisciplinares, com ênfase em Inovação e transferência de Tecnologia. A criação da Agência de Inovação possibilitou consolidar-se o Núcleo de Propriedade Intelectual, criado em 2003. A atuação desse Núcleo viabilizou até 2009 o depósito de 49 patentes de invenção e o processamento de outras 16 iniciativas. Além disso, foram depositados dois modelos de utilidade e oito registros de marcas, das quais seis foram concedidas pelo INPI.

Ainda em 2009, a Agência lançou o primeiro edital para licenciamento de patente: “Fertilizante de liberação lenta de nitrogênio preparado com argilominerais da família do caulim intercalados com uréia e dispersos em polímeros biodegradáveis”, em fase final de análise de proposta para transferência de tecnologia para empresa. Neste ano de 2010, alcançou a marca de cem patentes e pela primeira vez transferiu tecnologia para a indústria.

A UFPR desenvolve também um forte programa de internacionalização, com atividades regulares de cooperação e intercâmbio acadêmico e científico, notadamente na sua participação na UNILA e de seu Sistema Integrado de Relações Internacionais, que conta com um Conselho de Representantes dos diversos setores acadêmicos. A integração com o Cone Sul recebe atenção especial desse Sistema, assim como a presença da Instituição na AUGM. Recentemente a UFPR firmou um acordo de cooperação técnico-científica com a Universidade de Bielefeld, Alemanha e com a Associação Italiana da Ecologia Humana de Padova- Itália. Sob este acordo foi assinado um termo aditivo entre (...) da mesma universidade alemã.

Os apoios a essas ações inovadoras provieram das agências financiadoras federais ligadas ao MCT e do Estado do Paraná, as quais revelam a nova tendência da UFPR em desenvolver tecnologia e biotecnologias de ponta nas áreas de Bioenergia e Biofertilizantes, além de atender as demandas em outras áreas.

A participação sistemática e continuada da UFPR nos editais PROINFRA tem permitido a integração e consolidação de grupos de pesquisa multidisciplinares envolvendo todos os Setores e a definição de políticas

institucionais e ações transversais para melhoria da qualidade e produtividade da pesquisa e formação de recursos humanos de alto nível na Instituição.

A política definida para a pesquisa na UFPR tem sido a publicação de editais, disponibilizados na página da PRPPG. A depender do tipo de Edital, este pode ser dirigido aos Programas de Pós-Graduação (PPGs), aos pesquisadores da UFPR, ou aos alunos regularmente matriculados em programas de graduação e de pós-graduação. Através dos Editais, a UFPR tem definido apoio a:

- desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- publicação de teses e dissertações produzidas em programas da UFPR;
- publicação de periódicos científicos já existentes com periodicidade regular;
- participação de pesquisadores em eventos;
- realização de eventos científicos na UFPR;
- realização de excursões didáticas;
- novos grupos de pesquisa;
- apoio a laboratórios multiusuários;
- bolsa IC institucional, além do apoio logístico a bolsas CNPq;
- programa enxoval, dirigido ao recém-doutor.

Os Editais estão em constante aprimoramento, buscando atender a um maior número de postulantes, a promover o desenvolvimento científico e social da instituição, e a premiar o mérito acadêmico. No que se refere ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, atenção especial é dada à consonância com os objetivos e missão institucionais; à promoção da integração com as atividades de ensino e extensão; e ainda que tenham impacto regional relevante.

São diretrizes da Pesquisa

- institucionalizar uma política interna de fomento à pesquisa científica alinhada aos objetivos e missão institucional da Universidade;
- ampliar a utilização e divulgação dos Editais de estímulo junto à comunidade científica da UFPR, definindo de forma mais clara os critérios de avaliação;
- estimular as avaliações realizadas por comissões constituídas por docentes externos à UFPR, para o que se deve construir um banco de avaliadores ah doc;
- realizar avaliação junto à comunidade científica da UFPR dos resultados obtidos com a política e Editais de fomento à pesquisa; incorporando as melhorias discutidas nos Editais subsequentes.

Para as excursões didáticas:

- definir critérios para assegurar a realização e avaliação das excursões didáticas, com recursos financeiros da instituição.

Quanto aos auxílios financeiros para participação e realização de congressos:

- definir critérios e sistemática de liberação de auxílios financeiros à pesquisa científica alinhados aos objetivos e missão institucional da UFPR.
- dar conhecimento à comunidade científica da UFPR do orçamento anual e dos relatórios de avaliação de auxílios atendidos.
- criar normas para a elaboração de convênios e para sua operacionalização e acompanhamento.
- assegurar à UFPR e a seus pesquisadores o Direito de patente e Royalties sobre produtos de pesquisa.
- estimular uma cultura de captação de convênios para pesquisas através de novas fontes de financiamento.

Para os Grupos de Pesquisa:

- dar suporte aos pesquisadores UFPR no cadastramento/atualização e garantir crescimento/consolidação dos grupos de pesquisa.
- facilitar o trabalho de certificação pela Instituição dos grupos de pesquisa da UFPR.

Para incentivo à Iniciação Científica:

- estimular pesquisadores a envolver estudantes de graduação no processo de investigação científica.
- difundir a política de creditação de carga horária de iniciação científica como atividade complementar nos cursos de graduação da UFPR.
- estabelecer critérios de vinculação da renovação/aprovação da bolsa PIBIC/PIBITI/AF IC-EM e IC- Jr à participação efetiva do pesquisador no Programa.
- despertar a vocação científica e incentivar os talentos potenciais entre os estudantes de graduação, qualificando quadros para os Programas de Pós-Graduação.

- aumentar a captação de bolsas de Iniciação Científica nos órgãos de fomento
- valorizar a participação dos docentes nas atividades da IC;
- incentivar todos os alunos da UFPR para participar de atividades da SIEPE
- promover o incentivo dos Conselhos Setoriais para os Comitês Setoriais de pesquisa;
- realizar avaliação da IC pela comunidade da UFPR ;
- atualizar programas de informática para o gerenciamento da IC
- melhorar a participação dos pesquisadores em programas de bolsas emergentes(IC Jr e IC-EM, p.ex.);
- promover a integração dos discentes dos vários programas com as atividades da pesquisa e da inovação tecnológica.

Políticas e diretrizes de Extensão e Cultura

A **PROEC** tem por objetivo desenvolver de forma integrada ações de extensão, cultura e desenvolvimento social articulando ensino, pesquisa e extensão de forma inter e multidisciplinar. Isto acontece através da reflexão e discussão sobre o espaço social e os agentes nele envolvidos, privilegiando ações conjuntas com as administrações públicas e a sociedade civil, objetivando o desenvolvimento sustentável e a transformação social. Desta forma o corpo acadêmico é preparado para o processo permanente de educação e interação dialógica com a comunidade interna e externa em que se unem conhecimentos teóricos e práticos no processo de inclusão social e construção do conhecimento, socializado através de debates, publicações, apresentações e exposições.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é responsável, em linhas gerais, pela promoção e difusão de iniciativas culturais e artísticas, e pela orientação e definição de políticas relativas à Extensão Universitária. Além das Coordenadorias de Extensão e de Cultura, a Editora da UFPR e o Museu de Arqueologia e Etnologia também fazem parte da PROEC, o que exprime a diversidade de ações sob sua responsabilidade.

A **Coordenadoria de Cultura** é responsável pelo Festival de Inverno da UFPR, evento realizado anualmente em Antonina, por três espaços culturais: Musa – Museu de Arte da UFPR, Teatro da Reitoria e TEUNI – Teatro Experimental da UFPR, e também, por cinco grupos artísticos: Coro, Orquestra Filarmônica, Grupo de MPB, Têssera Companhia de Dança e Companhia de Teatro Palavração. Além disso, responde pelos seguintes projetos sociais: Curso de Dança Moderna e Musicalização Infantil. Os Grupos apresentam anualmente duas temporadas oficiais de espetáculos nos espaços culturais da UFPR. São eventos gratuitos, com excelência artística e direcionados a um público heterogêneo. Além das temporadas oficiais, os Grupos Artísticos também se apresentam em diversos espaços dentro e fora da UFPR, sempre assumindo a função de pesquisa e difusão artística. A participação nos Grupos Artísticos da UFPR é aberta a alunos, servidores técnico-administrativos, professores e pessoas da comunidade externa, o que se configura como uma possibilidade democrática na experiência com linguagens artísticas, independente do vínculo com a Universidade.

Um evento de grande importância promovido pela Coordenadoria de Cultura é o já consagrado Festival de Inverno da UFPR, que acontece todos os anos, no mês de julho, na cidade de Antonina. Com vinte e uma edições ininterruptas, o Festival propicia a abertura de um espaço alternativo de aprendizagem, prática, reflexão crítica, apreciação e produção artístico-cultural, numa verdadeira articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Busca, também, formas diferenciadas de socializar o conhecimento artístico em ambientes diferentes do acadêmico formal, num processo de integração com os mais variados segmentos da sociedade, bem como a descoberta e o aprofundamento da dimensão estética, servindo como elo entre as mais variadas áreas artísticas. Além disso, o programa tem se preocupado com o resgate do fazer artístico e do universo histórico local, assim como com o artesanato de toda a região litorânea, investindo na melhoria da qualidade do ensino de arte e na troca de experiências – por meio do convívio de todos os participantes, artistas e professores – estimulando a expressão múltipla da arte num contexto de interdisciplinaridade.

A partir de uma política de valorização e divulgação das ações culturais, que incluem as Temporadas Oficiais dos Grupos Artísticos, o Festival de Inverno e Exposições, a Coordenadoria de Cultura atingiu, no período de 2007 a 2011, correspondente à vigência do último PDI, um público de aproximadamente 650 mil pessoas.

Visando a produção, promoção e difusão da arte e da cultura dentro e fora do ambiente universitário, possibilitando a divulgação da música, das artes visuais, das artes cênicas e da dança, a equipe da Coordenadoria de Cultura tem o propósito de atingir um público ainda maior, fazendo com que esse tipo de ação seja cada vez mais acessível a todas as camadas da população, o que se reflete nas Diretrizes por ela estabelecidas para o período de 2012 a 2016.

Por sua vez, a **Coordenadoria de Extensão (COEX)** é responsável pela orientação, coordenação, supervisão e certificação de atividades de Extensão Universitária realizadas na UFPR. Para a definição da Política de Extensão da UFPR, a PROEC conta com o Comitê Assessor de Extensão (CAEX), composto por representantes da PROEC (Pró-Reitor e Coordenador de Extensão) e todos os Setores da UFPR, do Campus

Palotina e do Diretório Central de Estudantes. Este Comitê desempenha ação contínua de acompanhamento e avaliação de propostas e relatórios das atividades extensionistas, bem como no estabelecimento de critérios para apreciação destes registros e para distribuição de bolsas, contribuindo de forma importante para a orientação e consolidação da Extensão na UFPR.

A COEX, juntamente com o CAEX, tem buscado fortalecer e difundir a Extensão nas práticas formativas da Universidade, e para isso tem realizado diversas ações que envolveram, em 2011, o estabelecimento de duas novas Resoluções (25/11-CEPE e 72/11-CEPE) referentes, respectivamente, à Bolsa Extensão e às Atividades de Extensão na Universidade; o início da implementação do Sistema Integrado de Gerenciamento da Extensão Universitária; um novo link, mais completo e acessível aos usuários, e vem planejando outras ações para a continuidade deste processo, refletidas nas diretrizes estabelecidas neste PDI, para o período de 2012 a 2016.

A COEX acompanha as ações de Extensão da UFPR, originadas e executadas pelos diversos Setores, abrangendo as regiões metropolitana, litorânea, do Vale do Ribeira e do oeste do Estado do Paraná, assim como algumas ações construídas junto a outros Estados brasileiros.

Os Programas e Projetos são realizados em conjunto com vários grupos parceiros, como instituições públicas e privadas, ONGs, associações e outros em fase de organização, e envolvem todos os Setores da UFPR. Estas iniciativas contam com um número historicamente crescente de bolsas, que viabilizam e incentivam a participação de discentes nas Ações de Extensão. Além disso, tem sido ampliada a quantidade de Cursos de Extensão realizados na UFPR, de forma isolada ou articulados a Projetos e Programas.

No período de vigência do PDI anterior, é possível notar o crescente aumento do número de Programas e Projetos de Extensão registrados (de 134 em 2006, para 254, no total, em 2011). Da mesma forma, os números de discentes, docentes e técnicos administrativos da Universidade vêm se expandindo. Considera-se que esta expansão decorre em parte da ação da PROEC no incentivo ao desenvolvimento de atividades extensionistas, bem como do reconhecimento da comunidade universitária da relevância da Extensão como elemento indissociável do Ensino e da Pesquisa, na formação promovida na UFPR.

Vinculada à PROEC, a **Editora da Universidade**, criada em 1987, concretizou-se como uma importante unidade a elevar o nome da UFPR, através das inúmeras publicações que fez ao longo de sua história.

A finalidade principal da Editora UFPR é a publicação de livros, cuja tônica temática é decorrente da produção intelectual e científica de autores nacionais e internacionais das diversas áreas do conhecimento e da cultura. Com esse objetivo cada vez mais acentuado é que a Editora da UFPR vem expandindo cada vez mais a sua produção, sendo cada vez mais procurada por autores/pesquisadores para publicação de seus originais, tendo passado de 30 originais avaliados em média em 2009 e 2010 para 49 em 2011.

A Editora também teve um aumento considerável na sua produção editorial, atingindo a marca de 39 livros produzidos ao longo do ano de 2011, sendo que 26 deles são de títulos novos e os demais de reedições/reimpressões. Dentre os títulos novos, é importante lembrar que 6 são traduções, publicados na linha do investimento em traduções que a Editora tem feito nos últimos 10 anos. Foram dezenas de títulos traduzidos lançados pela Editora desde o início dos anos 2000, o que tem feito com que ela ganhe cada vez mais reconhecimento do público leitor, do mercado editorial brasileiro, notadamente o universitário, e também espaço na mídia.

A Editora também administra duas livrarias, uma no Edifício D. Pedro II, no espaço da Reitoria e outra no Centro Politécnico, que comercializam os livros do seu próprio catálogo e também de outras editoras universitárias brasileiras; e participa das Bienais do Livro e das demais feiras do livro que acontecem pelo Brasil, a fim de promover e comercializar o seu catálogo. Além disso, patrocina duas feiras universitárias do livro, uma no primeiro e outra no último quadrimestre do ano, que são abertas à comunidade externa e também têm atraído a atenção da mídia em geral que sempre as tem repercutido.

Por sua vez, o **Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE)** é responsável pela preservação do patrimônio histórico-cultural constituído pelo acervo de 80.000 peças, divididas em quatro coleções (Arqueologia, Cultura Popular, Etnologia Indígena, Documentação Textual, Sonora), e pelo desenvolvimento de ações referidas a esse acervo que articulem ensino, pesquisa, extensão, ações educativas e museológicas. Tais dimensões se dinamizam de maneira transversal, em ações de fluxo contínuo e são operacionalizadas por meio de parcerias internas à UFPR e com Instituições de Ensino Superior do Litoral, a exemplo da FAFIPAR – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Além da atuação científico-acadêmica, o MAE constitui, para a população litorânea de baixa renda, como a mais segura referência de museu, e articula conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico à história regional e ao saber dos múltiplos atores locais (grupos indígenas, comunidades caiçaras, afro-descendentes, entre outras), oferecendo à comunidade nacional e internacional uma leitura destes variados universos de pensamento social por meio das exposições de longa duração e das temporárias; e desenvolve visitas guiadas aos espaços museais e oficinas didáticas para o público escolar, realizadas pela equipe de profissionais e pelos graduandos bolsistas. O acesso do público portador de necessidades especiais, notadamente os deficientes

visuais, aos conteúdos expositivos e materiais didáticos do MAE são garantidos pela perspectiva de transposição das informações para suportes museográficos adaptados para leitura em braile, sinalizações de ambiente e por materiais didáticos manipuláveis. No campo da cultura, o MAE disponibiliza para a comunidade litorânea uma agenda denominada *Sábados no Museu* que contempla eventos artísticos e culturais originados na própria comunidade ou a ela direcionados por agentes culturais de outros municípios da região ou do Estado.

Em relação ao período de 2007 a 2011, relativo à vigência do PDI anterior, é possível notar a ampliação de diferentes campos de ação do MAE, por exemplo: o público atendido tanto na Sala Didático-Expositiva (inaugurada em 2009) quanto no Colégio Jesuíta em Paranaguá, entre estudantes e demais visitantes, passou de 11.356 em 2007, para 27.143 em 2011 (até novembro); os projetos do MAE que articulam pesquisa e extensão foram consolidados: são atualmente 6 projetos, que envolvem 47 estudantes bolsistas; além do aumento do número de exposições e demais atividades culturais promovidas, como a Agenda Cultural Sábados no Museu, e o Cineclube, inaugurado em 2011 em Paranaguá.

Com esta breve síntese, é possível perceber a abrangência e as diversas ações desenvolvidas pela **PROEC**, contribuindo ativamente para a consolidação do compromisso social de nossa Universidade para com sua comunidade interna – docentes, técnicos e discentes – e a externa. As **políticas e diretrizes gerais**, abaixo relacionadas, e estabelecidas para o período de 2012 a 2016, visam a fortalecer tal comprometimento, e ao aperfeiçoamento e expansão de atividades e processos, já em desenvolvimento ou que são compreendidos como desdobramentos necessários para o que foi construído até o momento:

- esclarecer a comunidade universitária sobre o conceito de Extensão, possibilidades de ação, bem como sobre sua relevância para a formação acadêmica;
- promover a valorização institucional de coordenadores e participantes de Programas e Projetos de Extensão;
- aperfeiçoar a infraestrutura para coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades de Extensão;
- promover intercâmbios entre extensionistas a partir da publicação da Revista Extensão em Foco;
- contribuir com subsídios para as discussões de reformulação de currículos de Cursos;
- inovar, expandir e consolidar as atividades de Extensão e Cultura;
- fortalecer e aprimorar a divulgação das Atividades de Extensão e de Cultura desenvolvidas no âmbito da UFPR, interna e externamente à Universidade;
- fortalecer as políticas e o apoio institucional a ações artísticas e culturais na UFPR;
- ampliar quantitativa e qualitativamente o escopo editorial, da Editora, incluindo o desenvolvimento de produção digital;
- contribuir para a proposição e implementação de políticas relativas à preservação e fruição do patrimônio histórico-cultural e arquivístico na UFPR;
- estabelecer e fortalecer cooperação e parcerias com outras Instituições Sociais e de Ensino Superior, nacionais e internacionais; e
- contribuir com a proposição de políticas e iniciativas de qualificação de servidores da UFPR.

Estas diretrizes serão operacionalizadas a partir de metas e ações a serem detalhadas, acompanhadas e atualizadas nos planejamentos anuais da PROEC.

Políticas de Gestão

O órgão superior de gestão executiva da UFPR é a Reitoria, dirigida pelo Reitor e pelo Vice-Reitor. Para auxiliá-la em suas ações, ela conta com sete Pró-Reitorias – Ensino de Graduação e Educação Profissional, Administração, Assuntos Estudantis, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Cultura, Gestão de Pessoas, e Planejamento, Orçamento e Finanças – e órgãos suplementares, como as Assessorias de Comunicação Social e de Relações Internacionais. A Assessoria de Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná, ARI/UFPR, é responsável pela profissionalização e institucionalização das ações de cooperação para internacionalização da UFPR. Sua missão é propor e executar uma política consolidando a abertura da UFPR para maior inserção internacional, enfocando a mobilidade acadêmica (docente e discente) e técnica, promovendo a internacionalização do ensino superior, da pesquisa e da extensão e sua excelência, a fim de formar profissionais capazes de competir no mercado de trabalho globalizado.

Constitui o cerne das políticas de gestão da UFPR, ratificadas em Seminário de Planejamento realizado pela Administração Central em 2009, garantir a qualidade do processo de formação do cidadão e profissional comprometido com o bem-estar social e com o desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios de compromisso social e público, relevância científica e social, justiça e equidade, inovação, entendimento intercultural, internacionalização, interatividade e mobilidade.

Somando-se à Gestão Executiva da UFPR para o atendimento desses princípios, a Universidade conta com quatro Órgãos Colegiados Superiores. A eles compete, dentre outras atribuições, exercer jurisdição superior e traçar a política geral da Universidade (Conselho Universitário); deliberar sobre ingressos discente e docente e sobre Cursos de Graduação, Programas de Pós-Graduação, Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento (Conselho de Ensino e Pesquisa); discutir e propor políticas nas áreas administrativa,

patrimonial, financeira e de recursos humanos (Conselho de Planejamento e Administração); e examinar a contabilidade, os balancetes mensais e a documentação da Universidade (Conselho de Curadores). Os três primeiros Conselhos são presididos pelo Reitor da Universidade; o quarto, Conselho do qual o Reitor não faz parte, é presidido por um membro eleito entre seus pares. Além de representantes discentes e servidores docentes e técnico-administrativos, inclusive aposentados, também a Comunidade externa participa da gestão institucional, por representantes dos trabalhadores e de entidades patronais nos Conselhos.

A gestão dos Hospitais de Clínicas e Maternidade Vítor Ferreira do Amaral é própria, porém ligada à UFPR por elementos orçamentário-financeiros e, gerencialmente, pela Coordenadoria dos Hospitais Universitários. O Hospital do Trabalhador é operado mediante convênio entre a Universidade e o Governo do Estado do Paraná, e os Hospitais Veterinários – Curitiba e Palotina – são subordinados, respectivamente, ao Setor de Ciências Agrárias e ao Campus Palotina.

No âmbito dos 12 Setores acadêmicos e do Campus Palotina a gestão administrativa e acadêmica ocorre pelas respectivas direções, com auxílio de unidades orçamentárias próprias; de Comitês Setoriais, como os de Pesquisa, de Extensão e de Ética; de Departamentos; e das Coordenações ou Câmaras dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação que a eles estão vinculados.

Outros dois relevantes apoios à gestão institucional são propiciados pela Procuradoria Federal na UFPR e pela Auditoria Interna. A primeira Unidade subordina-se à Advocacia Geral da União, e congrega um Procurador-Chefe e seis procuradores auxiliares. A segunda é vinculada ao Gabinete do Reitor, e dispõe de um corpo de profissionais qualificados para examinar as contas da Universidade e prestar as orientações ou determinações necessárias ao atendimento da legislação nos instrumentos celebrados pela Instituição.

Na gestão técnica, administrativa e financeira de programas e projetos de pesquisa, ensino, extensão, saúde e desenvolvimento institucional realizados no âmbito da Universidade, bem como nos processos seletivos por ela efetuados, participam as Fundações de Apoio. Com tais atribuições destaca-se a FUNPAR, Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura. Além de um quadro de funcionários próprios e um conjunto de dirigentes com vivência universitária, participa da gestão da FUNPAR um Conselho Diretor com histórica trajetória no setor produtivo do Estado. Integram-no representantes do extinto Banco de Desenvolvimento do Paraná, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da Federação do Comércio do Estado do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Compromisso social da Instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região

A UFPR vem crescendo. De 2006 para 2010 o número de vagas ofertadas no nível graduação aumentou de 4.214 para 5.879, e o de Cursos ofertados nos níveis graduação, residências médica e multiprofissional, e pós-graduação *stricto sensu* aumentou de 186 para 249. No mesmo período, no Ensino a Distância o número de cursos ofertados aumentou de 3, com 874 alunos, para 17, com 5.324 alunos. Expansão universitária vem ocorrendo no restante do país, também, entretanto o Estado do Paraná exige da gestão pública uma atenção especial: na década de 90, a fração populacional de idade 18-22 anos com acesso à Educação Superior duplicou (de 4,99 para 10,2%), aumento superior ao apresentado no país (70%, de 4,45 para 7,58). Com efeito, a demanda por Ensino Superior vem crescendo no Estado, com imediata resposta das Instituições públicas e privadas, que também elevam o número de vagas. Os números atestam que a relação demanda/oferta mantém-se significativa e alerta que a UFPR, para cumprir seu papel social, deve manter uma dinâmica de permanente adaptação aos novos tempos.

Outra singularidade que realça a necessária adaptabilidade da Instituição é o fato da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, onde a UFPR concentra seu maior efetivo em pessoal e infraestrutura física, ser aquela que, dentre as 10 mesorregiões do Estado, apresentará de 2008 a 2020 a maior variação (16%) da fração populacional de idade 18-22 anos com acesso à Educação Superior. O valor corresponde a quatro vezes a projeção para o Estado como um todo, ilustrando o papel das IES de Curitiba e região metropolitana em atender esse contingente de novos universitários, correlacionando demandas da Sociedade com políticas públicas.

O compromisso social na UFPR traduz-se, também, nas práticas acadêmicas voltadas a princípios que primam pelo bem-estar das comunidades interna e externa e pelo exercício dos direitos e deveres enquanto cidadãos envolvidos com o desenvolvimento sustentável, tendo como diretriz a formação da cidadania. No âmbito interno, a UFPR buscará no próximo quinquênio manter as políticas de assistência estudantil, compreendendo, dentre outras, bolsas Permanência, Auxílio Moradia, Apoio à Mobilidade e Benefícios Refeição e Moradia Casa do Estudante Universitário; e de qualificação de servidores, por meio de cursos oferecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Deverão prosseguir, também, as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, e o Núcleo de Apoio a

Ações Afirmativas para Inclusão social em atividades de pesquisa e extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

A Comunicação Social não é menos importante. Por meio de rádio com acesso digital e de televisão com acesso pelos canais 15 da NET e 71 da TVA, a UFPR veicula programação de caráter didático produzida por seus técnicos, docentes e alunos.

Outra forma de praticar o compromisso social perante a Comunidade dá-se pelo programa de Educação a Distância, decorrente da integração da UFPR à Universidade Aberta do Brasil por projetos e programas desenvolvidos junto a Professores dos Ensinos Fundamental e Médio.

O compromisso social da UFPR manifesta-se igualmente na assistência à saúde da população. Em 2010 seus Hospitais Universitários – Hospital de Clínicas, Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral e Hospital do Trabalhador – disponibilizaram à população 947 leitos e realizaram 39.179 internações, 2.485.992 exames complementares, 25.682 cirurgias e 178 transplantes. O HC constitui centro de excelência em algumas áreas capitais, recebendo pacientes também do interior do Paraná e de outros estados. Menção deve ser feita, ainda, aos dois Hospitais Veterinários – Curitiba e Palotina, que servem prioritariamente às atividades de ensino do Curso de Medicina Veterinária mas prestam, também, assistência em clínica médica, clínica cirúrgica, teriogenologia, e diagnósticos laboratoriais à comunidade em geral.

Projeção para o quinquênio: UFPR progressivamente atuar coerente ao conceito de saúde única, em que a saúde humana, animal e ambiental são indissociáveis, o que envolve mudanças de alguns paradigmas e ações inovadoras em ensino, pesquisa e extensão.

O compromisso **social** da UFPR manifesta-se ainda, por meio de diversas ações culturais, desenvolvidas pela Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Os cinco Grupos Artísticos: **Orquestra Filarmônica, Coro, Grupo de MPB, Companhia de Teatro Palavração e Têssera Companhia de Dança** se apresentam em espaços dentro e fora da UFPR. São eventos gratuitos com excelência artística. A participação nos Grupos Artísticos da UFPR é aberta a alunos, servidores técnico-administrativos, professores e pessoas da comunidade externa, o que se configura como uma possibilidade democrática na experiência com linguagens artísticas, independente do vínculo com a Universidade. O Curso de Dança Moderna da UFPR, vinculado à Têssera Companhia de Dança, tem como objetivo, atender aos jovens na faixa etária a partir dos nove anos de idade, pertencentes à comunidade interna e externa da UFPR, proporcionando-lhes o aprendizado e a prática da dança moderna gratuitamente, instrumentalizando-os mediante a transmissão de conhecimentos teóricos e práticos, assumindo a tarefa de contribuir com a formação deste bailarino (física e tecnicamente) e para a “oxigenação”, desenvolvimento, pesquisa e produção da cultura. O Projeto de Musicalização através do Canto Coral tem como objetivo oferecer a crianças e jovens da faixa etária de sete a quatorze anos, a oportunidade de conhecer os códigos da escrita musical. Para tanto, usam-se os recursos da voz, entendendo-a como instrumento. Em todos os ensaios são abordados exercícios de técnica vocal, relaxamento, concentração, percepção auditiva, coordenação motora, expressão corporal e ritmo, elementos esses que desenvolvem as habilidades necessárias a um bom músico.

No plano econômico, deve-se considerar que a UFPR localiza-se na mesorregião que concentra maior parcela do PIB do Estado – 43% em 2002, 45% em 2006. Parcerias da Universidade com instituições públicas e privadas ocorrem de longa data, mas almeja-se ampliação no período 2012-2016. De fato, o Estado do Paraná é vocacionado em muitos setores produtivos, o que permite ampla interação para fins de transferência de tecnologia e formação de recursos humanos. Cooperações já existentes deverão ser mantidas e ampliadas, e novas criadas, nos setores primário, secundário e terciário.

Embora o Estado do Paraná notabilize-se por seu desempenho no agronegócio, nas últimas duas décadas alcançou posição de destaque na indústria, também. Em 2004 o setor industrial respondia por 16% das micro e pequenas empresas do Estado, enquanto no país tal participação variava de 9 a 20% (média de 14%). As transformações havidas no Paraná sinalizam que a UFPR deve – ela também – ajustar-se aos novos tempos. De 1996 para 2007 os três setores que mais empregavam trocaram suas posições: Administração Pública Direta e Indireta passou da 1ª para a 3ª colocação, enquanto os Setores de Transformação e de Comércio Varejista avançaram, respectivamente, da 2ª para a 1ª e da 3ª para a 2ª colocação. Esse novo cenário de produção e consumo deve ser correspondido nas ações de uma Instituição que forma recursos humanos e atua em C,T&I.

4. CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. CORPO DOCENTE

Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

Políticas de Qualificação:

O Programa REUNI proporcionou a expansão do quadro de servidores docentes, com novas admissões para atender a demanda apresentada com o aumento do número de vagas discentes na UFPR. Somado a tal fato, a criação do banco de professor equivalente através da Portaria Normativa nº 22, de 30 de abril de 2007, proporcionou a reposição de vacâncias ocorridas a partir de 1º de julho de 2007. Diante de tal fato, novas demandas para qualificação docente deverão ser apresentadas.

Plano de Carreira:

A carreira dos servidores ocupantes do cargo de magistério superior federal está disciplinada no Decreto nº 94.664/1987, na Lei nº 11.344/2006 e na Lei nº 11.784/2008. No âmbito interno é disciplinada pela Resolução nº 09/2008- CEPE, que estabelece critérios de avaliação do desempenho acadêmico dos docentes, para fins de progressão na carreira.

A nova proposta de carreira docente está sendo proposta pelo governo federal, através de Projeto de Lei, que atualmente ainda se encontra em discussão.

Regime de trabalho:

O regime de trabalho da carreira de magistério superior é definido através do Decreto nº 94.664/1987, na Lei nº 11.344/2006 e na Lei nº 11.784/2008. Internamente é regulamentado pela Resolução nº 108/00-CEPE.

Atualmente a alteração do regime de trabalho depende ainda de prévia disponibilidade de pontos do banco de professor equivalente, instituído pela Portaria Normativa nº 22, de 30 de abril de 2007. Diante de tal fato, é necessário estabelecer critérios para que docentes interessados em alterar o regime de trabalho possam ter contempladas suas expectativas, sendo considerado para tal o interesse institucional.

4.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**Críticos de seleção e contratação**

Os critérios de seleção do quadro de pessoal técnico-administrativo nas IFES estão definidos por legislação específica constante no Decreto nº 6944/2009 e na Lei nº 11091/2005. O ingresso do servidor técnico-administrativo na Universidade Federal do Paraná se dá por meio de aprovação em Concurso Público, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

Políticas de Qualificação: As políticas de Qualificação de servidores técnico-administrativos da UFPR foram definidas através do Programa de Qualificação e Capacitação que apresenta as diretrizes gerais e programação no período de 2009-2012, aprovado através da Resolução nº 37/09-COPLAD (Conselho de Planejamento e Administração da UFPR)

Plano de Carreira

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira visa atender às Leis 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, as diretrizes gerais estabelecidas no Decreto 5.825, de 29 de junho de 2006 e na Portaria nº 09, de 29 de junho de 2006 do Ministério da Educação e demais Resoluções da Comissão Nacional Supervisora.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFPR deve contemplar o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nos arts. 3º e 24 da Lei nº 11.091/2005 e no art. 2º do Decreto nº 5.825/2006.

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação busca afirmar que a política de desenvolvimento dos servidores, que envolve capacitação, aperfeiçoamento e avaliação de desempenho, deve estar orientada pelo papel do Estado e pelo projeto de cada um de seus Órgãos para, a um só tempo, responder a necessidade de qualificar os serviços e aos anseios de crescimento profissional dos servidores.

O desenvolvimento na carreira visa à qualificação do processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica, e o cumprimento da função social da Instituição constituindo-se em perspectiva funcional que tenha como parâmetros o planejamento, o desenvolvimento organizacional e a realização profissional dos servidores.

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira – PDIPC, traz em seu bojo três programas, que são: Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da UFPR; Programa de Capacitação e

Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho, conforme previsto no artigo 24 da Lei 11.091, de 12/01/2005 e no artigo 5º do Decreto 5.825, de 29/06/2006.

Programa de Capacitação

As transformações dos processos de trabalho e a rapidez com que surgem novos conhecimentos e informações têm exigido uma capacitação permanente e continuada para propiciar um atendimento qualitativo por parte dos servidores técnico-administrativos em educação.

Essa capacitação possibilita aos servidores qualidade e competência técnica na execução de suas atividades, potencializando o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, em consonância com as Leis 11091/05 e 11233/05, o Decreto 5825/06 e a Portaria 09/06-MEC, compreenderá a capacitação nas suas mais diversas formas, correspondentes à natureza das atividades do serviço público na área da educação, às exigências dos cargos e ambientes da carreira, incluindo a educação formal.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento deve contemplar a participação de todos os trabalhadores que concorrem, de forma continuada, para a realização das atividades institucionais.

Programa de Avaliação de Desempenho

Qualquer planejamento de trabalho baseia-se em objetivos a serem atingidos e no cumprimento da função social da Instituição e requer avaliação sobre o resultado alcançado, através da identificação e análise dos elementos facilitadores e dificultadores presentes no processo.

A avaliação visa subsidiar o planejamento institucional, especialmente quanto à política de gestão de pessoal, na definição dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento e de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal da UFPR. Além disso, é instrumento para o desenvolvimento na carreira, por progressão por mérito profissional, constituindo-se em processo contínuo, sistemático e com caráter pedagógico.

A proposta para os processos de avaliação de desempenho na UFPR parte do princípio de que a esta deve integrar o processo de avaliação institucional, orientando-se por objetivos, metas e compromissos definidos coletivamente em grupos de trabalho e referenciados nas expectativas do público usuário. Em respeito ao princípio da co-responsabilidade de gestão, o processo deve ser descentralizado, em sua execução, com ênfase em aspectos qualitativos e processuais, garantindo subsídios para a melhoria das condições de trabalho e dos serviços prestados.

Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal e Modelo de Alocação de Vagas

Este programa faz uma análise dos aspectos quantitativos e qualitativos do quadro atual. Nesta análise é fundamental apontar-se a necessidade ideal de pessoal nas unidades de trabalho, identificando-se os desvios de função existentes, e a realidade existente da terceirização de algumas atividades. Somente com dados consistentes será possível a Administração da UFPR pensar o remanejamento, a reposição e ampliação do quadro de servidores.

A composição da força de trabalho que atenda as necessidades institucionais deve indicar, a partir deste programa, mais que uma política de ampliação de vagas e de quadro. Deve prever a substituição gradual dos trabalhadores terceirizados e precários, por servidores concursados, e também a adequação da força de trabalho em cada órgão ao processo de trabalho e inovações tecnológicas, tendo em vista os objetivos, o planejamento e a avaliação institucional.

A existência deste programa permite estabelecer uma matriz que possa dar conta da diversidade de unidades que compõem a UFPR, a diversidade de setores e ambientes organizacionais. E, por fim, ressaltar a necessidade de que em cada unidade, ao se aplicar tal matriz e fazer a alocação de cargos, sejam observadas peculiaridades como: condições de trabalho, composição etária, saúde ocupacional do quadro, organização do processo de trabalho, condições tecnológicas e outras detectadas pelas áreas de gestão de pessoas.

Aumento do número servidores onde existe uma demanda muito grande de professores.

Aumento da demanda de servidores visto a retomada dos cargos devolvidos ao MEC (sem privilégio apenas aos níveis A,B e C)

Regime de Trabalho

O regime de trabalho do quadro de pessoal técnico-administrativo nas IFES está definido por legislação específica constante na Lei 11.091/2005.

Propostas de saúde do servidor

As ações da Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Servidor (CAISS) visam implementar na UFPR as recentes alterações na legislação, principalmente no que concerne a Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor, bem com reforçar e ampliar as ações já existentes no campo de atenção e promoção à saúde dos servidores da UFPR, consolidando assim o Programa Institucional de Promoção da Saúde do Servidor da UFPR (PRO SAÚDE).

Nesse sentido, a PROGEPE/CAISS e suas unidades vêm buscando estruturar suas rotinas de trabalho a fim de facilitar a implantação das novas diretrizes trazidas pelos decretos 6833 e 6856, ambos de 2009, que instituíram, respectivamente, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e os exames médicos periódicos para os servidores públicos federais, assim como pela portaria 1261/2010 da SRH/MPOG, que versa sobre os princípios, diretrizes e ações em saúde mental.

Além disso, a busca de parcerias com departamentos acadêmicos para a viabilização e execução de ações do PRO SAÚDE é uma estratégia que almeja a perenização do próprio programa.

O PRO SAÚDE apresenta quatro eixos principais de atuação, que refletem os campos de maior preocupação atualmente no que tange o adoecimento dos servidores. São eles: 1) Saúde Mental; 2) Saúde no Trabalho; 3) Doenças e Agravos Não Transmissíveis – DANT e 4) Segurança no Trabalho. Esses quatro eixos apresentam inter-relações e áreas de sobreposição importantes, não podendo ser totalmente separados na prática. Isso implica que as ações e estratégias adotadas muitas vezes abrangem mais de um eixo.

Existem metas tanto de curto, como de médio e longo prazo e que a inclusão destas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016 é crucial para que todo o esforço despendido até então tenha continuidade.

O SIASS e a UFPR: Implantar na UFPR uma unidade do SIASS, com o dimensionamento adequado tanto de espaço físico e equipamentos como de efetivo de profissionais técnicos é fundamental para que se possa colocar em prática, com eficiência e efetividade na UFPR o que traz a Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor. Desde março de 2010, a UAPS já utiliza o módulo eletrônico de perícias em saúde do SIAPE SAÚDE para os servidores avaliados. A tendência é que em pouco tempo todos os órgãos federais tenham seus servidores periciados dentro de um mesmo padrão, possibilitado pelo uso do módulo eletrônico.

A utilização dos módulos disponibilizados pelo MPOG no ambiente virtual do SIAPE SAÚDE deverá em pouco tempo reduzir o retrabalho e a redundância de informações registradas nos mais diferentes sistemas, uma vez que há a perspectiva de integração dos vários sistemas, como SIAPE, SIAPECAD, SIAPENET e SIAPE SAÚDE.

Outra possibilidade importantíssima, em especial no campo da promoção de saúde e vigilância, é a consolidação e resgate dos dados epidemiológicos de afastamento e adoecimento dos servidores, o que é fundamental para a tomada de decisões e estruturação de programas e ações de intervenção e prevenção.

A consolidação da unidade SIASS-UFPR convergirá os esforços, agregará profissionais e otimizará rotinas de trabalho de diversas unidades da CAISS, como a UAPS, URF e USESAO, que atualmente compõem o Grupo de Reabilitação (GR), de forma a ampliar o atendimento aos servidores de maneira multiprofissional e transdisciplinar.

A UASA e os CASAs: O atendimento em questões primárias de saúde para a comunidade universitária é uma conquista histórica dentro da UFPR. Os CASAs atualmente atendem, em resposta à demanda espontânea, por meio de consultas eletivas pré-agendadas nas áreas de clínica médica, pediatria, ginecologia, psiquiatria e odontologia.

Contudo, campi como Palotina ou o Setor Litoral ou estão completamente desassistidos ou são assistidos de forma mínima, havendo carência de profissionais. Apesar de não haver estímulo por parte do governo federal em ampliar a área assistencial, principalmente no que diz respeito ao servidor, existe apoio na área de assistência estudantil e, portanto, entende-se que é importante a ampliação desses atendimentos, em especial nos locais da UFPR em que a situação é mais precária.

A construção de uma nova sede para o CASA 3 é necessidade imperiosa, visto que a atual edificação que abriga o centro apresenta comprometimento em suas partes estruturais, além de não comportar de forma adequada todas as atividades hoje realizadas.

Os servidores do Hospital de Clínicas (HC) são atendidos no Ambulatório dos Funcionários (AF), que está vinculado à Unidade de Administração de Pessoal (UAP) do HC, ou seja, não formalmente ligado à CAISS. Embora haja cooperação mútua entre as partes é vital que se formalize e estabeleça meios mais fáceis de colaboração, respaldados institucionalmente.

Atendimentos de urgência e emergência são realizados por empresas licitadas para esta finalidade específica e assim deverá se manter, uma vez que atendimentos além do nível da atenção primária em saúde estão além do escopo da UFPR.

Os Exames Médicos Periódicos: Regulamentados pelo Decreto nº 6856 de 25 de maio de 2009, os exames médicos periódicos dos servidores da UFPR são uma obrigação por parte do órgão e um direito por

parte do servidor. O MPOG, desde a publicação do decreto, tem repassado em rubrica específica recurso financeiro para a execução do mesmo. O objetivo é implementá-los de tal maneira que boa parte desses recursos possam ser utilizados no ressarcimento de prestação de serviços, principalmente no que se refere aos exames laboratoriais, de unidades da própria UFPR.

O Ressarcimento à Saúde Suplementar (“per capita”): Apesar do SIASS ter como um dos seus três eixos fundamentais a assistência à saúde, o governo federal, transferiu de forma indireta essa responsabilidade para o setor suplementar de saúde, uma vez que ampliou a possibilidade dos servidores serem ressarcidos, até um determinado valor teto de acordo com a sua faixa etária e de remuneração, nos valores gastos em planos de saúde do setor suplementar.

Desse modo e entendendo que é importante que o servidor e seus dependentes tenham uma possibilidade real de encaminhamento para setores de atenção secundária e terciária em saúde no caso de necessidade, a CAISS vem divulgando a possibilidade do ressarcimento e esclarecendo os servidores sobre como obtê-lo.

Além disso, a meta é que o número mais próximo da totalidade dos servidores estejam cobertos por algum plano de saúde do setor suplementar.

O Programa de Saúde Mental: Profissionais técnicos da área de saúde mental e que atuam há anos no atendimento dos servidores se reúnem desde o último trimestre de 2009 em um grupo de trabalho (GT) denominado de “Rede de Apoio Psico-Social” que teve por objetivo elaborar o Programa de Saúde Mental, definir as estratégias para a sua concretização, além de periodicamente reavaliar as ações para as necessárias correções. Questões relacionadas às relações de trabalho, psico-dinâmica do trabalho, dependência química e transtornos mentais são exemplos de tópicos abordados no programa elaborado pelo GT.

O Programa Integrar e o Programa de Pré-Aposentadoria: Em parceria desde o final do ano de 2009 com a Profa. Elaine Schmitt, responsável pelo Programa Integrar do Departamento de Psicologia, o programa vem sendo estruturado. O objetivo é desmistificar o processo de aposentadoria e preparar aqueles que estão próximos a esse momento na sua carreira para esse importante ritual de passagem e a vida pós-trabalho.

Inclusão digital: Juntamente com a Unidade de Capacitação e Aperfeiçoamento de Pessoas (UCAP) da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), a CAISS instituiu a partir do último trimestre de 2010 o primeiro curso de inclusão digital para os servidores. A meta é expandir essa ação para os anos seguintes, de forma que todos possam utilizar as ferramentas da informática sem receios, algo essencial nos dias atuais.

Conversando sobre saúde: Proporcionar um espaço para o diálogo e promover a conversa sobre temas relacionados aos eixos do PRO SAÚDE é o objetivo principal dessa ação, de modo a ampliar o conhecimento dos indivíduos sobre o seu papel na sua qualidade de vida e condição de saúde.

O Núcleo de Qualidade de Vida e o PRO SAÚDE: Desde o primeiro semestre de 2010, em parceria com o Núcleo de Qualidade de Vida do Setor de Ciências Biológicas, a CAISS tem buscado os meios para iniciar em 2011 um estudo piloto sobre a prática de atividade física regular como uma das estratégias para a melhoria da qualidade de vida. A meta é, após a realização do estudo piloto e a partir dos resultados obtidos, ampliar progressivamente as práticas de maior sucesso a todos os servidores da UFPR.

A reestruturação da Unidade de Assuntos do Servidor: Os profissionais que atualmente atuam na UAS, com base em modelos exitosos de outras universidades federais, elaboraram um projeto de reestruturação da unidade. O objetivo é também o de promover uma melhor integração da unidade com outras áreas de atuação afim, de modo a otimizar e ampliar a abordagem multiprofissional e transdisciplinar no atendimento ao servidor com fragilidade social.

A Segurança no Trabalho: A equipe de segurança do Trabalho da Universidade tem como objetivo promover a proteção do servidor a fim de reduzir os riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; estabelecendo dessa forma ações, em conjunto com a administração, que visem melhorar o desempenho da Segurança do Trabalho na Instituição.

Além das atividades, já desenvolvidas, a Equipe pretende implementar novos programas e ações com o fim de fortalecer a Segurança do trabalho no âmbito da UFPR, tais como: realizar treinamentos (combate e prevenção a incêndios, uso adequado de EPI, segurança em laboratórios, etc.); viabilizar a contratação de serviços especializados a fim adequar à legislação vigente todos os adicionais ocupacionais no âmbito da UFPR, bem como implementar outras ações, entre as quais a elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, avaliação quantitativa dos agentes químicos, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Laudos de Avaliações Ergonômicas.

5. CORPO DISCENTE

Ações estruturantes voltadas à melhoria do atendimento à comunidade discente

- o Implementação de processos de documentação e controle acadêmico totalmente eletrônicos visando a redução ao máximo ou mesmo a extinção de processos físicos tramitados pelo sistema de malote da UFPR;
- o Adoção de certificação eletrônica dos documentos de registro das atividades acadêmicas dos alunos de graduação da UFPR;
- o Utilização de um sistema de controle acadêmico que atenda plenamente necessidades administrativas e da comunidade universitária, com possibilidade de acompanhar as inovações educacionais;
- o Ao estudante que assim o necessitar e de acordo com a sua orientação sexual, será garantida a opção de nome social nos processos acadêmicos no âmbito da UFPR.

FORMAS DE ACESSO

Adoção de sistema único e integrado de registro e controle acadêmico

A adoção e implementação de sistema único e integrado de registro e controle acadêmico abrangendo o corpo discente da UFPR permitirá a vinculação entre o percurso curricular dos alunos e os vários programas de bolsas oferecidos pela Instituição, os estágios, o Sistema de Bibliotecas, os Restaurantes Universitários, etc...

Avaliação do sistema de seleção e critérios para ocupação de vagas remanescentes na modalidade transferência e nas demais modalidades de ocupação das vagas

A ocupação de vagas remanescentes foi objeto de avaliação no decorrer de 2009, resultando em processo coletivo de decisão entre as várias instâncias da administração sobre critérios e formas de preenchimento de vagas a ser previsto pelo PROVAR. Essa nova fase que se encontra em implantação deve ser necessariamente submetida a processo contínuo de avaliação.

Avaliação das demais formas de ingresso

As demais formas de ingresso, além do processo seletivo vestibular anualmente realizado para os cursos regulares presenciais, necessitam processo contínuo de avaliação como aqueles que envolvem alunos convênio, mobilidade acadêmica, cursos de Ensino à Distância – EaD, incluindo cursos PARFOR, etc...

Desenvolvimento e implantação do processo de seleção seriado

O aperfeiçoamento do processo de seleção para ingresso nos cursos de graduação na UFPR é alvo de contínuo estudo e busca de alternativas inovadoras pelo NC/PROGRAD. A implantação de um processo de seleção seriado, como modalidade alternativa de ingresso nos cursos de graduação da UFPR, coloca-se como uma alternativa a ser analisada e implantada no período 2012-2016. O objetivo será proporcionar um processo de seleção menos tenso que o concurso vestibular. – Valorizar o conhecimento adquirido pelo estudante tão logo tenha sido assimilado. – Oferecer a oportunidade de, no transcorrer do Ensino Médio, comparar-se com candidatos de diferentes escolas, corrigindo falhas, redirecionando seus estudos e definindo suas aptidões.

Reavaliação de provas do processo seletivo

Em 2005, o vestibular da UFPR foi totalmente remodelado, com o objetivo de permitir uma seleção diferenciada que atendesse às especificidades de cada curso. As provas passaram a ser aplicadas em 2 fases. Na primeira, o candidato faz uma prova de Conhecimentos Gerais, com 80 questões em formato de múltipla escolha, assim distribuídas: Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química, com 9 questões cada; Língua Portuguesa (incluindo Compreensão de Textos e Literatura Brasileira), com 18 questões; Língua Estrangeira Moderna, com 8 questões. Na segunda fase, foi introduzida uma prova comum a todos os cursos – Compreensão e Produção de Textos – e uma ou duas provas, definidas pelos colegiados dos cursos e escolhidas entre Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química. Em 2007, foram incluídas na segunda fase as provas de Filosofia e Sociologia para alguns cursos. Nesse mesmo ano, as provas dessa fase tiveram o formato alterado e passaram a ter apenas questões discursivas.

O vestibular da UFPR saiu de um modelo unificado de seleção para um processo diferenciado, que leva em conta as especificidades de cada curso. As provas de múltipla escolha na primeira fase e discursivas na segunda possibilitam duas formas de avaliação: uma centrada no reconhecimento da resposta correta, outra com exigências de formulação de respostas com graus diferenciados de adequação às questões propostas. O modelo ora adotado tem atendido às expectativas. Entretanto, há um processo contínuo de avaliação do vestibular para torná-lo cada vez mais adequado como instrumento de seleção dos candidatos aos cursos ofertados pela UFPR.

Avaliação do ingresso pelo processo seletivo estendido

A partir de 2006, os cursos de Matemática, Matemática Industrial e Estatística adotaram o Processo Seletivo Estendido, que inclui a avaliação em duas disciplinas ao longo do primeiro semestre do curso. O intuito da adoção desta modalidade foi o de minimizar a evasão nesses cursos. Com a formatura das primeiras turmas ingressantes por esta modalidade será possível realizar uma avaliação dos resultados obtidos com o processo seletivo estendido permitindo a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

Políticas Afirmativas e Inclusivas na UFPR (racial, social, indígena e deficiência)

Em vista do disposto na Constituição Federal quanto às diretrizes para a Avaliação do acesso e permanência do aluno cotista e formação de políticas e programas que interfiram na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades sociais, a UFPR disponibilizou partir de 2004 o Plano e Metas de Inclusão Racial e Social (Resolução 37/04 COUN), destinado a ampliar o seu compromisso com a democratização do acesso à educação superior voltado para afro-descendentes, população indígena e alunos oriundos da escola pública.

Até 2014 serão destinados, em todos os Cursos de Graduação e de Educação Profissional, 20% de vagas para os ingressantes afro-descendentes e 20% para os oriundos das escolas públicas. As ações a serem desenvolvidas envolvem a avaliação global do sistema de cotas e da permanência/alteração dos percentuais após 2014. No mesmo Plano de Metas foi inserido a inclusão de estudantes indígenas, destinando 10 vagas suplementares para essa demanda.

O projeto seletivo é específico, realizado com as demais instituições estaduais do Paraná que compõem a CUIA – Comissão Universidade para os Índios. Em 2008 a UFPR passou a destinar 01 (uma) vaga em cada Curso de Graduação, de Ensino Profissionalizante e de Ensino Médio da UFPR para pessoas com deficiências.

Avaliação do acesso e permanência do aluno cotista

O preenchimento de vagas pelo sistema de cotas agregou uma nova realidade ao corpo discente da UFPR, possibilitando a democratização de oportunidades de acesso. Quanto ao processo de avaliação da permanência dos alunos indígenas e com deficiência está sendo realizado acompanhamento e a orientação pedagógica aos mesmos. O acompanhamento dos cotistas sociais e raciais ingressantes aponta para a ampliação da presença, em todos os cursos, de estudantes com perfil socioeconômico com menor renda familiar e pais com baixa escolaridade. As políticas de permanência da UFPR vêm sendo ampliadas e o monitoramento de tais mudanças precisa ser realizado. Também o acompanhamento do fluxo acadêmico dos alunos ingressantes é parte integrante do processo de avaliação necessário para aferir o alcance dos objetivos proposto quando da implantação do sistema.

PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO**Acesso dos estudantes aos ambientes de apoio pedagógico**

Manter e ampliar os ambientes de apoio pedagógico, tais como laboratórios de informática; salas de estudos; laboratórios de EAD; bibliotecas, de forma a facilitar o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes.

Ampliação do PROBEM – Programa de Benefícios Econômicos para a Manutenção dos Estudantes de graduação e ensino Profissionalizante

Com o objetivo de garantir as condições básicas necessárias à manutenção dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, na sua formação profissional, o Programa requer:

- o Ampliação do número de bolsas: permanência; refeição e auxílio moradia.
- o Ampliação da equipe multiprofissional de apoio psicossocial aos estudantes.
- o Ampliação do espaço físico da PRAE, de forma a garantir um atendimento eficiente e humanizado dos nossos estudantes.
- o Manter o acompanhamento dos estudantes estrangeiros vinculados ao PEC-G – Programa de Estudante Convênio Graduação e FESA - Fundação Eduardo dos Santos /Angola.
- o Promover a revisão da Resolução Nº 31/09 COPLAD, com vistas a atualizá-la com base na realidade do PROBEM.

Manter Programa de Apoio aos Eventos Estudantis

Com o objetivo de apoiar logística e financeiramente a realização e ou participação dos estudantes em atividades formativas.

Implantar o Programa de Apoio à aquisição de Material Didático

Com o objetivo de auxiliar os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, na aquisição de materiais pedagógicos necessários a sua formação profissional.

Manter o Programa de Transporte Gratuito InterCampi.

Ônibus circular percorrendo os vários campi da UFPR, das 7h às 19 h, garantindo um deslocamento rápido e seguro aos estudantes da nossa instituição.

ESTÍMULO À PERMANÊNCIA

Estabelecimento de ações articuladas para enfrentamento de desempenho insuficiente e evasão dos estudantes na UFPR:

Manter e consolidar o Sistema de Acompanhamento e Tutoria do Fluxo Acadêmico

O compromisso social de proporcionar condições de acesso e permanência e assegurar a qualidade da formação de seu corpo discente torna imprescindível o monitoramento da vida acadêmica dos alunos na UFPR (incluindo estudantes PEC-G e FESA), envolvendo as Coordenações de Curso.

Com finalidade de promover uma ampla reestruturação acadêmica na graduação da UFPR o Sistema de Acompanhamento e Tutoria do Fluxo Acadêmico (SAT) tem por objetivos:

- o reduzir as taxas de evasão e seus efeitos nas vagas remanescentes;
- o elevar os padrões de desempenho na graduação;
- o articular a graduação com a pós-graduação;
- o elevar o Coordenador ao posto de maior articulador do Projeto Pedagógico do Curso.
- o identificar, antecipadamente, os limites de utilização do tempo máximo de conclusão de curso;
- o identificar os motivos de retenção e trancamento de curso para intervir nas causas e auxiliar os programas de orientação acadêmica;
- o identificar os nós críticos curriculares.

Manter e consolidar o Programa de Apoio Psicossocial aos estudantes

Atendimento multiprofissionais (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais), voltado à orientação, encaminhamento e acompanhamento dos estudantes que, de forma espontânea ou indicada pelas coordenações de curso (SAT) apresentem dificuldades com reflexos no seu desempenho acadêmico.

Manter e consolidar o Programa de Nivelamento – Capacitação Acadêmica

Com o intuito de permitir a recuperação do rendimento escolar aos estudantes com baixo rendimento acadêmico.

Manter e consolidar os programas de apoio à formação profissional :

Manter a oferta de cursos de informática e de línguas estrangeiras aos estudantes, preferencialmente àqueles com fragilidade socioeconômica, e ampliar as oportunidades de mobilidade acadêmica nacional e internacional.

Estimular as reformulações curriculares

Visando, além da revisão dos conteúdos e metodologias de ensino, a adequação da grade horária para um único turno, de forma a facilitar a permanência do estudante na universidade.

Promoção de Saúde dos Estudantes

- o Manter o Programa de Urgência e Emergência
- o Criar e Fortalecer Programas de Prevenção e Promoção de Saúde em todas as áreas: obesidade, anorexia, etc.
- o Prevenção ao uso de álcool e drogas,
- o Promover e fortalecer programas sobre sexualidade, planejamento familiar.
- o Implantar o Seguro Contra Acidentes Pessoais a todos os estudantes da UFPR.

ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Com objetivo de promover a integração e o desenvolvimento da comunidade discente, várias ações são propostas:

Manter o Programa de Apoio às Entidades Estudantis

- o Assessorar os dirigentes das entidades estudantis, na elaboração do planejamento anual das atividades, de forma coletiva, reuniões setoriais com centros acadêmicos, e individualizada nos atendimento diários.
- o Apoiar logística e financeiramente a realização e/ou participação em atividades formativas dos estudantes.
- o Manter contato direto com as entidades (centros acadêmicos, DCE, Casas Estudantis, Núcleo das Empresas Juniores).
- o Disponibilizar, no site da PRAE, informações de interesse dos estudantes (direitos e deveres dos estudantes; orçamento anual, programas, inter campi, dentre outros)
- o Disponibilizar, em meio eletrônico, a situação financeira de cada centro acadêmico e DCE.
- o Garantir espaço físico aos centros acadêmicos para as atividades administrativas e de convivência.

Ampliar os mecanismos de comunicação voltados aos estudantes

- o boletim eletrônico específico
- o material impresso
- o sites

Implantar ações de cidadania no âmbito da comunidade discente

Estimular e realizar ações de cidadania, no âmbito da comunidade universitária, ao longo do período letivo.

Manter e ampliar o Programa de Incentivo à Prática de Esporte e Lazer

- o Ampliar a oferta de vagas nas atividades de esporte e lazer mantidas pelo Centro de Educação Física e Desporto – CED, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes da UFPR.
- o Melhorar a iluminação do CED permitindo a utilização das estruturas disponibilizadas ao programa, no período noturno.

Estimular a disseminação da cultura no âmbito da UFPR.

- o Implantar o Centro de Eventos da UFPR: com o intuito de oferecer espaço físico adequado e devidamente equipado, à realização dos eventos científicos, artísticos, culturais da comunidade voltados à comunidade universitária.
- o Estimular a realização de atividades artísticas e culturais, protagonizadas pelos estudantes.
- o Implantar os Pontos de Cultura nos vários campi da UFPR.

ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**Criação de rede social dos egressos**

A implantação de uma política de acompanhamento de egressos deve prever a criação de mecanismos de comunicação, enquanto canal ágil e dinâmico de formação continuada, obtenção e troca de informações, propiciando condições para incremento dos processos avaliativos da UFPR.

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**Estrutura organizacional com as instâncias de decisão**

A estrutura organizacional e as instâncias de decisão na UFPR são disciplinadas por **Regimento** e pelo **Estatuto** próprios; por **Resoluções** exaradas pelos quatro Órgãos Colegiados Superiores – COUN, CONCUR, CEPE e COPLAD (www.ufpr.br/soc); e por **dispositivos legais** no âmbito de cada Unidade com competência para tal (Conselhos Setoriais, Plenárias Departamentais e Colegiados de Cursos, p.ex.). Será proposta para o quinquênio uma **uniformização da terminologia** e, onde faltar, uma **descrição de níveis hierárquicos** entre as instâncias de decisão.

Organograma institucional e acadêmico

O PDI apresentará o organograma vigente na Instituição, à luz do Estatuto e do Regimento atuais. Todavia, para o curto prazo, será proposta **uma** coleta de informações junto a Setores, Pró-Reitorias, órgãos suplementares, para sejam identificadas, e na sequência registradas no organograma. **Todas as** “unidades menores” a eles subordinadas: **Núcleos, Centros, Divisões, Coordenações, Órgãos Auxiliares** (Art. 34º - item V do Regimento) etc, com indicação dos instrumentos legais que lhes deram origem. Para facilitar o

preenchimento a planilha conterá as unidades já reguladas por Resolução CEPE, COPLAD ou COUN (Departamentos, p.ex.).

“Unidades menores” cuja criação ainda não esteja regularmente disciplinada no âmbito da Instituição serão instadas a regularizar-se, ou nos termos da legislação vigente, ou de legislação a ser criada.

Órgãos colegiados: competências e composição

Grande número de deliberações é tomada na UFPR não por decisão de gestor, individualmente, mas de órgão colegiado. Numericamente destacam-se as deliberações emanadas pelos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, pelas Plenárias Departamentais, e pelos Conselhos Setoriais. Segundo o Regimento, porém, Art. 6º, “São órgãos de deliberação superior o Conselho de Planejamento e Administração, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário, os quais terão regimentos próprios”. Segundo o Art. 12º, “O comparecimento às reuniões dos colegiados é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade”.

Avalia-se que é necessário identificar que outras unidades – núcleos, centros, etc – são ou precisam ser geridas por **órgãos colegiados**. Onde órgãos colegiados houver, sua composição deve contemplar os Art. 62 e 63 do Estatuto.

Quanto às competências, nota-se a pertinência de melhor orientar-se as unidades sobre os registros das reuniões. Estima-se que muitas unidades ignoram, por exemplo, que (Art. 17 do Regimento) “*de cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo secretário, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo Presidente e demais membros presentes*”.

Finalmente, o texto do PDI contemplará também as **câmaras** e proporá uma discussão com vistas a possível expansão do uso dessa instância nas práticas deliberativas, inclusive nos departamentos, conforme Art. 17 do Regimento.

Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Serão citados os Comitês Setoriais e Assessores de Pesquisa, de Extensão, e – nas Unidades em que há – de Ética em Pesquisa. Será proposta no PDI a inserção de menção a eles no Regimento da Universidade, pois hoje estão ausentes dos Capítulos XIII – PESQUISA e XIV – EXTENSÃO. Também será proposta discussão para eventual criação de outros órgãos de apoio às atividades acadêmicas, como os Comitês de Ensino.

Autonomia da IES em relação à mantenedora

A UFPR é autarquia diretamente subordinada ao Ministério da Educação, com quem mantém as relações dispostas por legislação das Instituições Federais de Ensino Superior.

Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

O Art. 141 do Regimento da UFPR prevê a existência de programas de integração Universidade-Empresa-Governo e ressalta o compromisso da UFPR na formação do profissional-cidadão, qualificado para a geração, apropriação e aplicação do conhecimento científico e tecnológico. Como advento especial para o período 2012-2016 o PDI prevê a mobilização institucional em torno da internacionalização das relações com a Comunidade, não apenas no setor acadêmico, mas também naquele produtivo e de parcerias públicas. As Fundações de Apoio são copartícipes dessas rotinas, possibilitando maior agilidade à gestão administrativa e financeira das atividades.

Nesse escopo, serão multiplicadas no quinquênio as iniciativas que associam o Ensino à Pesquisa e ao Desenvolvimento em C,T&I. Serão incentivados os Projetos que fortalecem a excelência acadêmica e propulsionam a creditação de laboratórios para responder às demandas da Sociedade em serviços, tecnologias e desenvolvimento; que facilitam o acesso pelas instituições públicas e privadas aos serviços técnicos especializados que a Universidade pode oferecer em áreas como Agronomia, Tecnologia, Saúde humana e animal, e Ciências Exatas, Biológicas, Humanas, Sociais e da Terra, dentre outras. Para complementar tal interação e o desenvolvimento da UFPR, será fortalecida a atuação de Unidades que atuam diretamente no contato entre a Universidade e a Comunidade externa, como o Núcleo de Concursos, os Hospitais Veterinários, o Centro de Educação Física e Desportos, a Farmácia Escola e a TV-UFPR, dentre outras.

7. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPR é responsável pela coordenação e condução da Política de Autoavaliação da UFPR atendendo aos preceitos legais que determinam que toda regulação se faça de modo articulado. Desta forma a autoavaliação é um instrumento obrigatório e tem caráter permanente. Ela orienta-se pelas Dimensões e Diretrizes do SINAES/CONAES e objetiva promover autoconhecimento sobre a realidade institucional, ser o instrumento que orienta o planejamento e gestão universitária com vistas a atingir

excelência através do aprimoramento dos processos e incentivando a participação efetiva dos públicos interno e externo.

A CPA possui regimento próprio estabelecido pela Resolução nº 15/05 – COUN. Atua de forma autônoma aos demais conselhos e órgãos colegiados e é composta por dez membros, sendo dois membros de cada segmento da sociedade: Corpo Discente; Corpo Docente; Representantes da Administração; Corpo Técnico Administrativo; Representantes da Sociedade Civil. São competências da CPA:

- I- coordenar e articular os processos internos de avaliação da Instituição;
- II- sistematizar as informações resultantes dos processos de avaliação; e
- III- disponibilizar os resultados da avaliação à comunidade.

Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

Análise documental; pesquisa por questionários com periodicidade a ser definida; análise dos métodos existentes de avaliação das unidades; entrevistas; questionamentos às unidades sobre temas específicos.

As dimensões de Avaliação estabelecidas de acordo com a Lei 10.861/04: Missão e PDI; Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão; Compromisso social; Comunicação com a Sociedade; Organização e gestão; Políticas de pessoal; Infraestrutura; Planejamento e avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade financeira; outros.

Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da CPA, em conformidade com o SINAES

Como membro da CPA; como membro de Grupos de Trabalho internos das unidades; participação nas pesquisas, entrevistas, questionários; participação em eventos, reuniões sobre o tema.

Formas de utilização dos resultados das avaliações

Reuniões e encontros com representantes das diversas unidades UFPR, administração para discussão sobre fragilidades e sucessos, adequações e melhorias.

8. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Instalação de aparelhos de mídia interativa nas salas de aula.

Muitas salas de aula ainda não dispõem de projetores multimídia. PDI 2007-2011 tinha como meta 100% de instalação. Necessário promover ações para instalação aparelhos de mídia interativa, sejam projetores convencionais, sejam instrumentos mais modernos e adequados à Unidade. Tais ações proporcionarão melhores condições tanto para os docentes quanto para os alunos uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem. Prazo de viabilização: exercício de 2012.

Rede Wireless

Hoje o CCE fornece para alguns poucos lugares na UFPR, equipamentos de alta qualidade para a utilização das chamadas redes sem fio. Muitas Unidades da UFPR montaram suas redes de acesso sem fio, sem planejamento e muitas com equipamentos vindo de doações da Receita Federal, o que proliferou de forma desordenada estas redes. Como suas implantações foram feitas de forma desordenada, encontramos problemas de falta de controle no acesso, redes que não utilizam criptografia para proteger o meio de transporte dos dados, senhas que são distribuídas pela vontade “dono” do aparelho, falta de gestão e gerência do CCE junto a estas redes. Com o Projeto UFPR SemFio objetiva-se a implantação de uma malha sem fio distribuída por todos os Campi UFPR, incluindo-se os fora de sede como Palotina, Pontal do Paraná e Matinhos, limitados aos seus espaços é lógico. O equipamentos que comporão esta malha são administrados de forma centralizada, incluindo criação de usuários, permissões de acesso, bloqueio e desbloqueio de usuários que estejam usando de forma inadequada. O Projeto prevê a implantação gradativa, porém de forma institucional, em todos os setores da UFPR e com isso Departamentos “menores”, com restrições orçamentárias, também seriam privilegiados e poderão usufruir de todos os benefícios que atualmente somente alguns setores podem oferecer. A implantação será feita e gerenciada pelo CCE. Todo acesso a rede será feito de forma controlada, autenticada e liberada somente para usuários constantes dos cadastros oficiais da UFPR. Ganhos vislumbrados:

- Melhorias no acesso a informação;
- Ampliação do número de usuários conectados;
- Maior mobilidade (o projeto permitirá o roaming entre antenas);
- Possibilidade de criação de laboratórios móveis (somente com notebooks);
- Universalização do acesso a redes sem fio no ambiente UFPR;
- Diminuição dos custos de manutenção e ampliação de redes cabeadas;
- Facilidade de manutenção;

- Melhor gerência, segurança e controle das redes sem fio.

A contratação deverá ser unificada e planejada, reduzindo o custo de aquisição, melhorando a qualidade dos fornecedores, possibilitando a aquisição de garantias estendidas e um melhor controle das mesmas devido à redução do número de marcas, fornecedores e contratos e consequentemente diminuindo a necessidade de servidores para manutenções.

Padronização do parque gráfico de impressoras.

Hoje a UFPR possui uma infinidade de impressoras de diversas marcas. Cada licitação que se deflagra compra-se marcas diferentes e pior, marcas de procedência estrangeira e de procedência nacional. Com isso gera sérios problemas, visto que cada marca nova que se compra gera a necessidade de incluir os insumos (toners, cartucho, etc) nos itens de estoque no Almoxarifado Central para abastecer todas as Unidades usuárias, causando transtornos uma vez que cada marca somente aceita toner específico, posto que não são padrão universal, ou seja um toner de determinada marca não serve para impressora de outra marca. O fato mais complicado é que as aquisições desses suprimentos dependem de processo licitatório o que é moroso. Com a padronização, a UFPR passará a conter equipamentos da mesma marca, facilitando a provisão de estoque de toners e cartucho, eliminando todos os problemas acima.

Aprimoramento do CCE.

O CCE é uma unidade da PRA, porém, responde pelas ações de Informática e Tecnologia da Informação na UFPR, apesar, de praticamente todas as Pró-Reitorias possuírem suas unidades de Tecnologia da Informação, além do HC. Fortalecer o CCE é um processo sem volta. Há a necessidade de melhorias no espaço físico (construção de um prédio novo e reforma do atual), readequação dos processos de aquisições relacionadas a TI, melhorias nos processos de prestação de serviços do CCE para a comunidade, implantação de políticas relacionadas a segurança da informação, uso da rede, aquisição de equipamentos de TI (computadores, impressoras, ativos e passivos de rede, etc), readequação do DATACENTER para prover redundância de infraestrutura, facilitação dos processos de “backup” e “restore”, consolidação dos servidores utilizando serviços de virtualização e para isso serão necessários investimentos em licenças de softwares, melhorias no desenvolvimento e integração de novos softwares, com inclusão de capacitação dos servidores pelo CCE e para o CCE, manutenção do contrato de suporte e atualização do SIE até que possamos redesenvolver internamente todos os seus módulos atualmente utilizados pela UFPR e adequar o CCE às metodologias das bibliotecas ITIL e COBIT, dentro do possível, visto que são requisições frequentes dos Órgãos de controle externo. Ganhos:

- Mais qualidade e agilidade no processo de compras relacionadas a TI;
- Diminuição de riscos de perda de informações;
- Melhorias no controle e acesso das informações;
- Expansões controladas da RedeUFPR;
- Consolidação dos servidores, com menos gastos com energia elétrica e ar-condicionado;
- Sustentabilidade ambiental nas contratações de TI;
- Mensuração dos processos de TI;
- Melhor aproveitamento dos investimentos feitos em TI;
- Adequação a legislação e recomendações vigentes dos órgãos de controle;
- Melhor satisfação dos usuários;
- TI como parceira da Administração, e não mais um gasto.

Aprimoramento do sistema de aquisições

As ações deverão ser viabilizadas com a promoção de mais treinamentos aos servidores envolvidos (financeiros das Unidades e aos professores requisitantes), para aprimoramento dos Termos de Referências. Capacitação de mais pregoeiros e equipe de apoio na CECOM. Também, o estudo para o desenvolvimento de um sistema de gestão de compras e contratos a fim de dar maior rapidez no trâmite dos procedimentos internos da licitação e contratação. Entendemos que esse sistema não será viabilizado a curto prazo.

Transparência e nível de informação das ações da PRA

Todas as ações da PRA, tais como informação de pregões, licitações em andamento, concluídas, contratos, execução de obras e reformas, patrimônio, manutenção, etc, serão disponibilizados para toda comunidade, por meio da página da PRA. O programa foi desenvolvido e implantado ao longo de 2011.

Implantação de manutenção preventiva nos prédios

Essas ações visam dotar a PCU de uma maior infraestrutura para manutenção preventiva dos espaços físicos da UFPR, com estabelecimento de um “Programa de Manutenção Preventiva” (PMP). Para isso a Unidade

deverá ser dotada de técnicos e recursos orçamentários suficientes para viabilizar esse programa, que também deverá ser institucionalizado na UFPR.

Recuperação/Revitalização das áreas físicas da Maternidade Vitor Ferreira do Amaral

Trata de ações a serem desenvolvidas, considerando o estado crítico que se encontram as áreas físicas e instalações da MVFA, estado esse que, como hoje se apresente, corre o risco de interdição dos órgãos de controle e fiscalizadores (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, etc).

Inventário (levantamento) dos espaços físicos existentes (salas de aula, laboratórios, auditórios, banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, etc).

Trata de atualização do (CENSO), para otimizar o uso das salas e aprimorar as instalações, visando proporcionar melhores condições para os cursos oferecidos pela UFPR, e melhorar as atividades acadêmicas.

Do Planejamento Estratégico da PCU

Programa-se para o quinquênio (i) instalação de elevadores especiais: três nos Blocos Didáticos do Centro Politécnico; um no Bloco Didático da Engenharia Química; um em salas de aula e Auditório Setor de Ciências Agrárias; um no SEPT; (ii) circulação horizontal nos campi: calçadas com sinalização podotátil, travessias elevadas de pedestres, rampas nas calçadas, semáforo veículos/pedestres com sinalização sonora; (iii) iluminação; (iv) sanitários e vestiários; (v) estacionamento; (vi) e demais ações planejadas pela PCU.

9. BIBLIOTECAS

No SiBi – Sistema Integrado de Bibliotecas, assim como em outras Bibliotecas Universitárias, é comum que as demandas por novos serviços e produtos, por ampliação no horário de atendimento e, principalmente ampliação do espaço físico existente e ampliação do acervo, sejam superiores aos recursos pré-fixados pela Universidade e também aos recursos captados junto aos órgãos de fomento por meio de projetos. Por este motivo, a cada ano, são eleitos projetos e ações prioritários, dentre uma gama considerável de demandas apontadas pelos servidores do SiBi das 20 unidades que o compõem (bibliotecas setoriais e unidades da Biblioteca Central) e pela comunidade universitária da UFPR (docentes, discentes e técnicos administrativos). A cada nova gestão, o SiBi recebe tais demandas e as consolida em forma de projetos e ações. Estes comporão o planejamento estratégico que, além disso, baseia-se no Planejamento Estratégico e no Plano de Desenvolvimento Institucional da gestão anterior, e nos Planos de Ação e Relatórios anuais, para proceder à verificação do que foi atendido/executado. Destes, verifica-se se a demanda permanece e então os projetos e ações referentes a estas demandas são reproduzidos no Planejamento Estratégico da gestão vigente.

9.1. OS PÚBLICOS DO SIBI

O SiBi atende diversos públicos, a saber: comunidade acadêmica (alunos de educação profissional, de graduação, de pós-graduação e docentes), comunidade administrativa (técnicos administrativos, incluindo os servidores do SiBi e funcionários FUNPAR), dirigentes (em vários níveis para articulação das ações), dirigentes externos (por exemplo: MEC, FEBAB/CBBU...), parceiros em redes e sistemas de informação (por exemplo bibliotecas do setor público e privado...), fornecedores (em especial os de material bibliográfico nacionais e estrangeiros).

9.2. MISSÃO DO SIBI

Ofertar para a comunidade universitária, e também para a comunidade em geral, controle e acesso adequados a informações em Ciência e Tecnologia, reconhecidos como essenciais para as atividades universitárias, de cunho acadêmico e administrativo, e para o pleno exercício da cidadania, mediante o fortalecimento do compromisso dos servidores com o SiBi, a UFPR e os usuários.

9.3. DESAFIO ESTRATÉGICO

Integrar o SiBi a todas as unidades da UFPR, a redes e sistemas de informações nacionais e estrangeiras, mantendo um acervo atualizado e de excelência em ciência e tecnologia, com total representação da produção bibliográfica da UFPR, oferecendo serviços e produtos informacionais para as atividades acadêmicas, administrativas e de pleno exercício da cidadania, sendo reconhecido como ponto de referência dos pesquisadores da UFPR, do Paraná e do Brasil.

9.4. DIRETRIZES ESPECÍFICAS

1. Democratização do acesso à informação disponível na UFPR;
2. Respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;

3. Atendimento à comunidade da UFPR e à comunidade em geral;
4. Maximização no emprego dos recursos disponíveis na UFPR, inclusive mediante acompanhamento e uso de novas tecnologias da informação;
5. Formalização de canais de comunicação entre o SiBi e a comunidade usuária;
6. Participação efetiva na elevação contínua da qualidade das atividades acadêmicas e administrativas da UFPR.
7. Otimização da utilização, pelos usuários, dos recursos informacionais disponibilizados pelo SiBi.

9.5. NECESSIDADES DOS PÚBLICOS/NÍVEIS DE SATISFAÇÃO

Apontadas pelos usuários nas reuniões de planejamento estratégico, abertas a toda a comunidade universitária da UFPR e/ou apontadas no dia a dia pelos servidores do SiBi, usuários, parceiros e fornecedores.

1. Horário de atendimento das bibliotecas: viabilizar a expansão do horário de atendimento das bibliotecas, não apenas nas que servem os cursos noturnos, mas também nas bibliotecas que atendem cursos diurnos, pois a grade horária e o deslocamento dos alunos entre campi dificultam a ida e a permanência de usuários nas bibliotecas durante o dia.
2. Atendimento mais ágil e eficiente: Existe insatisfação de usuários com a demora em serviços (por exemplo, empréstimo de material) e em atividades (compra e preparo técnico e físico de material bibliográfico, por exemplo); os usuários pedem maior eficiência na prestação dos serviços, incluindo a reserva e a renovação online do empréstimo e a cobrança mais eficaz de material emprestado a fim de viabilizar o atendimento a outros usuários.
3. Treinamento dos servidores do SiBi: os usuários solicitam que os servidores do SiBi recebam treinamento contínuo em atendimento ao público para melhor responderem às suas demandas.
4. Estrutura física: usuários solicitam aumento e melhoria da área física, especialmente a oferta de espaços para estudos individuais e em grupo em todas as bibliotecas; solicitam ainda que a organização interna das bibliotecas seja mais funcional, agradável, informativa e estimulante para a permanência dos usuários no local.
5. Serviços de reprografia: manter as empresas de reprografia próximas às bibliotecas, a fim de facilitar o uso destes serviços pelos usuários do SiBi, porém sempre respeitando a lei dos direitos autorais.
6. Portal da Informação: o maior uso é feito pelos pesquisadores e pessoal de pós-graduação, que demandam maior agilidade na incorporação de novos conteúdos, formatação de uso mais fácil para navegação (por exemplo, pesquisar os itens / serviços / bases em que os usuários têm mais interesse, para tornar mais ágil o acesso a estes) e maior divulgação para ampliar seu uso. Usuários reconhecem que a criação do Portal da Informação na UFPR foi um avanço, no entanto solicitam o monitoramento, manutenção e renovação contínua, a fim de facilitar seu uso.
7. Orientação aos usuários: usuários solicitam que o SiBi amplie este serviço, mantendo programa contínuo de orientação/educação dos usuários, em especial quanto à seleção e uso de fontes de informação (tradicionais e em meio digital), uso dos catálogos nas bibliotecas, organização das informações para apresentação em documentos acadêmicos, técnicos e científicos; estímulo aos alunos de graduação no uso de outras fontes de informação além de livros, para atualização e diversificação (periódicos, fontes *on line*...).
8. Renovação do acervo de livros: usuários dependem das bibliotecas para acesso a livros e outros materiais (periódicos estão mais resolvidos com os Portais). Usuários solicitam alocação constante de recursos financeiros para esta finalidade.
9. Garantia da Bibliografia Básica de Disciplinas nas Bibliotecas: as bibliotecas precisam ter disponíveis no acervo os itens indicados pelos professores como bibliografia básica das disciplinas, em número suficiente para os alunos.
10. Manutenção e Expansão do Acervo de Periódicos: garantir a renovação das assinaturas de periódicos em papel (que sejam solicitadas pelos usuários e que não estejam incluídas no Portal da Informação da UFPR e/ou no Portal da CAPES); e de expansão de títulos (áreas de pesquisa e Cursos GR e PG novos), com recursos no montante adequado e em tempo hábil para não haver descontinuidade nas assinaturas.
11. Portal da CAPES: pesquisadores julgam que 26.449 títulos (julho 2011) representados ainda não são suficientes para as diversas áreas de atuação da UFPR.
12. Preservação do Acervo: desenvolver campanhas e aumentar as estratégias para coibir o furto e a mutilação de itens do acervo bibliográfico da instituição, especialmente quanto aos exemplares únicos, raros e caros.
13. Integração interna: promover maior comunicação entre as Bibliotecas e Coordenações de Curso, Departamentos e Direções Setoriais, para ciência das demandas e agilização das providências.
14. Marketing de serviços e recursos de Informação: a comunidade desconhece o rol dos serviços prestados pelas bibliotecas. Por isso, é preciso organizar um Programa de Marketing para intensificar e manter continuada esta divulgação, incluindo um Programa para a apresentação das Bibliotecas aos que chegam à UFPR (calouros de graduação e pós-graduação, professores, funcionários). Além disso, parcerias com as Coordenações de Curso e docentes devem ser criadas, a fim de se promover a realização de visitas às bibliotecas, além de palestras e cursos.
15. Pesquisas junto aos Usuários: realizar periodicamente estudos junto aos usuários para verificar novas demandas e avaliar o grau de satisfação da comunidade quanto aos serviços e atividades das bibliotecas.
16. Terminais para consulta: manter e ampliar continuamente os terminais nas bibliotecas para consulta aos Portais e outras fontes de informação.
17. Quadro de RH nas Bibliotecas: usuários reconhecem que o atual quadro de RH do SiBi é insuficiente para os serviços e atividades já existentes, para os serviços que precisam ser ampliados e/ou melhorados, e ainda para ampliação do horário de atendimento.
18. Permuta de periódicos: usuários

reconhecem como imprescindível o intercâmbio de publicações (tanto para divulgação da produção científica da UFPR como pelos itens de acervo que esta prática garante para a UFPR). 19. Comitês de Usuários: a atuação tem sido bem diversificada, sendo que alguns funcionam bem, enquanto outros quase inexistem. Estes últimos devem ser revistos. 20. Espaço físico: alguns usuários sugerem adoção de bibliotecas campais, de forma a otimizar o aproveitamento de espaços, equipamentos e RH. 21. Conteúdos Digitais: há expectativa dos usuários quanto à ampliação contínua pelo SiBi da oferta de conteúdos digitais (textos integrais de livros, teses e outros documentos) para aumentar a visibilidade mundial da UFPR e facilitar o acesso e uso. 22. Relação com públicos dirigentes externos: aumentar a interação entre o SiBi/UFPR e segmentos externos (Órgãos de classe, Órgãos públicos...) para prospecção de oportunidades, alinhamento de ações e programas, elaboração/participação em projetos específicos ou compartilhados para captação externa de recursos financeiros e materiais e prestação de serviços. 23. Relação com Redes e Sistemas de informação (CCN, BIBLIODATA, COMUT, BIREME/LILACS e outros); parceiros demandam pronta atualização de dados referentes ao acervo da UFPR nas Redes e Sistemas externos, compatibilidade de procedimentos para evitar duplicação de trabalho (adoção de padrões e normas); ampliação de serviços e atividades cooperativas, controle integral da produção científica da UFPR para inserção de registros nas Redes e Sistemas Externos e rapidez no atendimento. 24. Relação com Fornecedores: a demanda essencial é de pronto pagamento dos itens e serviços encomendados. 25. Melhorar, ampliar e criar novos serviços que atendam as necessidades dos usuários presenciais e dos cursos à distância.

9.6. AVALIAÇÃO EXTERNA – AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

9.6.1. AMEAÇAS

1. A política de RH do Governo Federal é inadequada por não permitir flexibilizar a dimensão qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal para acompanhamento das demandas concretas da UFPR e de outras IFES.
2. O surgimento e o crescimento de outras IES, ainda que com atenção variada para suas respectivas Bibliotecas/Unidades de Informação, ameaça o destaque que a UFPR sempre teve no Paraná nesta área, se o SiBi não mantiver seu grau de crescimento e desenvolvimento contínuo de forma global (acervos, tecnologias, equipamentos, espaços físicos e etc).
3. Há restrições às bibliotecas do SiBi como demandantes de recursos junto a agências de fomento, e ausência de Programas Federais permanentes para apoio a esta área.
4. Atualmente inexistem Programas Federais permanentes para apoiar Bibliotecas Universitárias.
5. Não há políticas públicas referentes ao fomento à criação e manutenção de acervos culturais enquanto estruturas de preservação e acesso à memória social/comunidade de valor humano universal.
6. O envolvimento de docentes orientadores de trabalhos acadêmicos de graduação e de pós-graduação da PROGRAD e da PRPPG, além de editores de revistas, é insuficiente quanto ao uso e cumprimento das Normas para apresentação de documentos científicos da UFPR.
7. A falta de controle acadêmico da pós-graduação inviabiliza a integração de dados na gestão dos usuários e programas utilizados pelo SiBi.
8. Não mais existe Programa MEC/ SESu para aquisição de livros, face a reorientação desses recursos para a sustentação do Portal da CAPES.
9. A falta do envolvimento da Biblioteca em todas as etapas do planejamento e avaliação de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, em fluxo adequado e programado, prejudica a apreciação da UFPR pelos avaliadores.
10. O desrespeito de usuários ao patrimônio cultural, pela prática de furto e mutilação de itens do acervo bibliográfico, compromete o efeito pretendido pelos investimentos, a credibilidade e a própria imagem da instituição.
11. Inexistem Programas Institucionais na UFPR que viabilizem a manutenção e a renovação e ampliação do acervo bibliográfico em consistência com a demanda dos usuários e em sintonia com os programas acadêmicos da UFPR. A destinação de recursos financeiros tem sido errática e insuficiente para esta finalidade, mesmo sendo essas necessidades previsíveis e permanentes.
12. Existe aparente falta de compromisso da comunidade usuária e de dirigentes da UFPR na definição de soluções permanentes para a infraestrutura do SiBi (RH, acervo, espaço físico, equipamentos), por exemplo, mediante destinação de % da receita de todos os programas/projetos de pesquisa e pós-graduação.
13. Há séria dependência do SiBi de programas institucionais para o reforço de seu quadro de RH (bolsa-sênior, bolsa-trabalho, bolsa-SiBi...) e na implantação de outras soluções para viabilizar força de trabalho extra necessária, cujos cronogramas de seleção e término de atividades são inconsistentes com a sustentação normal dos serviços e atividades ininterruptas do SiBi.

9.6.2. OPORTUNIDADES

1. Os Fundos Setoriais, especialmente o CT-INFRA e a FINEP, representam oportunidades variadas para a captação de recursos. Além destes, existe a possibilidade de apresentação de demanda junto ao CNPq e a Parlamentares, estes últimos por solicitação de Emenda.
2. O aumento de registros bibliográficos referentes ao acervo da UFPR em formato magnético, de padrão internacional, amplia as condições de intercâmbio da UFPR e sua participação em redes e sistemas de informação (BIBLIODATA, CCN, LILACS e outros), podendo repercutir na maior visibilidade internacional da UFPR, no aumento de possíveis parcerias com outras IES, em especial no PR, além de maior facilidade de acesso dos usuários da UFPR a outras fontes de informação, assim como o acesso de usuários de outras organizações a serviços da UFPR.
3. A UFPR, por contar com docentes recrutados para compor comissões de avaliação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em todo o país, pode contribuir na definição de procedimentos para a avaliação de itens referentes às bibliotecas e acessos aos serviços de informação. Isso é particularmente importante nos processos de regularização de Cursos perante o Ministério da Educação, visto que um dos quesitos de análise pelas Comissões refere-se à bibliografia, devendo ser recomendada em conjunto com as bibliotecas.
4. A UFPR oferece grande leque de opções de cursos para a qualificação e aperfeiçoamento do seu próprio pessoal.
5. A UFPR tem quadro docente muito qualificado em todas as áreas do conhecimento. Esses docentes podem contribuir nas várias etapas dos sistemas de informação, podendo ser aprimorados com a intervenção de detentores do conhecimento das áreas específicas (seleção para incorporação ao acervo, seleção para descarte, indicação de terminologia para indexação).
6. A dimensão das atividades de pesquisa e pós-graduação na UFPR propicia o crescimento contínuo do conteúdo das Bibliotecas Digitais.
7. Há um aumento da visibilidade nacional e internacional da UFPR por intermédio das atividades do SiBi, especialmente em decorrência da informatização dos seus catálogos e da oferta da Coleção Memória UFPR em meio digital.
8. O crescimento contínuo do SiBi, associado às práticas docentes, representa compromisso filosófico da UFPR com o estímulo ao espírito crítico, ao desenvolvimento de habilidades de pesquisa e uso de informações e à elevação do padrão nas atividades acadêmicas e administrativas.
9. Há expectativa da comunidade de servidores do SiBi/UFPR quanto à solução dos problemas básicos do SiBi, apontado em mais de um Planejamento Estratégico e até o momento ainda não solucionados.
10. Existe o programa REUNI, do qual a UFPR faz parte, e que prevê e garante a ampliação do corpo funcional do SiBi, e que pode garantir também os recursos para ampliação do acervo de livros e atender outras demandas do SiBi, como a ampliação dos espaços físicos de algumas unidades.
11. A expectativa de retorno do curso de Biblioteconomia na UFPR (extinto há 12 anos) que permitirá a vários servidores do SiBi não-bibliotecários, a possibilidade de capacitação profissional e aos servidores bibliotecários a possibilidade de aperfeiçoamento profissional, além da natural possibilidade de parceria com o departamento de ensino para utilização do SiBi como laboratório para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, melhoria nos já existentes e como um local de estágio.

9.7. CONCLUSÃO E SÍNTESE

- Sem adequada ampliação do quadro de pessoal do SiBi/UFPR e dos espaços físicos, não haverá melhoria e expansão dos serviços e horário de atendimento demandados, embora a informatização dos catálogos e dos serviços, bem como a criação das Bibliotecas Digitais tenham preenchido algumas lacunas no atendimento às necessidades da Comunidade Acadêmica.
- É imprescindível a manutenção da destinação regular e temporânea de recursos financeiros para a manutenção e a expansão do acervo bibliográfico, dos equipamentos e mobiliário, do material de consumo, e também acréscimo de orçamento que propicie a contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica, que propiciem a implementação dos projetos.
- É fundamental assegurar a completeza da Coleção Memória da UFPR (produção técnica, científica e cultural) no SiBi para maior visibilidade internacional da UFPR, para tanto é necessário a conscientização da comunidade discente e principalmente da docente quanto à importância desta coleção para a manutenção da boa imagem da UFPR perante as outras instituições.
- É importante assegurar melhor comunicação interna (UFPR) e maior divulgação de serviços (SiBi).

10. ACESSIBILIDADE

A acessibilidade por servidores, discentes e visitantes vem sendo alvo de crescente atenção pela Administração da UFPR. Dificuldades, em parte, residem nos atributos da estrutura predial, em grande parte antiga por se tratar de uma Universidade centenária. Mas além das restrições de movimentação física, também aquelas de percepção auditiva e de acesso digital e ao acervo bibliográfico precisam ser neutralizadas, razão pela qual a acessibilidade é tratada neste PDI pela Pró-Reitoria de Graduação, com suas unidades Centro de Computação Eletrônica e Prefeitura da Cidade Universitária (PCU); pela Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, com sua unidade CEPIGRAD; e pelo Sistema Integrado de Bibliotecas. Assim, sete diretrizes do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2012-2016 relacionam-se diretamente a esse diagnóstico: (I) Ampliação da infraestrutura e carteira de serviços oferecidos pelas Bibliotecas da UFPR, com contínua elevação do nível de satisfação do usuário, (II) Consolidação do compromisso social e acadêmico da UFPR no trato com as questões discentes, (iii) Fortalecimento da atuação dos servidores docentes, (iv) Fortalecimento da atuação dos servidores técnico-administrativos, (v) Melhoria do acesso ao acervo bibliográfico por portadores de necessidades especiais, (vi) Facilitação da circulação de pessoas, inclusive as portadoras de necessidades especiais, e (vii) Universalização do acesso à internet sem fio na UFPR.

Segundo informações da Prefeitura da Cidade Universidade – agosto de 2011, todas as edificações da Universidade construídas a partir de 1994 são acessíveis, respeitando as normas de acessibilidade com rampas de acesso às edificações ou rampas internas, elevadores, sanitários adaptados, portas nas dimensões mínimas exigidas pela legislação, dentre outros. Novas soluções têm sido implantadas com base em conteúdos de cursos, depoimentos de pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como em publicações sobre o tema.

Prevê-se, em todos os campi, em taxa média anual de 20% ao ano a partir de 2012, uma série de metas. Relacionadas à circulação horizontal em áreas internas e externas, as metas físicas são: eliminação de barreiras físicas, melhoria de calçadas e instalação de piso tátil. Com relação às travessias de vias, são: instalação de travessias elevadas para pedestres, instalação de rampas nos passeios e melhoria das faixas de pedestres existentes e implantação de novas faixas. As metas relacionadas à circulação vertical são: melhoria nos elevadores existentes, instalação de novos elevadores, construção de rampas, instalação de plataformas elevatórias e instalação/construção de corrimãos e guarda-corpos em escadas e rampas existentes. Com relação aos estacionamentos, a meta é demarcação de vagas exclusivas para pessoas com necessidades especiais e para idosos. A adaptação de sanitários e vestiários existentes, a implantação de sistemas de sinalização tátil, visual e sonora, bem como a melhoria ou implantação de sistema de iluminação eficiente que proporcione deslocamentos seguros a todas as pessoas, especialmente aos deficientes físicos e com baixa visibilidade, também são metas físicas previstas. Para as intervenções na área de acessibilidade em edificações ou espaços históricos/tombados, o Planejamento da PCU propõe uma ação conjunta com instituições que trabalhem nesta área para promover intervenções coerentes com a legislação específica. Com relação à expansão acelerada dos *campi* da UFPR, pretende-se manter e aprimorar o trabalho estreito com a equipe do Plano Diretor da Instituição, de forma que as novas intervenções em acessibilidade, especialmente em áreas externas, já prevejam a instalação das novas edificações. Finalmente, faz-se necessária a implantação de programas de educação continuada, que conscientizem toda a comunidade universitária sobre o respeito às pessoas com necessidades especiais, e também às intervenções físicas na área de acessibilidade.

11. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Nos últimos anos o orçamento da UFPR vem apresentando variações positivas em seus componentes, com duplicação da receita fonte TN no período 2004-2010. Em consequência, no último quinquênio cresceram não apenas as despesas com pessoal (55%) e custeio (157%), mas também os investimentos em capital, 250%.

Tal cenário de crescimento deve-se, em grande parte, ao advento do Programa REUNI, mas não apenas: entre 2006 e 2010 a Fonte TN aumentou 60%, o que fez com que as despesas com pessoal (55%) tenham apresentado participação progressivamente menor ao longo dos anos, caindo de 86,31% para 84,00%. Isso possibilitou elevação nos investimentos de custeio e capital, que passaram a compor no orçamento parcelas respectivamente de 12,59 e 2,94% em 2006 e de 18,60 e 5,93% em 2010.

Tomando-se por base 2010, as despesas com manutenção geral (R\$ 35,7 milhões) corresponderam a menos de 1/4 do total das despesas com custeio (R\$ 153,6 milhões). Isso traduz um investimento em 2010 de mais de R\$ 115 milhões em itens de custeio para apoio direto ao ensino, à pesquisa e à extensão na Universidade.

Também o investimento oriundo da arrecadação própria teve um bom desempenho no quinquênio. Nesse período ele não apenas aumentou de R\$ 10,1 para R\$ 56,5 milhões, como assumiu fração

proporcionalmente mais robusta em relação às receitas totais da UFPR, passando do equivalente a apenas 2,2% do que ela recebeu do TN em 2006, para significativos 7,6% do que ela recebeu do TN em 2010.

Constata-se, então, que a UFPR alcançou maturidade e eficiência para captar com mais vigor, e gerir com melhor qualidade que antigamente, os seus recursos financeiros, investindo de forma crescente nas atividades-fim de uma Instituição de Ensino Superior e em sua infraestrutura física, sem prejuízo das obrigações patronais. Sob tal cenário é plausível, mesmo com a conclusão próxima do Programa REUNI, propor-se metas de continuidade da expansão de nossa Universidade em todos os seus Campi, com investimentos gradativamente maiores nas atividades-fim e também nas atividades-meio.

Por outro lado, no que se refere a itens de pessoal, incluindo contratações e atribuição de gratificações por exercício de função, as variáveis ministeriais impedem que se façam projeções de médio ou longo prazos. A autonomia universitária por enquanto não permite que se amplie o Quadro, ou se concedam mais CDs e FGs, sem que haja o devido dispositivo governamental.

Na execução deste PDI, aporte financeiro será necessário ao alcance de 54% das metas. Isso é viável, porquanto cada uma foi elaborada segundo o princípio da razoabilidade. Mais dependente de variáveis externas, entretanto a Instituição deverá trabalhar para sua resolução, será o atendimento às necessidades de RH. Demandas registradas neste Fórum:

- de atribuição de **CD 4** para a vice-direção e **FG 1** para a assessoria de planejamento do SiBi, bem como **FG 1** para as chefias de biblioteca que ainda não a recebem, ou de bibliotecas que serão criadas; de alteração das FGs das chefias de bibliotecas, do **nível 3** para o nível 1; e permanente redimensionamento de quadros para atendimento às novas Unidades criadas no Sistema;
- de duplicação anual do pessoal atuando na CECOM/ DSG;
- Servidor exclusivo função de Secretário Administrativo de Avaliação Institucional em atendimento Resolução 127/07 COUN;
- de duplicação do pessoal atuando em TI junto ao CCE;
- de substituição de pessoal contratado por pessoal RJU; e
- de pessoal PRPPG para dedicar-se integralmente à elaboração e gestão de projetos institucionais de pesquisa.

Outras necessidades de semelhante ordem há, em Unidades Administrativas como em Unidades Acadêmicas. Sabe-se que o êxito no atendimento das metas previstas por esse PDI dependerá, também, do atendimento a tais demandas. Tratam-se, então, de itens de sustentabilidade operacional não menos importantes que aqueles de sustentabilidade financeira, aparentemente com cenário mais positivo. Apesar disso, mesmo nas demandas de pessoal é possível a UFPR ser pró-ativa para superar as limitações comuns aos órgãos públicos. As discussões do Fórum PDI evocaram, por exemplo, que a urgência em duplicar pessoal atuando em TI junto ao CCE não passa necessariamente pela contratação de novos servidores, mas, alternativamente, pela realocação de pessoal já atuante na Instituição, hoje de forma dispersa.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**Sobre os elementos do Planejamento: Dimensões Estratégica, Tática e Operacional****1) DIMENSÃO ESTRATÉGICA**

Quatro macrodesafios – a UFPR desenvolver-se como Entidade:

- **Cidadã**, instituição pública em sintonia com as demandas e os atributos da Sociedade em que se insere;
- **Acadêmica**, continuamente aprimorando seu desempenho em Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação;
- **Humana**, ciente de que seus servidores, discentes e colaboradores são, acima de tudo, pessoas, com naturais anseios, virtudes e limitações; e
- **Profissional**, necessitando atualizar e aperfeiçoar suas práticas de gestão.

2) DIMENSÃO TÁTICA

Compõe-se de 27 **Diretrizes** e 105 **Metas**, descritas a seguir.

2.i) Diretrizes (I a XXVII)

- I. Monitoramento crítico deste PDI como instrumento de participação democrática e de fixação de princípios e valores para a UFPR.

UFPR CIDADÃ

- II. Envolvimento da comunidade paranaense na formulação de diretrizes e programas da UFPR
- III. Consolidação do empreendedorismo e da inovação na Universidade
- IV. Aumento da participação da UFPR em ações para o desenvolvimento da C,T&I no Paraná
- V. Fortalecimento das interações UFPR–comunidade internacional, contando com participação da FUNPAR
- VI. Consolidação do compromisso social e ambiental na UFPR
- VII. Aprimoramento da infraestrutura para integração entre práticas acadêmicas e serviços de saúde à comunidade.

UFPR ACADÊMICA

- VIII. Fortalecimento das atividades de Ensino na UFPR
- IX. Fortalecimento das atividades de Pesquisa na UFPR
- X. Fortalecimento das Atividades de Extensão na UFPR
- XI. Fortalecimento da integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão
- XII. Fortalecimento das ações artísticas e culturais na UFPR
- XIII. Ampliação da infraestrutura e carteira de serviços oferecidos pelas Bibliotecas da UFPR, com contínua elevação do nível de satisfação do usuário.

UFPR HUMANA

- XIV. Consolidação do compromisso social e acadêmico da UFPR no trato com as questões discentes
- XV. Fortalecimento da atuação dos Servidores docentes
- XVI. Fortalecimento da atuação dos Servidores técnico-administrativos
- XVII. Qualificação, atualização e valorização constantes dos Servidores, otimizando a capacidade intelectual instalada na UFPR e promovendo o compartilhamento dos patrimônios material e humano
- XVIII. Ampliação dos serviços de atenção à saúde de servidores e discentes
- XIX. Melhoria do acesso ao acervo bibliográfico por portadores de necessidades especiais
- XX. Facilitação da circulação de pessoas, inclusive as portadoras de necessidades especiais
- XXI. Universalização do acesso à internet sem fio na UFPR.

UFPR PROFISSIONAL

XXII. Aprimoramento da gestão universitária

XXIII. Aperfeiçoamento dos processos de seleção e registro acadêmicos

XXIV. Aprimoramento dos mecanismos de registro e processamento de dados funcionais e operacionais da UFPR

XXV. Fortalecimento dos órgãos de apoio às atividades acadêmicas

XXVI. Melhoria das rotinas de suporte à aquisição e ao uso de equipamentos

XXVII. Inventário e aumento da funcionalidade operacional dos prédios e equipamentos da Universidade.

2.ii) Metas

As 105 metas associam-se a uma ou mais das 27 diretrizes. Listam-se também as expectativas temporais de execução e seus indicadores.

3) DIMENSÃO OPERACIONAL

Ações são sugeridas, com atores e procedimentos de execução, visando ao alcance das metas a que se referem. Caberá ao Gestor Institucional decidir pela implantação ou não de tais ações, bem como sobre os meios que lhes cabem, notadamente recursos humanos e financeiros.

Em amarelo: Metas e Ações não-orçamentárias			Em branco: Metas e Ações orçamentárias		
Dimensão estratégica	DIRETRIZES	Metas	Tempo	Indicadores de execução	Ações
Operacional	I. Monitoramento crítico deste PDI como instrumento de participação democrática e de fixação de princípios e valores para a UFPR	1) Avaliar anualmente o alcance das metas e de tal avaliação dar publicidade	2012-2016	Publicação das avaliações anuais	Criar Comissão Permanente de Acompanhamento do PDI (proposta de Resolução PROPLAN ao COUN)
		2) Apresentar anualmente ao COUN relatório de alcance das metas, com avaliação e recomendações		Relatório anual apresentado ao COUN	
Cidadã	II. Envolvimento da comunidade do Paraná na formulação de diretrizes e programas da UFPR	3) Integrar à Comissão Permanente de Acompanhamento do PDI representante da Comunidade nos Conselhos Superiores	2012	Representante integrado à Comissão	Proposta de Resolução PROPLAN ao COUN
Cidadã	III. Consolidação do empreendedorismo e da inovação na Universidade	4) Elevar em taxa anual média $\geq 10\%$ o número de produtos apresentados pela Comunidade à AGITEC	2012-2016	Número de produtos apresentados, relativ. a 2011	Disponibilização de cursos de capacitação; orientação em meios eletrônico e impresso; Resoluções sobre progressão funcional; subsídio financeiro para custos de desenvolvimento de produto.
		5) Incentivar nos servidores técnico-administrativos o espírito empreendedor e o desenvolvimento de ações inovadoras		Disponibilização de cursos e cartilhas; pontos para progressão funcional	
Cidadã	IV. Aumento da participação da UFPR em ações para o desenvolvimento da C,T&I no Estado do Paraná	6) Elevar taxa anual média $\geq 10\%$ o número de trabalhos disponibilizados à Comunidade versando sobre temas de interesse direto ao desenvolvimento da	2013-2016	Número de trabalhos (periódicos, relatórios, livros, teses, dissertações, monografias) registrados na PRPPG, relativ. a	Realização de debates, palestras e outros eventos, incluindo mídias impressas e eletrônicas/PRPPG

		C,T&I no Paraná		2011	
		7) Elevar a taxa anual média em $\geq 10\%$ as parcerias da UFPR com instituições paranaenses dos setores produtivos primário e secundário		Número de convênios, contratos e termos de cooperação vigentes registrados na PROPLAN, Fundação de Apoio e/ou PRPPG, relativ. a 2011	Incentivo institucional à AGITEC/PRPPG, à CRI/PROPLAN e à FUNPAR
		8) Elevar em 10% a.a. o número de egressos UFPR atuando em empresas de C,T&I no Estado do Paraná		Número de egressos UFPR inseridos no mercado, relativ. a 2011	Apoio às empresas juniores, incubadoras, estágios em empresas, portais dos Cursos. Sistema acompanhamento PRAE
		9) Consolidar o Núcleo de Concursos como Centro de Excelência na condução de concursos e processos seletivos internos e externos à UFPR	2014	Número de concursos/ano – série histórica	NC/PROGRAD
Cidadã	V. Fortalecimento das interações UFPR–comunidade internacional, contando com participação FUNPAR	10) Elevar em taxa anual média $\geq 10\%$ o número de instrumentos firmados entre UFPR e entidades estrangeiras	2012-2016	Número de instrumentos firmados, relativ. a 2011	Programas ARI, PRAE, PRPPG e PROGRAD. Incentivos PROEC, FUNPAR, Unidades acadêmicas e Centros Acadêmicos. Difusão ACS
		11) Elevar em taxa anual média $\geq 5\%$ a implantação de mobilidade acadêmica discente internacional		Número de estudantes em mobilidade internacional	
		12) Elevar em taxa anual média $\geq 5\%$ a implantação de projetos de intercâmbio docente internacional		Número de projetos envolvendo docentes em intercâmbio internacional	
Cidadã	VI. Consolidação do compromisso social e ambiental na UFPR	13) Redigir e implantar Resolução sobre Política Ambiental na UFPR	2013	Resolução aprovada e vigente	Proposta de Resolução DGA/PRA ao COUN
		14) Implantar em taxa 25% a.a. novos depósitos de resíduos em todos os Campi da UFPR, incluindo Pontal do Sul, Matinhos e Palotina	2012-2015	Taxa de implantação e operacionalização de depósitos, relativ. à necessidade das Unidades	DGA e PCU/PRA
		15) Todos os Setores Acadêmicos, Campi e demais Unidades, inclusive administrativas, contarem com treinamento regular sobre manejo, separação, armazenamento e destinação de resíduos	Até 2014	% de Unidades contando com treinamento regular	Proposta de Resolução; composição de equipe de treinamento; implantação das rotinas itinerantes de treinamento

		16) Considerar em todos os novos projetos de Pesquisa e planos de trabalho em pesquisa ou extensão as implicações ambientais da atividade	2013-2016	% de projetos e planos apreciados quanto a esse quesito, relativ. ao total de novos projetos e planos registrados na PRPPG e na PROEC	Proposta de Resolução; capacitação dos Comitês Setoriais e de Pró-Reitorias; atuação DGA/PRA
		17) Realizar ações regulares de cidadania com chamamento à participação do coletivo de estudantes e servidores	2013-2016	Número de ações realizadas em Curitiba, Palotina, Matinhos e Pontal do Paraná	PRAE, PROGEPE, PROGRAD, PRPPG, PROEC, Direções de Setores e Campi
Cidadã	VII. Aprimoramento da infraestrutura para integração entre práticas acadêmicas e serviços de saúde à comunidade	18) Recuperar e revitalizar a estrutura predial do Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral	2012	Reforma e revitalização concluídas	PCU/PRA
Acadêmica	VIII. Fortalecimento das atividades de Ensino na UFPR	19) Criar Comitês Setoriais de Ensino	2013	Comitês criados	PROGRAD, PRPPG: Proposta Resoluções CEPE
		20) Estimular reformulações curriculares para adequar horários de permanência do estudante às suas necessidades	2012-2016	% de Coordenações de Curso Graduação e Pós-Graduação que apreciaram a matéria	Ações PROGRAD e PRPPG; Coordenações de Cursos
		21) Consolidar o Programa de Nivelamento – Capacitação Acadêmica		Programa consolidado e em boas condições operacionais	Ações PRAE
		22) Ampliar em ≥ 10% a.a. e os ambientes de apoio pedagógico		% de aumento, relativ. a 2011, de laboratórios de informática, bibliotecas, salas de estudos, laboratórios EaD	Direções Setoriais e de Campi; NEAD; PCU/PRA; SiBi
		23) Disponibilizar aparelhos de mídia interativa em todas as salas de aula (50% a.a.)	2012 e 2013	Aparalhos disponibilizados para todas as atividades didáticas	PRA
		24) Realização de Seminários anuais visando à consolidação da Residência Multiprofissional na UFPR	2012-2016	Seminários realizados	PRPPG, HC e Coordenações de Residência
Acadêmica	IX. Fortalecimento das atividades de Pesquisa na UFPR	25) Elevar em taxa anual média mínima de 5% o valor financeiro total captado para Pesquisa	2013-2016	Valor financeiro total captado em chamadas de apoio institucional à Pesquisa, relativ. a 2011	PRPPG: Resolução e Programas para incentivo à formação de Grupos de Pesquisa atuando em rede, com abordagens multi e interdisciplinares
		26) Implantar sistema informatizado para inscrição aos editais PRPPG de fomento à	Até 2013	Sistema implantado e operacional	Criação do sistema por Equipe TI

		pesquisa			
		27) Enriquecer a análise das demandas de Pesquisa mediante adoção, em todos os Editais PRPPG, de consultores <i>ad hoc</i> externos à UFPR	Até 2014	% de participação de consultores externos em Editais PRPPG de fomento à Pesquisa	Convites formulados pelos Comitês Setoriais de Pesquisa e pela PRPPG
		28) Implantar avaliação pela comunidade UFPR dos resultados obtidos com a Política e os Editais de fomento à Pesquisa	Até 2013	Avaliação implantada e resultados divulgados	Criação do sistema por Equipe TI
		29) Ampliar, em taxa anual média $\geq 5\%$, o número de novas fontes de financiamento para projetos de pesquisa na UFPR	2012-2016	Número de novas fontes que aprovaram financiamento para projetos de Pesquisa, relativ. a 2011	Busca e divulgação por PRPPG; eventos PRPPG com potenciais novas fontes
		30) Criar serviço de atendimento regular aos Líderes de Grupos de Pesquisa para auxílio na atualização de dados e certificação institucional	2013	Serviço implantado e operacional	Iniciativa PRPPG / Coordenadoria de Pesquisa
		31) Implantar o Centro de Eventos da UFPR	Até 2014	Centro de Eventos operacional	PRA / PRAE/ PROGRAD/PROEC e PRPPG
Acadêmica	X. Fortalecimento das Atividades de Extensão na UFPR	32) Elevar em taxa anual média $\geq 10\%$ o número de projetos ou programas de Extensão registrados na PROEC	2013-2016	Número de atividades registradas na PROEC	PROEC: implantar sistema <i>on-line</i> de registro e consultas; divulgar informações relativas à Extensão; orientar a elaboração de propostas e relatórios; visitar Coordenações, Setores, Comitês
		33) Aperfeiçoar critérios de avaliação para Programas e Projetos de Extensão	Até 2013	Aprovação do novo conjunto de critérios e integração destes aos instrumentos e editais da PROEC	Discussão no CAEX e junto à comunidade extensionista da UFPR
		34) Elevar em taxa média anual $\geq 10\%$ o número de servidores docentes e técnico-administrativos atuando em projetos ou Programas de Extensão	2013-2016	Número de servidores docentes e técnico-administrativos registrados na PROEC, relativ. a 2011	Propor Resolução para incentivo funcional; divulgar possibilidades; incentivar inclusão nas equipes
		35) Elevar a pontuação em Atividades de Extensão nos concursos e processos seletivos de candidatos a docência na UFPR	2013	Resolução vigente com pontuação superior à de 2011	Propor Resolução ao CEPE após estudo a ser efetuado por PROEC, PRPPG, PROGRAD, PRAE, PROGEPE, Comitê Assessor de Extensão e

					Conselhos Setoriais
		31) Implantar o Centro de Eventos da UFPR	Até 2014	Centro de Eventos operacional	PRA / PRAE
		36) Na Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão elevar em 10% a.a. a integração com os campi fora de sede	2012-2016	SIEPE anual; % de participação presencial de alunos e servidores dos campi fora de sede, envolvidos nas atividades, relativ. a 2011	Pró-Reitorias disponibilizarem meios, e Direções dos Campi incentivarem, participação presencial nas SIEPEs
		37) Integrar a PROEC às discussões sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	A partir de 2012	Representantes PROEC em Comissões de reformulação curricular	Proposta PROEC de Resolução pelos Órgãos Colegiados Superiores e sensibilização de outras instâncias
		38) Utilizar a Revista <i>Extensão em Foco</i> também na veiculação de trabalhos que difundam experiências de integração Ensino e Pesquisa com Extensão	A partir de 2012	Revista publicada com duas edições/ano e contendo trabalhos de integração	Garantia orçamentária e política editorial
		39) Ampliar as áreas de conhecimento objeto de publicações da Editora	2012-2016	Número de áreas do conhecimento contempladas pelas publicações, relativamente a 2011	Editora: divulgação e incentivo nas Unidades; trabalho em parceria com Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão
		40) Implantar <i>Catálogos do MAE</i> (acervo) e <i>Boletim do MAE</i> (artigos)	2013	Publicações MAE implantadas	Editora e MAE/PROEC
		41) Desenvolver produção editorial em mídia digital	2013-2016	Número de e-books publicados, com crescimento interanual	Editora/PROEC
Acadêmica	XII. Fortalecimento das Ações Artísticas e Culturais na UFPR	31) Implantar o Centro de Eventos da UFPR	Até 2014	Centro de Eventos operacional	PRA / PRAE
		42) Elevar em taxa anual média $\geq 10\%$ o investimento em Ações Artísticas e Culturais	2012-2016	Investimento financeiro realizado, relativ. a 2011	Ações PROEC, incluindo divulgação de possibilidades de captação interna e externa
		43) Elaborar um Plano Institucional de Cultura para a UFPR, aprovado pelo COUN	2013	PIC aprovado e vigente	PROEC: divulgar e participar de ações em cooperação interinstitucional
		44) Elevar $\geq 10\%$ a.a. o número de servidores técnico-administrativos atuando em Ações de Cultura	2013-2016	Número de servidores técnico-administrativos atuando em Ações de Cultura, relativ. a 2011	PROEC, PROGEPE: propor Resolução para incentivo funcional; divulgar possibilidades; incentivar inclusão nas equipes
		45) Implantar Pontos de Cultura em todos os campi Curitiba e fora de sede; 2 a.a.	De 2012 a 2015	Pontos de Cultura implantados	PROEC + PRAE + PRA
Acadêmica	XIII. Ampliação da infraestrutura e carteira de serviços	46) Consolidar os programas, produtos e serviços ofertados pelo	2012	Programas consolidados e operacionais	SiBi

	oferecidos pelas Bibliotecas da UFPR, com contínua elevação do nível de satisfação do usuário	SiBi às comunidades interna e externa		conforme preconizado no planejamento SiBi	
		47) Adequar a infraestrutura predial (CF, PA, SD, ET, Rebouças e LIT) das Bibliotecas à recente expansão havida na UFPR, bem como à futura ampliação	2014 - 3 unidades; 2016 - duas; e uma nova biblioteca em cada Setor de Ensino criado	Obras concluídas, instalações operacionais	SiBi, PCU
		48) Aumentar o nível de segurança do acervo bibliográfico e patrimônio	2013 (50%) 2014 (100%)	Equipamentos de segurança instalados e operacionais	SiBi, PRA
		49) Ampliar >2% a.a. o acervo bibliográfico por meio de compra, doação e permuta; ampliar >5% a.a. o conteúdo das Bibliotecas Digitais; consolidar Coleção Memória e sistemas informatizados para o gerenciamento do acervo, produtos e serviços	2012-2016	% de incremento, relativ. a 2011, em acervo incorporado e em publicações digitalizadas da Coleção Memória UFPR anterior a 2004; sistema de gerenciamento anual	SiBi
		50) Criar o Laboratório de Conservação Preventiva de Documentos	2014	Laboratório criado e operacional	SiBi + PCU/PRA
Humana	XIV. Consolidação do compromisso social e acadêmico da UFPR no trato com as questões discentes	31) Implantar o Centro de Eventos da UFPR	Até 2014	Centro de Eventos operacional	PRA / PRAE
		51) Aumentar ≥5 % ao ano o número de estudantes – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Graduação, Pós-graduação – atuando em ações ligadas ao compromisso social da UFPR	2013-2016	Número de alunos registrados nas atividades, relativ. a 2011	Divulgação de possibilidades junto aos estudantes; proposição de Resoluções para incentivo e sensibilização de coordenadores de ações, projetos e programas, para atuação de estudantes (i) em programas da Rádio e TV UFPR; (ii) em projetos e programas registrados na PROEC; etc
		52) Propiciar aos estudantes opção pelo nome social nos processos de controle acadêmico	2012	Uso de nome social facultado	Proposta de Resolução PRAE + PROGRAD + PRPPG → CEPE
		53) Reavaliar o sistema de cotas e os valores % envolvidos na legislação	2014	Reavaliação efetuada	Comissão a ser designada pelos Órgãos Colegiados Superiores

		54) Realizar Seminário de Avaliação sobre a mudança de perfil do aluno UFPR associada às novas políticas de acesso à graduação e permanência; dar publicidade de seus resultados e encaminhamentos	2013	Seminário realizado e resultados e encaminhamentos publicizados	PRAE
		55) Ampliar em taxa média $\geq 5\%$ a.a. o número de bolsas Permanência, Auxílio Refeição e Auxílio-moradia concedidas	2013-2016	Número de bolsas concedidas ampliado, relativ. a 2011	PRAE e PROPLAN
		56) Ampliar em $\geq 5\%$ a equipe e o espaço físico do serviço multiprofissional de apoio psicossocial aos estudantes	Até 2013	Equipe e espaço físico ampliados	PRAE, PROGEPE e PRA
		57) Promover revisão da Resolução 31/09 COPLAD para atualizá-la com base na realidade do PROBEM	2012	Resolução atualizada	Proposta PRAE ao COPLAD
		58) Implantar o Programa de Apoio à Aquisição de Material Didático	2013	Programa operacional	Proposta de Resolução PRAE / COPLAD
		59) Reduzir a taxa média de evasão discente em $\geq 50\%$.	Até 2015	Taxa anual de evasão discente, relativ. a 2009	Criar Comissão Permanente de Acompanhamento da Evasão Discente para propor aos Conselhos Superiores e à Administração Central medidas adicionais para redução da evasão
		60) Promover em todos os Cursos de Graduação e Pós-Graduação que operam em período integral valiação sobre possibilidade de operar em turno único	Até 2013	Autovaliação concluída	PRPPG + PROGRAD + PRAE
		61) Implantar sistema de acompanhamento dos egressos – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Graduação e Pós-graduação	2013	Sistema implantado e operacional	PRAE
Humana	XV. Fortalecimento da atenção aos servidores docentes da UFPR	62) Elaborar uma Política de Qualificação Docente	Até 2013	Política de Qualificação Docente redigida e apresentada aos Conselhos Superiores	Integração PROGEPE com PRPPG, PROEC e PROGRAD; participação APUFPR; proposição de Resoluções
		63) Informatizar o sistema de solicitação		Sistema operacional, com	Desenvolvimento de sistema por CCE com

		de progressão e simplificar a documentação a ser juntada pelo solicitante		documentação simplificada em relação a 2010	orientação CPPD
		64) Consolidar a unidade do SIASS	Até 2014	Unidade física operacional	PROGEPE
		65) Consolidar o Programa Institucional de Promoção da Saúde do Servidor (PRO SAÚDE)	2012	Manutenção dos exames periódicos e implantação de programa de parceria com os Departamentos	CAISS / PROGEPE
		66) Implantar subsídios para exames médicos realizados nos municípios dos campi fora de sede	Até 2013	Subsídios vigentes	PROGEPE
		67) Realizar em todos os Setores e Campi treinamentos anuais sobre segurança no trabalho: em ≥25% das Unidades em 2012; ≥50% 2013; e 100% em 2014, 2015 e 2016	2012-2016	Treinamentos disponibilizados	PROGEPE + PRA
		68) Adequar 25% a.a. o mobiliário laboral aos padrões ergométricos de bem-estar e saúde	2013-2016	Grau de adequação dos postos de trabalho, relativ. a 2011	PRA + PROGEPE
Humana	XVI. Fortalecimento da atenção aos servidores técnico-administrativos da UFPR	64) Consolidar UFPR a unidade do SIASS	Até 2014	Unidade física operacional	PROGEPE
		65) Consolidar o Programa Institucional de Promoção da Saúde do Servidor (PRO SAÚDE)	2012	Exames periódicos realizados, programa de parceria com Departamentos implantado	CAISS-PROGEPE
		66) Implantar subsídios para exames médicos realizados nos municípios dos campi fora de sede	Até 2013	Subsídios vigentes	PROGEPE
		67) Disponibilizar em todos os Setores e Campi, anualmente, treinamentos sobre segurança no trabalho: em ≥25% das Unidades em 2012; ≥50% em 2013; e em 100% em 2014, 2015 e 2016	2012-2016	Treinamentos disponibilizados	PROGEPE + PRA
		68) Adequar, em taxa 25% a.a., o mobiliário laboral aos padrões ergométricos de bem-estar e saúde	2013-2016	Grau de adequação dos postos de trabalho, relativ. a 2011	PRA + PROGEPE
		69) Ampliar ≥10% o número e título dos cursos de qualificação oferecidos pela PROGEPE	2012-2016	Número e título de cursos oferecidos em cada ano, relativ. a 2011	PROGEPE
		70) Disponibilizar a 100% dos servidores técnico-	Até 2013	Capacitação oportunizada a todos os servidores	PROGEPE: UCAP+CAISS

		administrativos inclusão digital		técnico- administrativos	
		71) Nos cursos oferecidos pela PROGEPE, disponibilizar aulas por videoconferência aos campi fora de sede: ≥20% dos Cursos até 2013 e ≥40% dos Cursos até 2016	A partir de 2012	Aulas por videoconferência disponibilizadas	PROGEPE + CCE
		72) Ampliar ≥10% a.a. o número de vagas oferecidas aos servidores Técnico-Administrativos em Cursos PG <i>stricto sensu</i> na UFPR	2013 a 2016	Número de vagas oferecidas em cada ano, relativ. a 2011	PROGEPE + PRPPG
		73) Associar-se a outras IES paranaenses para formatação (2012) e oferta conjunta (de 2013 a 2016) de programas de qualificação	2012-2016	Estudo realizado, implantação conjunta	PROGEPE
		74) Formalizar entre CAISS/PROGEPE e UAP/HC vias de colaboração para atendimento à saúde	Até 2013	Instrumentos legais formalizados e colaboração vigente	PROGEPE + HC
Humana	XVII. Qualificação, atualização e valorização constantes dos Servidores, otimizando a capacidade intelectual instalada na UFPR e promovendo o compartilhamento dos patrimônios material e humano	75) Consolidar a implantação do Programa SiBi de Gestão do Conhecimento Interno	2012	Implantação consolidada, Programa operacional	SiBi
		76) Promover a criação do curso de Biblioteconomia da UFPR	2013	Proposta redigida e submetida ao CEPE	SiBi, CEPE, PROGRAD
Humana	XVIII. Ampliação dos serviços de atenção à saúde de servidores e discentes	77) Construir nova sede para o CASA 3	2014	Nova sede construída e operacional	PROGEPE + PRA + PRAE
		78) Instalar Sistema CASA nos campi Palotina e Litoral: um 2015, outro 2016	2015-2016	CASAs instalados e operacionais	PROGEPE + PRA + PRAE
		79) Implantar programa de orientação e apoio para atividades físicas regulares	2013	Programa operacional	PROGEPE/CAISS
Humana	XIV. Melhoria do acesso ao acervo bibliográfico por portadores de necessidades especiais	80) Adaptação, sob demanda, do material bibliográfico nas Bibliotecas para atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais; e adaptação do Portal da Informação para	2012-2016 o material bibliográfico; 2014 o Portal	Material bibliográfico disponível em papel ou meio eletrônico; Portal da Informação adaptado	SiBi

		atendimento aos portadores de deficiência visual			
Humana	XX. Facilitação da circulação de pessoas, inclusive as portadoras de necessidades especiais	81) Executar 20% a.a. benfeitorias previstas no Planejamento Estratégico PCU	2012-2016	% de benfeitorias executadas e operacionais, relativ. às previstas no Planejamento PCU	PCU/PRA
Humana	XXI. Universalização do acesso à internet sem fio na UFPR	82) Instalação 20%a.a. de malha sem fio para acesso à internet em todos os campi	2012-2016	Aparelhos instalados e operacionais	CCE / PRA
Profissional	XXII. Aprimoramento da gestão universitária	83) Discutir e atualizar instrumentos legais e difundir práticas de gestão com uso de câmaras e órgãos colegiados	2013	Dirigentes e secretários de unidade atualizados quanto à possibilidade ou necessidade de uso de câmaras e órgãos colegiados para gestão	Realização de seminários com Diretores, Chefes, Coordenadores e outros dirigentes, bem como com os secretários de Unidades
		84) Uniformizar terminologia e regularizar os níveis hierárquicos entre as instâncias de decisão	2013	Instrumentos legais atualizados quanto à terminologia, com instâncias decisórias hierarquizadas	Criar Grupo de Trabalho para atuação junto à SOC
		85) Atualizar e completar o organograma da UFPR, agregando-lhe as Unidades que, hoje em funcionamento, estão dele ausentes	2012	Centros, Núcleos, órgãos auxiliares, etc identificados e dispostos no organograma	Levantamento de informações pela CPI-PROPLAN junto a Pró-Reitorias, Setores e órgãos suplementares
		86) Avaliar com Comunidade Acadêmica e Conselhos implantação de novo sistema organizacional da UFPR	2012-2014	Debates realizados com Comunidade e Conselhos	Administração Central com Comunidade Acadêmica e Conselhos
		87) Proporcionar aos trabalhadores capacitação compatível com os ambientes organizacionais: até 2013, 50%; até 2014, 100% terem participado, na UFPR ou fora, de ao menos uma atividade de capacitação	2012-2014	% de trabalhadores (do Quadro ou não) tendo participado de atividade de qualificação específica	PROGEPE, em colaboração com outras Unidades: cursos, oficinas, palestras, treinamento
		88) Unificar e atualizar os instrumentos legais que regem o registro acadêmico, incluindo convênios, mobilidade, EaD e PARFOR	2013-2016	Registro acadêmico unificado	PROGRAD, PRPPG, PRAE
		89) Implantar avaliação anual dos processos de seleção acadêmica na UFPR,	2013	Comissão constituída e avaliações anuais em realização	PRPPG, PROGRAD, PRAE

		incluindo Pós-Graduação e estudo de possibilidades alternativas na Graduação			
		90) Aumentar continuamente o nível de informatização e controle acadêmicos	2012-2016	Sistema informatizado em todas as rotinas acadêmicas	CCE, PRAE, PROGRAD, PRPPG
Profissional	XXIV. Aprimoramento dos mecanismos de registro e processamento de dados funcionais e operacionais da UFPR	91) Modernização e aperfeiçoamento dos programas de registro de dados	2012	SIE e outros programas modernizados e operacionais	CCE/PRA
		92) Instalação de sistema eletrônico para identificação do usuário nos RUs	2013	Sistema instalado em todos os Restaurantes	PRA
		93) Reestruturação física do CCE, mediante reforma civil (i, 2012) e construção de novo prédio (ii, 2016)	2012 (i) 2016 (ii)	Instalações CCE compatíveis com as necessidades	CCE + PCU
Profissional	XXV. Fortalecimento dos órgãos de apoio às atividades acadêmicas	94) Inserir no Regimento UFPR os Comitês Setoriais de Ensino, Pesquisa, Extensão e Ética em Pesquisa	2012	Comitês inseridos no Regimento UFPR	Resoluções COUN
		95) Elevar a pontuação funcional dos membros de Comitês diretamente ligados às atividades acadêmicas	2012	Pontuação funcional elevada relativ. a 2011	Normatizações CPPD e CPPTA por iniciativa PRPPG, PROEC e PROGRAD
		96) Criar Grupos de Trabalho nas unidades para atuar em conjunto com a CPA	2013	Grupos criados e operacionais em ≥ 50% dos Setores e campi	CPA e Direções de Setores e campi
		97) Obter retorno das Unidades referente aos relatórios da CPA, manifestando providências empreendidas no âmbito de cada uma	2014	Manifestos disponibilizados pelas Unidades citadas nos relatórios anuais da CPA	CPA e Direções de Unidades
Profissional	XXVI. Melhoria das rotinas de suporte à aquisição e ao uso de equipamentos	98) Disponibilizar a todas as Unidades administrativas impressoras licitadas segundo ação CCE, para substituição das hoje patrimoniadas	2013 (50%) 2014 (100%)	Impressoras instaladas e operacionais em todas as Unidades administrativas da UFPR	PRA
		99) Promover ≥90 a.a. capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos na utilização de software livre	2012-2016	Número de servidores que participaram de curso	PROGEPE
		100) Promover anualmente nos Setores e Campi (50%)	2012-2016	Número de Setores e Campi atendidos	DSG

		em 2012; 100% em 2013-2016) palestras de instrução e atualização sobre compras			
		101) Implantar sistema eletrônico de registro de demanda de bens	2013	Sistema desenvolvido e operacional	CCE/PRA
		102) Disponibilizar na página PRA o movimento de pregões, licitações, contratos, execução de obras e reformas, patrimônio e manutenção	2013	Disponibilização realizada e atualizada regularmente	CCE/PRA
Profissional	XXVII. Promover o inventário e aumento da funcionalidade operacional dos prédios e equipamentos da Universidade	103) Implantar o programa de manutenção predial preventiva	2013	Programa implantado e operacional	PCU/PRA
		104) Consolidar o programa de manutenção corretiva de equipamentos laboratoriais	2012	Programa atuante em todos os Setores e Campi	DSG/PRA
		105) Catalogar salas de aula, laboratórios e outros espaços físicos da UFPR (50% em 2012, 100% em 2013), disponibilizando os dados para acesso	2012-2013	Catálogo realizada e disponibilizada na página PRA	PCU/PRA

ANEXOS

I – Referências legais e procedimentos de elaboração do Plano

II – Sobre a concepção do Planejamento Estratégico

III – Planejamento Estratégico do Hospital de Clínicas

ANEXO I – Referências legais e procedimentos de elaboração do Plano

I.1 – Referências legais

Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, Art. 16: dispõe sobre os elementos mínimos que devem compor o *Plano de Desenvolvimento Institucional*.

Instrumentos adicionais

- Portaria MEC 2.051, de 12 de julho de 2004, Art. 15: “As Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinarão os seguintes documentos: I – O *Plano de Desenvolvimento Institucional* (PDI)”.
- Portaria MEC 4.361, de 29 de dezembro de 2004, Art. 3: “Credenciamento e Recredenciamento das IES deverão conter: (...) II – O *Plano de Desenvolvimento Institucional*”.
- Despacho do Ministro, D.O.U. 20/fevereiro/2009, Seção 1, Pg.9: “Diretrizes (...) para credenciamento institucional para oferta de cursos superiores a distância e normas processuais (...)”.

- CONAE, Conferência Nacional da Educação, MEC 2010: “O Sistema Nacional de Educação deve prover (...) e *Plano de Desenvolvimento Institucional* construídos coletivamente e que contemplem os fins sociais e pedagógicos da instituição, (...) as atividades pedagógicas e curriculares, (...) a pesquisa e a extensão”.

Capítulo 4 – Corpos Docente e Técnico-Administrativo, Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro:

Lei nº 8.745/1993; Lei nº 9.849/1999; Orientação Normativa nº 05, de 28/10/2009-MPOG; Resolução nº 92/06-CEPE.

Requisitos de titulação

Decreto nº 6944/2009; Resolução nº 68/2009-CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR); Resolução nº 10/2005-CEPE.

Experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica

Professor Titular art. 10 da Resolução nº 68/09 – Item I

Outras Classes – impossibilidade considerando o Parecer da Procuradoria Federal na UFPR, nº 132/2010-PF/UFPR e nº 780/2010-PF/UFPR.

Crítérios de seleção e contratação

Decreto nº 6944/2009; Resolução nº 68/2009-CEPE; Resolução nº 10/2005-CEPE.

.....

I.2 – O Fórum PDI – Procedimentos de elaboração do Plano

- 16 Módulos temáticos com respectivos Documentos-base, prévios às Sessões Presenciais
- 12 Sessões Presenciais + 1 Seminário de Avaliação
- Textos propositivos pós Sessões Presenciais
- Disponibilização permanente do espaço virtual **FÓRUM PDI UFPR 2012-2016**
- Divulgação pública e contínua das atividades do Fórum
- Proposta PDI em construção
- Proposta PDI para análise COUN

(1) Módulos temáticos e respectivas Unidades de redação dos Documentos-base:

- I- Perfil institucional / PROPLAN com Administração Central
- II- Projeto Pedagógico-Institucional (i) / PROGRAD
- III- Projeto Pedagógico-Institucional (ii) / PRPPG
- IV- Projeto Pedagógico-Institucional (iii) / PROEC
- V- Projeto Pedagógico-Institucional (iv) / PROPLAN+PROEC
- VI- Implementação da Instituição e Organização Acadêmica (i)/ PROGRAD
- VII- Implementação da Instituição e Organização Acadêmica (ii) / PRPPG
- VIII- Implementação da Instituição e Organização Acadêmica (iii) / PROEC
- IX- Corpos Docente e Técnico-Administrativo / PROGEPE
- X- Corpo Docente / PRAE + PROGRAD
- XI- Organização administrativa / PROPLAN
- XII- Autoavaliação institucional / CPA
- XIII- Infraestrutura física e instalações acadêmicas (i) / PRA
- XIV- Infraestrutura física e instalações acadêmicas (ii) / SiBi
- XV- Atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais / PRA + PROGRAD
- XVI- Planejamento econômico-financeiro / PROPLAN

(2) Sessões Presenciais e Seminário de Avaliação: datas de realização, 2010 e 2011

- 1ª, Perfil institucional: 30 de setembro
- 2ª, Projeto Pedagógico Institucional: 08 de outubro
- 3ª, Corpos Docente e Técnico-Administrativo: 26 de novembro
- 4ª, Implementação da Instituição e Organização Acadêmica: 29 de outubro
- 5ª, Corpo Docente: 10 de novembro
- 6ª, Organização administrativa: 16 de março
- 7ª, Autoavaliação institucional: 31 de março
- 8ª, Infraestrutura física e instalações acadêmicas – gerais: 14 de abril

9ª, Infraestrutura física e instalações acadêmicas – bibliotecas: 15 de abril
10ª, Atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais: 19 de maio
11ª, Planejamento econômico-financeiro: 03 de junho
12ª, Perfil institucional (*bis*): 13 de junho
Seminário de Avaliação: 03 de maio

(3) Textos propositivos pós Sessões Presenciais, disponibilização www.proplan.ufpr.br

Perfil institucional: 20 de setembro e 06 de junho (*bis*)
Projeto Pedagógico: 03, 17 e 24 de setembro
Implementação da Instituição e Organização Acadêmica: 08 de outubro
Corpos Docente e Técnico-Administrativo: 19 de novembro
Corpo Discente: 08 de outubro
Organização administrativa: 14 de fevereiro
Autoavaliação institucional: 09 de março
Infraestrutura física e instalações acadêmicas – gerais: 22 de março
Infraestrutura física e instalações acadêmicas – bibliotecas: 09 de março
Atendimento pessoas portadoras de necessidades especiais: não produzido
Planejamento econômico-financeiro: 25 de maio.

(4) Disponibilização permanente do espaço FÓRUM PDI UFPR 2012-2016

Desde setembro de 2010, em www.proplan.ufpr.br, possibilitando: orientação sobre data e local das Sessões Presenciais e do Seminário de Avaliação; acesso aos Documentos-base, Textos propositivos e Proposta PDI parcial, progressivamente aperfeiçoada em suas versões maio, junho e julho; interação com a comunidade para esclarecimento de dúvidas e recebimento de contribuições.

(5) Contínua divulgação pública das atividades do Fórum

Dois lotes de cartazes, o segundo com *lay-out* renovado, enviados em setembro e fevereiro às Pró-Reitorias e aos Setores, solicitando afixação; inserção do banner PDI UFPR 2012-2016 na página eletrônica de Setores, Departamentos e Coordenações de Curso que assim consentiram; comparecimento presencial a Plenárias Departamentais que responderam afirmativamente à oferta; disponibilização de twitter@planejaUFPR, com mensagens diariamente renovadas; inserção de matérias ACS na página UFPR.

(6) Proposta PDI em construção: versões disponibilizadas em www.proplan.ufpr.br de junho a dezembro de 2011, sucessivamente aperfeiçoadas pela Comissão PDI (Portaria GR 1808, de 14/10/2011) e por contribuições da Comunidade.

(7) Proposta PDI para análise COUN

Todos os documentos de apoio permanecem disponíveis em www.proplan.ufpr.br > Fórum PDI

.....

ANEXO II – Sobre a concepção do Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do PDI UFPR 2012-2016 incorpora contribuições de três programas de planejamento governamental:

- o *Plano Nacional da Educação 2011-2020*. Este adota a terminologia *diretrizes*, em substituição a *objetivos*, que poderiam ser confundidos com *metas*;
- as *Orientações para Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015*, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do MPOG. No PPA o antigo binômio “Programa-Ação”, que estruturava tanto os planos plurianuais como os orçamentos, dá lugar a *Programas Temáticos*, com *Objetivos* e *Iniciativas*. A Ação passa a ser uma categoria exclusiva dos orçamentos; e
- o *Programa de Metas da Cidade de São Paulo (PMSP) – Agenda 2012*. Neste as metas distribuem-se em seis Eixos Estruturantes (*Cidade de Direitos, Cidade Sustentável, Cidade Criativa, Cidade de Oportunidades, Cidade Eficiente e Cidade Inclusiva*), que definem os grandes temas para a cidade e **contêm os objetivos** a serem alcançados por meio das 223 **metas** propostas.

No PDI UFPR os *Programas Temáticos* (*sensu* PPA) correspondem aos quatro **Eixos Estruturantes** *sensu* PMSP: **UFPR Cidadã, UFPR Acadêmica, UFPR Humana e UFPR Profissional**. E aos *Objetivos e Iniciativas* *sensu*

PPA correspondem, respectivamente, **Diretrizes** (27) e **Metas** (105). Quanto às **Ações**, serão listadas a título propositivo, cabendo (*sensu* PMSP) ao Gestor Institucional decidir sobre sua implantação ou não, visando ao alcance das Metas a que se referem. Em o Gestor decidindo pela implantação de uma determinada Ação, também a ele caberá programar a logística para sua execução, incluindo recursos humanos e orçamentários.

O PPA tem como foco a organização da ação de governo nos níveis **estratégico e tático**. O Orçamento responde pela organização no nível **operacional**. O PDI UFPR acompanha esse modelo:

- **Dimensão Estratégica** é a orientação que tem como base os macrodesafios e a visão de longo prazo da Instituição;
- **Dimensão Tática** consiste na definição de parâmetros que traduzem o alcance das diretrizes e das transformações definidas na Dimensão Estratégica;
- **Dimensão Operacional** relaciona-se ao desempenho da ação governamental no nível da eficiência. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

PPA 2012-2015		Correspondência PDI UFPR 2012-2016	Implantação na UFPR
<i>Programas temáticos*</i>	Compõem a Dimensão Estratégica	→ UFPR Cidadã, UFPR Acadêmica, UFPR Humana e UFPR Profissional	Decisão institucional, estabelecida pelo presente PDI
<i>Objetivos e iniciativas</i>	Compõem a Dimensão Tática	→ 27 Diretrizes e 105 Metas	
<i>Ações</i>	Compõem a Dimensão Operacional	→ Propostas de Ações	Decisão de gestor

(*) No Planejamento PMSP tratam-se de “Eixos Estruturantes” (seis).

Em todos os anos do período haverá Ações sendo executadas, referentes a no mínimo 44 Metas, e igualmente – sobretudo no segundo e no quinto anos – haverá Metas sendo alcançadas.

Estágio das Ações associadas às 105 Metas do Planejamento Estratégico, segundo o ano.

Ações, ano	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Em andamento	62	84	58	45	44	-
Encerradas	12	33	13	3	44	105

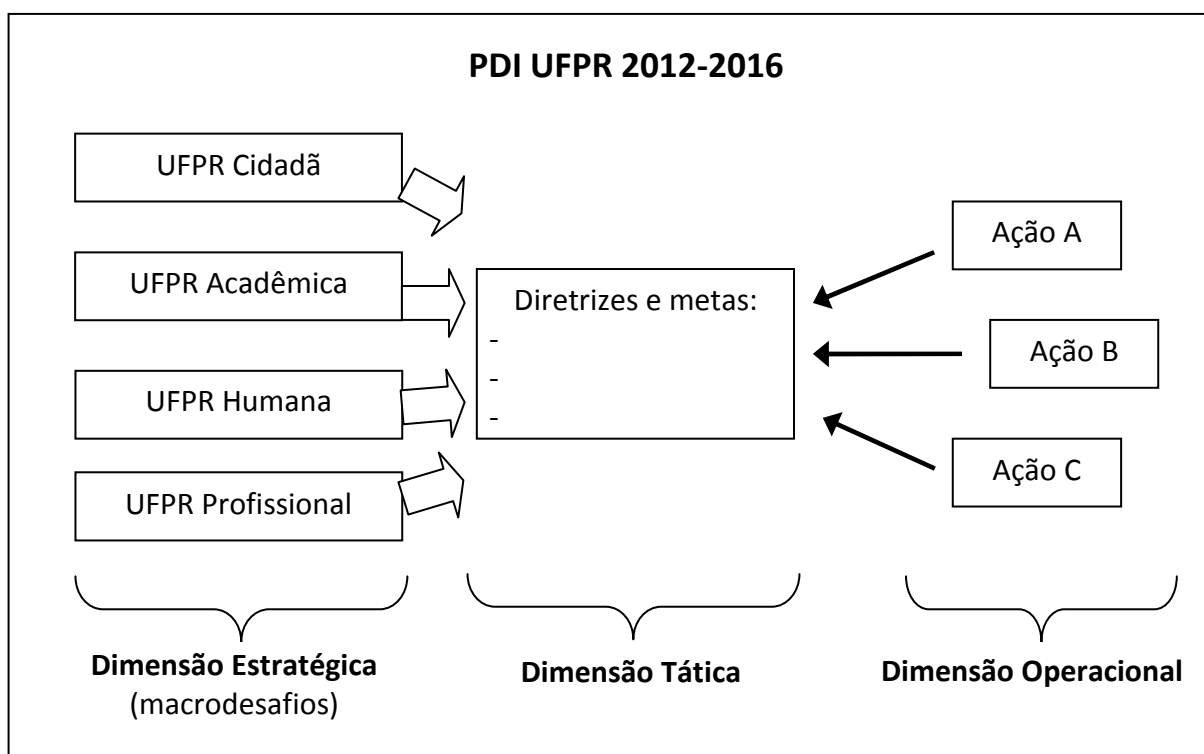
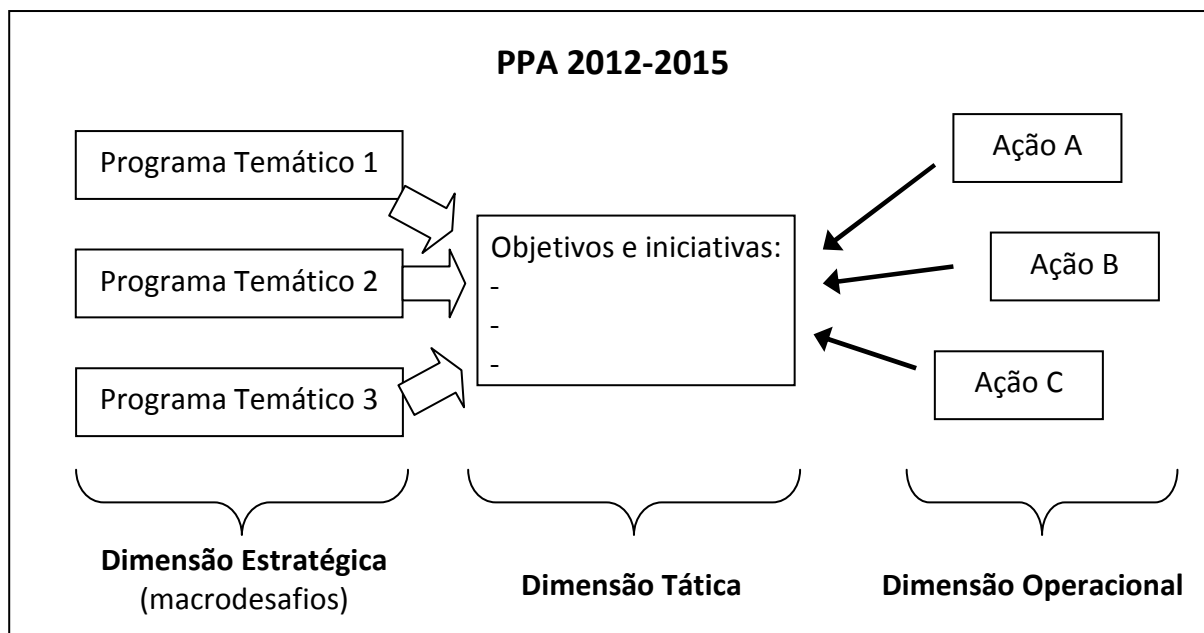
Estima-se que 40% das Metas serão alcançadas sem que as Ações a elas associadas exijam dotações orçamentárias específicas.

Distribuição das Metas por Diretriz, segundo as Ações associadas exigirem ou não dotação orçamentária específica.

Diretriz, Metas	Não-orçamentárias	Orçamentárias	Total
<i>Operacionais</i>	2	0	2
Cidadã	6	10	16
Acadêmica	16	19	35
Humana	10	28	38
Profissional	15	9	24
Total*	49	66	115*

(*) A soma – 115 – excede o número total de Metas – 105 – pois algumas (e consequentemente muitas Ações) contemplam mais que uma Diretriz.

Em síntese, no PDI UFPR 2012-2016 o Planejamento Estratégico compõe-se de (i) quatro grandes Programas Temáticos, os macrodesafios para o quinquênio, compondo a **Dimensão Estratégica**; (ii) 27 Diretrizes e 105 Metas, compondo a **Dimensão Tática**; e, para cada uma destas, (iii) um descritivo de Ações que, a título propositivo, compõem a **Dimensão Operacional**. Caberá ao Gestor da Universidade, no tempo oportuno, decidir sobre a implantação de Ações visando ao alcance das Metas e Diretrizes para o atendimento dos macrodesafios, os Programas temáticos.



Obs.: No Planejamento PMSP, *Programas Temáticos* denominam-se *Eixos Estruturantes*.

.....

III – Planejamento Estratégico do Hospital de Clínicas

O Plano de Desenvolvimento institucional do Hospital de Clínicas, em todas as suas dimensões, deverá ser elaborado em sintonia com a Universidade e com as demandas acadêmicas estabelecidas pelos setores de ensino da UFPR.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2012.

Zaki Akel Sobrinho
Presidente do COUN